



Anuário de Itajaí

Itajaí - 2011







Anuário de Itajaí



FUNDAÇÃO
GENÉSIO
MIRANDA
LINS



2011





PREFEITURA DE
ITAJAÍ

Prefeito

Jandir Bellini

Vice

Dalva Maria Anastácio Rhenius

Superintendente da FGML

Darlan Pereira Cordeiro

**Diretor do Museu Etno-Arqueológico
de Itajaí**

Ivan Carlos Serpa

**Diretora do Centro de Documentação
e Memória Histórica**

Vera Lúcia de Nóbrega Pecego Estork

Diretor do Museu Histórico de Itajaí

Agnaldo Pinheiro



FUNDAÇÃO
GENÉSIO
MIRANDA
LINS



Ex-Libris FGML - Anuário de Itajaí

Periódico anual da Fundação Genésio Miranda Lins

Projeto Gráfico e Edição

Rogério Marcos Lenzi

Capa: composição a partir da gravura de Guilherme de Faria

Conselho Editorial do Anuário 2010

Darlan Pereira Cordeiro

Ivan Carlos Serpa

Vera Lúcia de Nóbrega Pecego Estork

Agnaldo Pinheiro

Rogério Marcos Lenzi

Conheça mais sobre a Fundação Genésio Miranda Lins
www.fgml.itajai.sc.gov.br

A636 Anuário de Itajaí 2011 / Fundação Genésio Miranda Lins. –
Itajaí : FGML, 2011.
144 p. : Il.

ISSN 1679 – 3056

1.Itajaí (SC) – História – Periódicos 2. História – Periódicos

CDD: SC I981.642005

CDU: 94(816.4)Itajaí

Ficha catalográfica
Bibliotecária Vera Lúcia de Nóbrega Pecego Estork
CRB 14/321

Sumário

APRESENTAÇÃO	07
MEIO AMBIENTE EM ITAJAÍ: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DOS ANUÁRIOS DE 1998 E 1999 <i>Caio Floriano dos Santos</i> <i>Rosemeri Carvalho Marenzi</i> <i>Cairo Murillo de Souza</i>	08
DEPOIMENTO – EDUCADORAS PATRIMONIAIS DO PROJETO COMPARTILHANDO A HISTÓRIA <i>Cristina Pinzegher Silveira</i> <i>Maria Tereza farias Lira</i>	18
UM OLHAR SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM CULTURA: CRIAÇÃO E DISCURSOS DE MUSEUS NA CIDADE DE ITAJAÍ <i>Marco Antonio Figueiredo Ballester Junior</i> <i>Maurício da Silva Selau</i>	20
BAIRRO SÃO VICENTE <i>Prof. Flávio André da Silva</i>	33
ENCHENTES NA REGIÃO DO VALE DO ITAJAÍ E NO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ: PRIMEIROS RELATOS E AS GRANDES ENCHENTES <i>Caio Floriano dos Santos</i> <i>Maria Paula Casagrande Marimon</i> <i>Carmen Susana Tornquist</i>	37
UMA VISÃO SOBRE MUSEU, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AÇÃO EDUCATIVA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL X AÇÃO EDUCATIVA NO MUSEU HISTÓRICO DE ITAJAÍ <i>Tatiane de Amorim</i>	48
A HISTÓRIA FOI ASSIM <i>João Kleis</i>	60
A ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE EM ITAJAÍ – FRAGMENTOS DO PERÍODO ENTRE 1860 A 1930 <i>Amauri Moraes dos Santos</i>	62
ASSOCIAÇÃO LUSO AÇORIANA DE ITAJAÍ - ALAI <i>Simone dos Santos</i>	82
PAULO RICARDO PEREIRA <i>Cedida gentilmente por Luciana Ferreira</i>	100

Anuário de Itajaí - 2011

Fundação ⁶ Gênésio

ITAJAÍ: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Edison d'Ávila 105

AS GRAVURAS DE GUILHERME DE FARIA DESCOBERTAS NA COLEÇÃO DO POETA

MARCOS KONDER REIS ATRAVÉS DA CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

Angela Luciane Peyrerl 109

MERETRIZES NO MORRO CORTADO: REPRESENTAÇÕES DA PROSTITUIÇÃO

NA IMPRENSA ESCRITA, ITAJAÍ/SC (1950-1980)

Priscila Regina Carneiro Grimes 117

INFORME INSTITUCIONAL - FUNDAÇÃO GENÉSIO MIRANDA LINS - 35 ANOS

..... 128

Museu Histórico de Itajaí

Museu Etno-A

Miranda Lins

Apresentação



Anuário de Itajaí - 2011, publicação voltada para a História de Itajaí e região, que hora publicamos, encoraja-nos a agregar, cada vez mais, os artigos dos mais diversos autores para compor esta obra que tantas referências apresenta.

O artigo que revisitou os anuários de 1998 e de 1999 para apresentar dados atualizados sobre o meio ambiente de Itajaí abre as páginas desta edição, primeira vez em que se reavalia o conteúdo dissertativo de artigos aqui publicados.

Contamos com o depoimento sobre os fazeres da Educação Patrimonial, especificamente abordada no Centro de Documentação e Memória Histórica. E, na sequência, uma análise das Políticas Públicas adotadas na Fundação Genésio Miranda Lins, em dois tempos diferentes.

A formação do Bairro São Vicente, agora enriquecido por nova pesquisa, nos ajuda a compreender o estigma do antigo "Vassourão", como era chamado, localizado às margens do Itajaí-mirim. As moradias de ribeira são as primeiras a sofrer perdas pelas enchentes e um histórico sobre as mesmas nos dá a entender de que são mais comuns (e cada vez mais intensas) na trajetória histórica das cidades do Vale e da Foz do Itajaí.

As diferenças entre Ação Educativa e Educação Patrimonial realizadas no Museu Histórico de Itajaí compõem novo panorama educacional e a organização dos serviços de saúde de Itajaí aqui são publicados pela primeira vez, pesquisa minuciosa que compreende os anos de 1860 a 1930.

E por mencionar históricos, a apresentação da Associação Luso-Açoriana de Itajaí, aqui relatada, corrobora com a História e Historiografia do Município, inaugurada em 1920, tradicional, e que hoje se abre em tantos caminhos e abordagens que nos favorece novas leituras da cidade.

E podemos ler de outras maneiras: as gravuras de Guilherme de Faria, comendo parte do acervo do poeta Marcos José Konder Reis, ilustram o artigo que compreende os fazeres da pesquisa histórica sobre acervos museológicos. E as representações vão além dos desenhos ou gravuras. A imprensa escrita formula a imagem que se consagra às meretrizes, bem como as fixa em território afastado dos espaços públicos do centro da cidade.

E além de contar com poesias e várias ilustrações (cedidas) e fotos (do acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica), apresentamos duas notícias históricas para reavivar a nossa memória. No ano em que a Fundação completa seus 35 anos, eis, pois, o Anuário de Itajaí de 2011.

Rogério Lenzi

Arqueológico

Centro de Documentação
e Memória Histórica

Meio ambiente em Itajaí: uma discussão a partir dos Anuários de 1998 e 1999

Caio Floriano dos Santos
Bacharel em Oceanografia (UNIVALI). Mestre em Planejamento Territorial
e Desenvolvimento Socioambiental (UDESC).
Rosemeri Carvalho Marenzi
Doutora em Ciências Florestais. Laboratório de Planejamento e Manejo
de Unidades de Conservação da UNIVALI
Cairo Murillo de Souza
Discente do curso de Ciências Biológicas da UNIVALI. Bolsita do Projeto
de Extensão "Apoio a Implementação de Unidades de Conservação".



presente artigo tem como principal objetivo revisar e ampliar a discussão iniciada nos Anuários de Itajaí dos anos de 1998 e 1999, com os textos intitulados: **Áreas de Preservação** (ANJOS, 1998) e **Itajaí e o Meio ambiente**: o papel das instituições na preservação do ambiente natural (ROMAN, 1999). Portanto, pretende-se contrapor algumas informações levantadas pelos autores, como também atualizar informações e tentar, desta forma, mostrar uma evolução no município de Itajaí frente à temática Meio Ambiente.

A estrutura deste artigo esta dividida em três partes: 1- Unidades de Conservação no município de Itajaí; 2- O papel das Instituições na preservação e/ou conservação dos ecossistemas; 3- Considerações Finais.

Nos itens 1 e 2 são tratados os aspectos apontados na discussão dos artigos de Anjos (1998) e Roman (1999), usando principalmente como base o estudo elaborado por Santos (2007), que analisou o movimento sócio-ambientalista de Itajaí para preservação dos ecossistemas costeiros no bairro Praia Brava, o qual pode ser expandido para o restante do município.

Não é pretendido um aprofundamento teórico sobre meio ambiente, mas subsidiar uma reflexão sobre os esforços institucionais na preservação e/ou conservação dos recursos naturais em Itajaí, bem como possibilitando entender as Unidades de Conservação como objeto de conquista da sociedade.

Destaca-se a importância desta temática como pauta nas discussões da sociedade Itajaiense, para que seja possível construir coletivamente projetos de cenários futuros para o desenvolvimento local.

Unidades de Conservação no Município de Itajaí

No que se refere aos estudos relacionados a Unidades de Conservação – UC, dentro de Itajaí, percebemos uma defasagem de dados de 12-13 anos, o que torna necessário uma revisão em relação aos artigos publicados nos anuários de 1998 e 1999 do município.

Anjos (1998) e Roman (1999) salientam o fato do município de Itajaí ter criado, até aquele momento, três Unidades de Conservação, sendo elas: Parque Natural Municipal da Ressacada, Área de Proteção Ambiental do Brilhante e Área de Preservação Permanente do Saco da Fazenda.

Porém, não se percebe, por parte dos autores, uma análise crítica sobre a situação destas UCs, sendo que ambos se equivocam a reconhecer a Área de Preservação Permanente do Saco da Fazenda como UC, uma vez que este termo se refere a uma área protegida conforme o Código Florestal Brasileiro (Lei Federal Nº 4771 de 15 de setembro de 1965), porém, não reconhecida como tal pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC (Lei Federal Nº 9.985 de 18/07/2000).

Ainda, cabe destacar a diferença entre estes conceitos, sendo que Unidades de Conservação

[...] são porções do território nacional, incluindo as águas territoriais, com características naturais de relevante valor, de domínio público ou propriedade privada, legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos e limites definidos, sob regimes especiais de administração, às quais aplicam-se garantias especiais de proteção (SNUC, 2000).

Enquanto que Áreas de Preservação Permanente não tem limites definidos, sendo constituídas por ambientes de margem de cursos d'água, de topos de morros, de

Foto: Sándor Bálazs, Hungria.

restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues, e outros, sugerindo a intocabilidade do recurso natural, o "Não Uso" (Código Florestal, 1965).

Entendemos que o texto da Lei Orgânica do Município que trata o Saco da Fazenda como Área de Preservação Permanente - APP refere-se a uma condição específica de zoneamento para aquela área.

Atualmente, o Município de Itajaí possui seis UCs, sendo quatro de proteção integral e duas de uso sustentável, conforme estabelece o SNUC (2000) e apresentado no Quadro 1.

Considerando a necessidade de diferenciar o que são Unidades de Proteção Integral e de Uso Sustentável, uma vez que esta diferença acaba gerando confusão de interpretação, transcreve-se o estabelecido no SNUC (2000), sendo:

1 UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL: O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais.

2 UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL: O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Como uso indireto são consideradas as atividades de Pesquisa Científica, Educação Ambiental, Recreação em Contato com a Natureza, Ecoturismo e Preservação.

Quadro 1: Unidades de Conservação do município de Itajaí (Fonte: Laboratório de Planejamento e Manejo de Unidades de Conservação-LPMUC) .

UC	GRUPO (SNUC)	ATO DE CRIAÇÃO	ÁREA (m ²)
Parque Natural Municipal da Ressacada	Proteção Integral	Dec. nº 2.824 de 10/12/82	NÃO DEFINIDA
Área de Proteção Ambiental do Brilhante	Uso Sustentável	Lei nº 2.832 de 22/09/93	20.147.036,38
Parque Natural Municipal do Atalaia	Proteção Integral	Dec. nº 8.107 de 25/01/07	195.000
Parque Natural Municipal de Cordeiros	Proteção Integral	Dec. nº 8.297 de 25/07/07	10.196, 4868
Parque Natural Municipal Ilha das Capivaras	Proteção Integral	Dec. nº 7.954 de 24/07/06	115.282,33
Área de Proteção Ambiental do Saco da Fazenda	Uso Sustentável	Dec. nº 8.513 de 04/03/08	650.000

Percebemos que após o ano de 1999 foram criadas mais quatro UCs: Parque Natural Municipal do Atalaia (2007), Parque Natural Municipal de Cordeiros (2007),

Parque Natural Municipal da Ilha das Capivaras (2006) e Área de Proteção Ambiental do Saco da Fazenda (2008). Como se pode perceber a área do Saco da Fazenda acabou tornando-se uma UC de Uso Sustentável.

Apesar do Município de Itajaí possuir atualmente seis UCs, apenas o Parque Natural Municipal do Atalaia - PNMA se encontra efetivado, possuindo Plano de Manejo e Conselho Gestor constituído e atuante.

A criação do PNMA contou com estudo técnico contratado pela FAMAI, o qual subsidiou o decreto de desapropriação da área com fins de implantação do Parque. A partir daí, o processo de licenciamento ambiental de ampliação do Porto de Itajaí possibilitou parte do recurso para aquisição da área e elaboração do Plano de Manejo como medida compensatória.

Cabe salientar o papel do Laboratório de Planejamento e Manejo de Unidades de Conservação (LPMUC) da UNIVALI, que além de elaboração do Plano de Manejo contribuiu para que o processo se desse de forma participativa e atendendo o que estabelece o SNUC (2000). Marenzi *et al* (2009) e Lehmkuhl *et al* (2007) destacam esta questão e incluem que a formação do Conselho Gestor desta UC se deu de forma participativa, envolvendo diversos atores sociais por meio de reuniões, audiências públicas e oficinas participativas de planejamento. Neste planejamento participativo foi verificado o anseio da comunidade envolvida no sentido de ampliar a área do Parque de maneira a incluir maior porção da Morraria do Atalaia, demonstrando a percepção sobre a importância do mesmo na conservação da biodiversidade e da beleza cênica, conforme ressaltado por Cunha & Marenzi (2009).

Neste aspecto, ganha destaque o trabalho realizado pelo LPMUC através do projeto de extensão da UNIVALI, intitulado **Apoio a Implantação de Unidades de Conservação na região centro-norte catarinense**, aprovado em 2007, que vem, ao longo destes últimos quatro anos, gerando informações sobre as demais UCs do Município de Itajaí e região, bem como assessorando tecnicamente os processos de implantação, com destaque para o Parque Natural Municipal da Ressacada.

Apesar de informações existentes e da importância ecológica e paisagística das outras UCs listadas no Quadro 1, por não estarem efetivadas acabam não desempenhando o seu papel na proteção dos ecossistemas e da biodiversidade dentro do Município de Itajaí, bem como não propiciando outros objetivos, como o uso público junto a natureza e a sustentabilidade dos recursos naturais, podendo possibilitar renda e geração de empregos. Neste aspecto ganha força e importância o papel das instituições na efetivação destas UCs.

O papel das instituições na preservação/conservação dos recursos naturais

Para entender o papel das instituições na preservação/conservação dos recursos naturais do Município de Itajaí, é possível considerar o processo de formação do movimento sócio-ambientalista de Itajaí, apresentado por Santos (2007) da seguinte forma:

Foto: Billy Alexander, EUA.

[...] parece estar relacionado a alguns momentos marcados numa curta história de aproximadamente 15 anos, ordenados numa "linha do tempo" com base nos dados obtidos. Certamente, os "momentos" identificados não encerram o conjunto de fatores de levam a esse movimento, mas são suficientes para entender a sua formação (p. 41).

Esta linha do tempo, conforme Figura 1, pode reforçar algumas informações já introduzidas por Roman (1999).

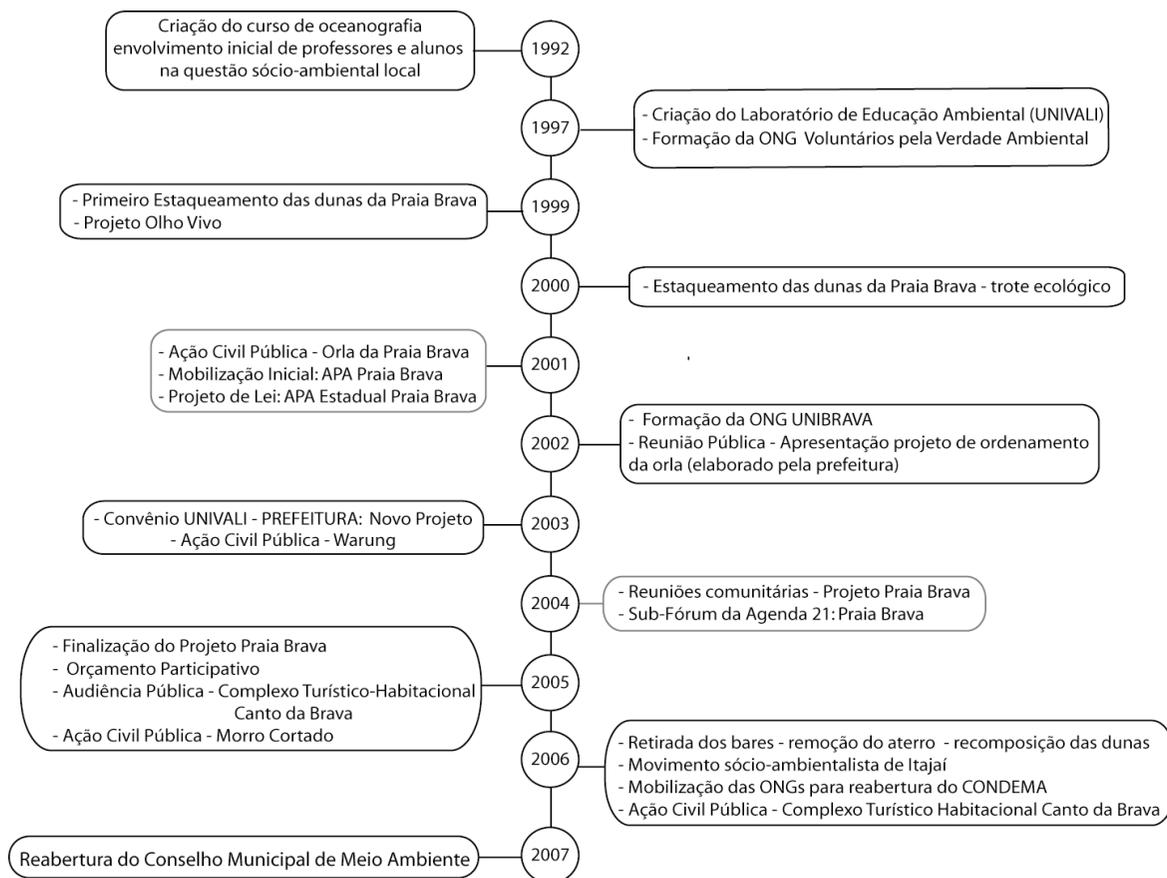


Figura 1: Linha do Tempo do Movimento Socioambientalista de Itajaí (Fonte: Santos, 2007).

Roman (1999) destaca a importância da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI no processo de preservação/conservação dos recursos naturais do Município de Itajaí, trazendo como fato preponderante a criação do Laboratório de Educação Ambiental – LEA, conforme descrito a seguir:

Assim, a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), através do Centro Tecnológico da Terra e do Mar (CTTMar), implantou em 1997 o Laboratório de Educação Ambiental (LEA), visando subsidiar ações de planejamento e gestão ambiental costeira e inserir a educação ambiental nos seus cursos de graduação e na comunidade em geral (p. 29).

Porém, conforme destacado na linha do tempo do movimento socioambientalista de Itajaí (Figura 1), o papel institucional da UNIVALI na preservação e/ou conservação dos recursos naturais no Município de Itajaí inicia no ano de 1992 com a implantação

do curso de Oceanografia, que acabou por gerar uma agenda ambiental dentro do Município que, posteriormente, foi reforçado com a criação do LEA em 1997, por possibilitar a criação de espaços formativos e uma ampliação da discussão sobre as questões ambientais (SANTOS, 2007). O autor reforça ainda que:

Este ambiente social colaborou para que no final do ano de 1997 surgisse a Organização Não Governamental (ONG) Voluntários pela Verdade Ambiental (V-Ambiental), que passaria a assumir o papel de contrapor e tentar parar essa especulação imobiliária e a crescente degradação dos recursos naturais (p.42).

Cabe salientar que a ONG V-Ambiental também foi citada por Roman (1999), lembrando da importância da sua atuação para a preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas da Praia Brava, que ele caracteriza como um patrimônio do município de Itajaí.

As ações desenvolvidas por esta organização acabam ganhando destaque dentro do município de Itajaí, algumas das demandas levantadas viraram ações na justiça por desrespeito e descumprimento da legislação ambiental. Uma das principais ações trata-se do estaqueamento das dunas da Praia Brava realizados nos anos de 1999 (Figuras 2 e 3) e 2000 (Figuras 4 e 5) (SANTOS, 2007).



Figuras 2 e 3: Estaqueamento da Dunas realizado no ano de 1999 pela V-Ambiental e Moradores. (Fonte: Caio Floriano).

Figuras 4 e 5: Estaqueamento da Dunas realizado no ano 2000 como trote ecológico do CTTMar. (Fonte:Caio Floriano).



As Figuras acabam por demonstrar a importância que a implantação do Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar - CTTMar e, por consequência, dos cursos

de Oceanografia, Engenharia Ambiental e Biologia, teve no estabelecimento de ações ambientais dentro do Município. Posteriormente, fortalecido com a criação de novos laboratórios de pesquisas, podendo ser destacado o Laboratório de Planejamento e Manejo de Unidades de Conservação (LPMUC) e o Laboratório de Gerenciamento Costeiro Integrado.

Porém, um fato importante no que se refere à importância das instituições na preservação e/ou conservação dos recursos naturais no Município de Itajaí é a fundação da União dos Amigos da Brava no ano de 2002, pois esta instituição veio fortalecer o trabalho até então desenvolvido pela V Ambiental sendo, provavelmente, a entidade mais atuante hoje, trabalhando principalmente com fiscalização e denúncias de crimes ambientais.

Estas duas entidades em parceria desenvolveram diversas ações como: denúncias de crimes ambientais e manifestações pela preservação e/ou conservação dos recursos naturais (Figuras 6 e 7). Possivelmente a luta mais emblemática tenha sido pela proteção da Praia Brava, que acabou por gerar uma Ação Civil Pública - ACP (2001.72.08.000141-4) pela ocupação irregular do ambiente de dunas, resultando na recuperação ambiental e ordenamento da orla desta localidade (Figuras 8, 9, 10 e 11).

Figuras 6 e 7: Manifestação para preservação do Canto norte da Praia Brava (Fonte: Caio Floriano).



Figuras 8 e 9 :Obra de recuperação ambiental e ordenamento da orla da Praia Brava no ano de 2006. (Fonte:Caio Floriano).



Figuras 10 e 11: Obra de recuperação ambiental e ordenamento da orla da Praia Brava finalizada. (Fonte: caio Floriano/ 2011).



Cabe destacar, ainda, que atualmente o Parque Natural Municipal do Atalaia é gerido de forma compartilhada entre a Associação de Moradores do Bairro Fazenda e Fundação de Meio Ambiente de Itajaí (FAMAI), através de um termo de parceria.

Portanto, esta ação, bem como as demais descritas, tem demonstrado que as instituições não governamentais possuem um importante papel na preservação e/ou conservação dos recursos naturais do município de Itajaí, contribuindo com a implantação e gestão de UCs, provocando a mobilização da sociedade civil e/ou sendo proponente de projetos e novas agendas para o poder público.

Considerações finais

Apesar de não expressivas em número, o Município de Itajaí possui instituições não governamentais atuantes no que tange a preservação e/ou conservação dos recursos naturais, sendo que as mesmas possuem um papel fundamental dentro deste cenário. Porém, esta responsabilidade não pode ser apenas destas instituições e deve ser compartilhada também com o Poder Público Municipal.

Ao longo do processo dos movimentos socioambientais em Itajaí, a UNIVALI, por meio do Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar, se destaca como impulsionadora na formação de agentes multiplicadores.

No que tange a situação das Unidades de Conservação em Itajaí, percebemos evolução do cenário apresentado por Anjos (1998) e Roman (1999). Apesar desta evolução quantitativa e qualitativa, os resultados apontam a necessidade de trilharmos o caminho da real efetivação das outras UCs existentes, buscando a definição de delimitações de áreas, a elaboração de Planos de Manejo, a formação de conselhos gestores e a participação da sociedade.

A efetivação do PNMA deve servir de exemplo para as ações a serem realizadas com objetivo de efetivar as demais UCs municipais, bem como a experiência positiva de gestão compartilhada entre a Associação de Moradores do Bairro Fazenda e Fundação de Meio Ambiente de Itajaí (FAMAI). No entanto, a ampliação da área deste Parque, envolvendo uma porção maior da morraria do Atalaia, ainda é um anseio da comunidade local, já demonstrado na ocasião do processo de planejamento participativo.

Referências

- ANJOS, Marcos. **Áreas de Preservação**. Anuário de Itajaí, Fundação Genésio Miranda Lins, Itajaí: FGML, 1998.
- BRASIL. Lei n. 9.985-18 jul.2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília, 2000.
- BRASIL. Lei n. 4771-15 de set.1965. Institui o Novo Código Florestal. Brasília, 1965.
- CUNHA, Susana Beatriz; MARENZI, Rosemeri Carvalho. Modelo de processo particip(ativo) na implantação de um Parque Natural Municipal: Realiz(ações) e/ou frustr(ações)? **In:** VI Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 2009, Curitiba.Anais do VI Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba: Fundação O Boticario, 2009.
- LEHMKUHL, Carolina W et al. Oficina de trilha interpretativa como subsídio ao processo participativo na implantação do Parque Natural Municipal do Atalaia. **In:** Áreas Protegidas e Inclusão Social: tendências e perspectivas. Rio de Janeiro. Vol.3, n.1, 2007
- MARENZI, Rosemeri Carvalho *et al.* Apoio à Implantação de Unidades de Conservação na Região Centro-Norte Catarinense. In: **Extensão em Foco**. Curitiba: Editora UFPR, n.3, p89-97, jan-jun.2009.
- ROMAN, Antonio Henrique. **Itajaí e o Meio ambiente: o papel das instituições na preservação do ambiente natural**. Anuário de Itajaí, Fundação Genésio Miranda Lins, Itajaí: FGML,1999.
- SANTOS, Caio Floriano. **A participação do movimento sócio-ambientalista de Itajaí na construção de cenários alternativos de gestão e desenvolvimento na Praia Brava, Itajaí (SC)**. 2007. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Oceanografia) - Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar -CTTMar, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2007.



ITAJAÍ – TERRA SEM FRONTEIRAS

Simone dos Santos

Salve oh Terra sem fronteiras,
Sublime, virtuosa e gentil.
Gente simplice, cordial e hospitaleira,
És o berço que acalenta sonhos mil.

Estandarte glorioso e inabalável,
Revelas o que tens de anil e imaculado.
Teu mar, teu céu, em tudo insuperável,
A imagem da Cruz tem te contemplado.

Adornos delineados tua orla emana,
Paraíso natural, fascínio e magia.
És o orgulho do povo que te ama,
Menina dos olhos eternizada em poesia.

Itajaí, do rio de curvas sinuosas e ardentes,
Da brisa serena, da calmaria do mar.
Dos dias cálidos, das noites cadentes,
De iguarias consagradas, da cultura popular.

Salve oh Terra soberana,
Tens o mais esplêndido porto austral.
Venerada és iriante dádiva divina,
Itajaí, incomparável Torrão Natal!



*Itajaí, 1950. vista parcial do porto.
Acervo CDMH. tomo nº 026.06317.*

Depoimento – Educadoras Patrimoniais do Projeto Compartilhando a História

Cristina Pinzegher Silveira

Maria Tereza farias Lira

Educadoras Patrimoniais do Centro de Documentação e Memória Histórica



Projeto de Educação Patrimonial da Fundação Genésio Miranda Lins contempla as atividades realizadas no Centro de Documentação e Memória Histórica – Arquivo Público de Itajaí, com o Projeto Compartilhando a História.

Somos professoras da Rede Municipal de Ensino, formadas em História e Letras, ambas pós-graduadas e com ampla experiência em educação.

Atualmente estamos prestando nossos serviços na Fundação Genésio Miranda Lins na unidade CDMH – Arquivo Público.

Nosso trabalho consiste em desenvolver o Projeto Compartilhando a História com ações educativas tanto nas Unidades Escolares, seja pública ou privada, e também no CDMH.

O projeto tem como objetivo em despertar o interesse do público sobre a História de sua cidade, promovendo a inclusão do visitante como sujeito histórico ao perceber o CDMH como lugar de memória, referência de pesquisa, facilitando o acesso a informação e ao conhecimento de seus antepassados, da história da cidade e da região.

Compreende também aspectos de preservação, reflexão e divulgação da memória, contribuindo para história cultural prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).



Pensando na função do CDMH dentro do enfoque educacional, criamos uma dinâmica que envolve a todos. Desta forma foi enfatizada a criação de pontos de transmissão onde serão organizadas as ações educativas buscando na metodologia subsídios que possibilitam o despertar do interesse sobre as fontes oferecidas no arquivo. Discutir os componentes da história de Itajaí, antigos moradores, os Carijós, a criação do Curato, a Revolução Federalista, a entrada dos Imigrantes, a contemporaneidade, através de recursos audiovisuais e visitas aos setores possibilitando o desenvolvimento do processo educativo, juntamente com textos pesquisados a partir do acervo existente no arquivo.

Assim verifica-se a importância do Arquivo Público na multiplicidade de olhares decorrentes da relação entre arquivo e pesquisa.

Durante o primeiro semestre de 2011 foram atendidos no CDMH 557 alunos e nas Unidades Escolares 2141 alunos. Percebemos o quanto é importante o projeto tendo em vista a falta de informação da real finalidade do CDMH para a comunidade em geral como fonte de pesquisa.

Para nós, enquanto profissionais da educação, é de grande importância o desenvolvimento desse projeto, pois o retorno tem sido gratificante. E esse retorno não vem só do aluno, vem daquele professor que necessita de parcerias para desenvolver um ensino de qualidade, pois está realmente comprometido com uma prática educativa efetiva.

O Projeto Compartilhando a História além de atender a educação também atende outras unidades, como: Centro de Convivência do Idoso Hermógenes Marcelino Mendes e Centro de Arte e Lazer pesquisando biografias de seus patronos.

Estamos satisfeitas com o resultado que o projeto vem alcançando e com a grande solicitação das escolas. Isso com certeza é fruto de um trabalho de qualidade.



Na montagem, à esquerda, alunos atendidos pelo projeto Compartilhando a História (acervo digital - CDMH). Ao fundo, Itajaí, 1948. Acervo CDMH, tombo n° 026.06326

Um olhar sobre as Políticas Públicas em cultura: criação e discursos de museus na cidade de Itajaí

Marco Antonio Figueiredo Ballester Junior

Pós-graduando em Políticas Públicas pela AUPLEX. É servidor público na Fundação Genésio Miranda Lins em Itajaí, professor em Documentação Museológica pelo Centro Universitário Barriga Verde. Atua como pesquisador e consultor na JP Cultural, Assessoria Museológica Cultural.

Maurício da Silva Selau

Doutorando em Museologia pela ULHT (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia). Professor de História no Colégio São Bento de Criciúma e no UNIBAVE (Centro Universitário Barriga Verde), de Orleans. Atua como pesquisador e consultor na JP Cultural, Assessoria Museológica e Cultural.

Políticas Públicas em Museus: Parâmetros Gerais

Quando é mencionada a palavra política, o imaginário social formula a imagem de decisões realizadas em quatro paredes sem a participação social, executadas no sentido vertical e destinadas a grupos que se encontram no poder através de vínculos partidários. Dentro desse âmbito, o público e privado misturam-se nas decisões que deveriam ser coletivas.

*Palácio Marcos Konder (acervo digital - CDMH).
Acervo CDMH. tombo nº 026.06317.*

No Brasil, os regimes democráticos são intercalados com processos ditatoriais ou de governos centrados a grupos fechados em círculos exclusivos, sem abertura a outros discursos sociais. Historicamente, o país foi relegado a essa lógica política; nos breves espaços democráticos o conservadorismo e as falas de progresso com viés nacionalista foram de embates gerando, na década de 1960, a culminância no Regime Militar que colocou o país na lógica da industrialização e nas liberdades individuais cerceadas.

Dentro da história republicana em nosso país, grande parte dos setores populares foi relegado às decisões públicas e principalmente de políticas que sejam adequadas a realidade nacional, gerando um afastamento da população nos debates e decisões públicas.

Dessa forma, não pretendemos realizar um estudo desse imaginário social e sim auxiliar em como foram moldadas essas formas de observar, como foram construídas as políticas públicas em nosso país nesse contexto histórico e cultural elucidando para o entendimento desse afastamento social e para quem se remete essas políticas. A cidade de Itajaí não estará desconectada dessa realidade e os discursos públicos elucidam isso principalmente nas fissuras sociais dessa cidade e os intelectuais inseridos nesse processo. Nesse sentido, Foucault (2004 p. 70) argumenta sobre o papel destes intelectuais:

[...] Parece-me que a politização de um intelectual tradicionalmente se fazia a partir de duas coisas: em primeiro lugar, sua posição de intelectual na sociedade burguesa, no sistema de produção capitalista, na ideologia que ela produz ou impõe (ser explorado, reduzido à miséria, rejeitado, "maldito", acusado de subversão, de imoralidade, etc); em segundo lugar, seu próprio discurso enquanto revelava uma determinada verdade, descobria relações políticas onde normalmente elas não eram percebidas.

Esse papel do intelectual politizado pode ser percebido com os primeiros esforços de construção de política pública no Brasil na década de 1930, na cidade de São Paulo, com a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura daquele município, construindo formas de análise do material e imaterial e principalmente aliando o discurso acadêmico e popular. Para a época, era extremamente inovador esse tipo de abordagem, o que ocasionou viagens para o restante do país fora do "eixo dinâmico" (RUBIM, 2007, p. 15).

Com esse processo de uma redescoberta da cultura nacional aliada às idéias da Semana de Arte Moderna de 1922 e tendo como pano de fundo o governo ditatorial de Getúlio Vargas, o país criou legislação e mecanismos de aplicação dessas políticas através do SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico Nacional), ícone da proteção do patrimônio pedra e cal. Observando o passar dos anos, vários movimentos sociais (estudantil, educacional) tentaram realizar diversos processos de construção de políticas públicas nessa área com exemplos pontuais e sem grandes desdobramentos em todo território nacional, onde até 1975 (dentro do governo ditatorial) existiu um vácuo nessa área.

Com a criação do Plano Nacional de Cultura em 1975, ocorreram reações em duas vertentes: a manutenção do regime militar nos ideais de nacionalidade e a criação de organismos que fizessem a legislação e aplicação das políticas públicas nacionais,

criando organismos para manutenção e criação de uma cultura nacional. Contudo, na década de 1990, com a volta do regime democrático e a tentativa de “modernização” do mercado cultural em nosso país, foram inseridas as leis de incentivo a cultura, onde o Estado relegou a iniciativa privada à política pública de cultura.

Somente a partir de 2003 o Governo Federal retomou a discussão de política pública, o que ocasionou a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), que em 2009 tornou-se um instituto, o IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus); essas duas ações são frutos da Política Nacional de Museus, onde foram criados mecanismos para uma profissionalização na área cultural e os museus não fugiram disso.

Em Santa Catarina, esses discursos e as políticas públicas para área de museus foram feitas de forma análoga no Estado, ora acompanhando o processo nacional, ora afastando-se, contudo, as primeiras políticas de estado para museus em Santa Catarina iniciam-se de forma tardia. Os primeiros organismos que detém a gestão e controle de gestão cultural no Estado datam da década de 1960, tendo a vinculação com o Governo Estadual diretamente ou indiretamente, são os casos do Conselho Estadual de Cultura e Fundação Catarinense de Cultura. Ambas criadas dentro de uma política oligárquica e centradas em famílias tradicionais, que se alternavam nos rumos da política estadual.

Mesmo nesse rumo o Governo do Estado realizou diversos cursos de capacitação pelo interior de Santa Catarina, que não foi dado seqüência devido mudanças políticas de nível nacional refletindo também no Estado.

Na década de 1990, o governo estadual acompanha a lógica da esfera federal e adota a política cultural de valorização da cultura local com viés turístico, acontecendo a retirada do estado como gestor e relegando essa função para a iniciativa privada. Mesmo assim, acontece a criação de gerência para os museus (GEOMU) em Santa Catarina, que continuaria o processo de capacitação, em conjunto com outros organismos, como o Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU) criado pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e que foi referência catarinense para essa ação, usado como exemplo para o programa de capacitação do governo federal. Uma das ações do GEOMU foi a criação do Guia de Museus Catarinenses, referência básica e de quantificação dos museus no Estado de Santa Catarina, só suplantado pelo atual cadastro estadual de museus, mas a referência foi esse guia.

Esse período foi excedido pela descentralização da política pública estadual, criando leis de incentivo à cultura que deixam, cada vez mais para a iniciativa privada, a gestão das formas de financiamento dos entes culturais e, principalmente, a regionalização da cultura estadual. Essas medidas provocam a extinção do GEOMU e a política de eventos passa a ser o cerne da ação do Estado nesse período.

Palácio Marcos Konder (acervo digital - CDMH).

Com as demandas nacionais (criação do DEMU, transformado em IBRAM) o governo do Estado realizou dois fóruns estaduais e a organização do Sistema Estadual de Museus (SEM/SC); isso ocasiona um novo olhar sobre os museus catarinenses e demandas que estão sendo levantadas para a profissionalização no Estado. Hoje, o SEM/SC está organizando o 3º Fórum Estadual, que poderá renovar a Política Estadual de Museus e construir novos diálogos entre os profissionais, Estado e sociedade para uma proposta mais próxima das regiões onde esses museus estão sediados.

Em Itajaí, há aproximação e afastamento das políticas implantadas nos Governos Nacional e Estadual e a abertura de museus na cidade vem de interesses privados, através da lógica do colecionismo, bem como a inserção de intelectuais locais que tinham interesse nessa unidade cultural, bem como o encontro da grande onda de abertura de museus municipais no país. O crescimento da cidade e o colecionismo existente em Itajaí deram origem ao primeiro museu no território municipal. Silveira Junior demonstra essa trajetória:

Estamos na fase dos apartamentos e se tivermos um museu, para lá irão ser encaminhados velhos móveis de inestimável valor, louças, fotografias, até roupas, sem contar documentos e mil e uma preciosidades que, mudando-se para apartamentos ninguém sabe o que fazer com tudo isto.

Dentro desse contexto, a inserção de pessoas da comunidade foi fundamental para a abertura do primeiro museu da cidade. O Sr. João Amaral Pereira tomou para si a iniciativa da abertura de um museu. Com os contatos pessoais que possuía, conseguiu a aproximação com a Prefeitura de Itajaí onde, no mandato do prefeito Frederico Olíndio de Souza, cria-se a Fundação Genésio Miranda Lins para a gestão dessa ação: criação e manutenção do primeiro museu da cidade de Itajaí.

O discurso fundador da primeira unidade cultural da Fundação Genésio Miranda Lins vem muito referente aos articulistas de jornais e suas colunas, bem como o peso histórico que esse primeiro museu estava suscitando. Novamente Silveira Júnior demonstra isso, “[...] cuide da nossa história, da nossa linda cidade, João. Registre em fotos as coisas boas (as procissões, as festas), mas registre também os eventos ruins, como as pequenas enchentes da Rua Sete, e ponha no seu museu”.

Após a inauguração do Museu Histórico de Itajaí, logo no seu primeiro ano de vida, a sua mantenedora sofreu com cortes de gastos, o que dificultou sua operacionalização. Esse estado mudou a partir da segunda metade da década de 1990, quando a Fundação Genésio Miranda Lins começou a ter orçamento e quadro funcional próprio por concursos públicos, tão necessários para manutenção dos espaços do museu, mesmo que minimamente. Nesse período foi também criado o Arquivo Histórico da cidade, começando a expansão da Fundação Genésio Miranda Lins, culminando no início do século XXI com a criação de outro museu, juntamente com as novas preocupações com a materialidade e imaterialidade em Itajaí.

Análises do Discurso: Identificando Políticas Públicas

O presente artigo tem como finalidade demonstrar e entender as políticas públicas municipais para a cultura e como essas diretrizes foram implantadas e, por consequência, como os museus da cidade foram criados. O presente artigo tem como objetivo trazer uma releitura dessas unidades culturais e onde os órgãos estatais de Itajaí estiveram criando os seus espaços de memória.

Além disso, o estudo tem como finalidade observar a criação de novos museus sob o olhar teórico da nova museologia no intuito de perceber quais são os referenciais das novas unidades museológicas com as que já estavam em funcionamento.

Dentro dessa perspectiva, essa análise é feita dentro do pouco material produzido referente à criação de museus na cidade. Esse artigo tem como ponto principal mostrar de forma resumida essa área da cultura e o entendimento de como ocorreu esse processo nas ações da Fundação Genésio Miranda Lins e Prefeitura Municipal de Itajaí. Portanto, o trabalho tem como finalidade demonstrar os diversos vieses da administração pública e suas políticas para essa área no município de Itajaí, bem como para população da cidade.

O método abordado na pesquisa foi o Comparativo/Correlacional (LAKATOS, 2004), no intuito de analisar as duas estruturas de políticas públicas a nível nacional e municipal. O método comparativo se mostrou o mais adequado, pois segundo Markoni e Lakatos (2009, p. 92),

Considerando que o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupo, sociedade ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano, este método realiza comparações para com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. O método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou diferentes estágios de desenvolvimento.

Adotamos a abordagem qualitativa, devido ao seu enfoque de forma aberta que permitiu abranger o público que participou na elaboração e execução das políticas públicas municipais, em conjunto com os reflexos da comunidade envolvida com tal projeto. Foram identificados dois modelos de gestão para os museus da cidade que foram analisadas de forma qualitativa, porque:



A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc. [...] enquanto que no qualitativo as amostras são reduzidas, os dados são analisados em seu conteúdo psicossocial e os instrumentos de coleta não são estruturados. (MARKONI & LAKATOS, 2009, pág. 269).

A opção qualitativa se fez devido à proposta de observar não a quantidade das ações dos dois modelos de gestão, mas aquilo que elas traduziram para a cidade e como foram os contatos com as políticas públicas nacionais, observando o comportamento dos gestores frente à questão museal e principalmente como isso foi transmitido para a sociedade.

A pesquisa possui um viés de observar quais são os discursos que predominam nos livros atas nos dois períodos de gestão (1977 a 2005 e 2005 a 2008) e como foram registradas as ações da Fundação Genésio Miranda Lins no que concerne a política pública para museus.

Para fazer essa análise, optamos pela construção teórica de Michel Foucault sobre a construção dos discursos e sua relação com o poder; esse último de forma sutil se impõe socialmente. Demonstrando as redes de dominação e trocas e a forma como o discurso existe nas várias esferas, Foucault ajuda a pensar estas relações ao ponderar que:

O desejo diz: "Eu não queria ter de entrar nessa ordem arriscada do discurso: não queira ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como destroço feliz". E a instituição responde: "Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que honra mas o desarma; e que, se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém". (FOUCAULT, 2000, p. 07).

A forma como se constroem na sociedade as redes de sociabilidade e poder nas diversas épocas históricas, demonstra como o discurso pode mudar conforme a necessidade e como se especializa, como o caso do discurso médico, psicanalítico, acadêmico, dentre outros. Aliado a isso as instituições produzem discursos que podem ser, no mesmo ambiente, contraditórios:

Mas pode ser que essa instituição e esse desejo não sejam outra coisa senão duas réplicas opostas a uma mesma inquietação: inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material da coisa pronunciada ou escrita: inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina: inquietação de suportar lutas e vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades (FOUCAULT, 2000, p. 7).

Dentro desse propósito, a análise dos discursos da Fundação Genésio Miranda Lins foi realizada com base nos livros de atas onde estão registradas as ações planejadas e executadas por esta instituição. Observando os dois modelos de gestão, conseguimos identificar quais são os discursos produzidos por ambos no que concerne a políticas públicas e as relações de poder existentes com os seus homônimos em nível nacional e estadual.

A lógica de crescimento da Fundação Genésio Miranda Lins obedece a dois modelos claros de gestão. O primeiro opta em expansão dos espaços físicos para a construção de uma historiografia oficial do município. Observando essa lógica, foram inaugurados o Museu Histórico de Itajaí (1982), o Arquivo Histórico de Itajaí (1985) e o projeto do Museu Etno-Arqueológico de Itajaí (2003), todas as três propostas de locais de salvaguarda da memória obedecem aos preceitos de museus e arquivos do século XIX, buscando uma identidade local pautado sobre os nomes de ilustres cidadãos da cidade de Itajaí. Mas ao mesmo tempo foram realizados concursos e investimentos públicos diretos para execução de projetos da instituição, ao invés de deixar esta responsabilidade para a iniciativa privada, como é comum entre os gestores deste perfil.

O segundo modelo de gestão, ao invés de investir na expansão de novas unidades, optou por discutir os acervos contidos nas existentes e buscou novas formas de interpretar o patrimônio, principalmente pela vertente da história oral. Houve o crescimento de recursos públicos diretos para a Fundação Genésio Miranda Lins, porém nesse período não ocorreram concursos e os investimentos ficaram relegados a ações de cunho imaterial e de divulgação do patrimônio municipal.

Peça esposta no Museu Histórico (acervo digital - CDMH).



Observando os dois modelos, ambos se apóiam na existência de um Conselho, intitulado de Curador. Porém, percebemos no primeiro modelo uma estrutura administrativa com poucos cargos políticos e o Conselho Curador que faz a tomada de decisões do órgão com maior número de componentes representando a sociedade civil organizada e com um número menor de conselheiros da Prefeitura Municipal de Itajaí. Já no segundo modelo esse caráter inverte, onde o órgão público cresce na sua representatividade diminuindo a representatividade da sociedade civil no então Conselho Deliberativo.

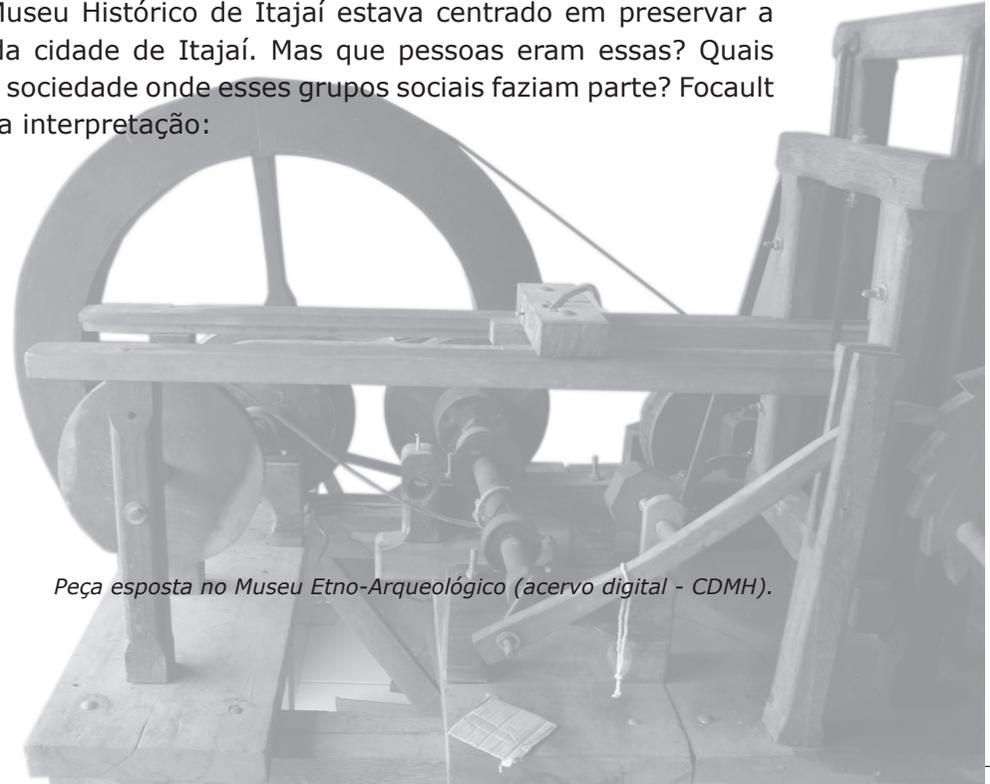
Ao analisar as gestões da Fundação Genésio Miranda Lins e sua política pública para museus, observam-se dois modelos ideológicos claros: o primeiro utilizando recursos públicos, mas tendo a decisão da aplicação desses por entes privados e com recorte patrimonial para a vertente material. Já o segundo possuindo recursos públicos, mas buscando outras fontes de renda (como renúncia fiscal e patrocínios diretos), tendo a decisão de controle da instituição com a maioria dos membros do conselho sendo gestores públicos com o recorte patrimonial para a vertente imaterial.

Discursos e interações A Fundação Genésio Miranda Lins

A Fundação Genésio Miranda Lins foi a primeira proposta de política pública na cidade de Itajaí para museus. Foi criada para ser a mantenedora do Museu Histórico de Itajaí. A partir dela surgiram outras unidades, como o Arquivo Histórico de Itajaí (atual Centro de Documentação e Memória Histórica Genésio Miranda Lins) e o Museu Etno-Arqueológico de Itajaí.

Como primeira instituição que trabalhou com o patrimônio na cidade, as suas demandas estiveram entre os discursos públicos e privados, que foram diretamente relacionadas com a construção da política museal da cidade.

O discurso inicial do Museu Histórico de Itajaí estava centrado em preservar a memória local das pessoas da cidade de Itajaí. Mas que pessoas eram essas? Quais discursos perpassam por essa sociedade onde esses grupos sociais faziam parte? Focault (1979, p. 39-40) auxilia nessa interpretação:



Peça esposta no Museu Etno-Arqueológico (acervo digital - CDMH).

Com forma de funcionar parcialmente distinta há as "sociedades de discurso", cuja função é conservar ou produzir discursos, mas para fazê-los circular em um espaço fechado, distribuí-los somente segundo regras estritas, sem que seus detentores sejam despossuídos por essa distribuição. Um desses modelos arcaicos nos é dado pelos grupos rapsodos que possuíam o conhecimento dos poemas a recitar ou, eventualmente, a fazer variar e a transformar; mas esse conhecimento, embora tivesse por finalidade uma recitação de caráter ritual, era protegido, defendido e conservado em um grupo determinado, pelos exercícios de memória, muitas vezes bem complexos, que implicava; sua aprendizagem fazia estar mesmo tempo em um grupo e em um segredo que a recitação manifestava, mas não divulgava; entre a palavra e a escuta os papéis não podiam ser trocados.

É certo que não mais existem tais "sociedades de discurso", com esse jogo ambíguo de segredo e de divulgação. Mas que ninguém se deixe enganar; mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de apropriação de segredo e de não-permutabilidade

A Fundação Genésio Miranda Lins possuía, no período de 1977 a 2004, o discurso das normas criadas pelo então Conselho Curador e que não possuía influência da Prefeitura Municipal de Itajaí. Possuía um discurso de um grupo que se perpetuou durante esse período e passando pelas influências de diversos governos municipais (sendo eles ligados a linhas partidárias opostas). A pergunta que fica: era uma instituição pública?

A falta desse diálogo entre a Prefeitura Municipal de Itajaí e o Conselho Curador da Fundação Genésio Miranda Lins só começa a mudar a partir da década de 1990. Essa aproximação fica demonstrada devido o aparecimento nos livros ata da instituição a menção de orçamento público para a Fundação Genésio Miranda Lins. Fica a pergunta: quais foram os motivos para isso?

Somente no final da década de 1990 e início do século XXI a Fundação Genésio Miranda Lins sofre o seu maior crescimento (criação do Centro de Documentação e Memória Histórica e a realização dos primeiros concursos), mas a grande fase seria a tentativa de implantação de mais um museu na cidade. Mas quais discursos perpassam a criação desse museu?

Somente no ano de 2005 aconteceu a primeira mudança administrativa da Fundação Genésio Miranda Lins; o então Prefeito Municipal realiza diversas mudanças nos quadros políticos administrativos, dentre eles a criação de uma superintendência e uma nova interpretação do patrimônio para a Fundação, indo da vertente material para a imaterial. Com isso, surge o Projeto Memória dos Bairros, trazendo à tona outras falas da sociedade que o Museu Histórico de Itajaí até então não englobava. Observando isso, Foucault (2004, p. 170) demonstra esse discurso sobre o patrimônio.

Poder-se-ia dizer que existe um estranho paradoxo em querer agrupar em uma mesma categoria de saber dominado os conteúdos do conhecimento histórico, meticoloso, erudito, exato e estes saberes locais, singulares, estes saberes das pessoas que são saberes sem senso comum e que foram deixados de lado, quando não foram efetivamente e explicitamente subordinados. Parece-me que de fato foi este acoplamento entre o saber sem vida da erudição e o saber desqualificado pela hierarquia dos conhecimentos e das ciências que deu à crítica destes últimos anos sua força essencial.

Com essa maneira diferenciada de interpretar o patrimônio e com uma nova estrutura administrativa, a Fundação Genésio Miranda Lins ganha *status* de secretaria, bem como novas responsabilidades jurídicas. Claro que novos discursos serão inseridos nesse processo. Novamente Foucault (2004, p. 70) nos auxilia nessa percepção.

Para nós, o intelectual teórico deixou de ser um sujeito, uma consciência representante ou representativa. Aqueles que agem e lutam deixaram de ser representados, seja por um partido ou um sindicato que se arrogaria o direito de ser a consciência deles. Quem fala e age? Sempre uma multiplicidade, mesmo que seja na pessoa que fala ou age. Nós somos todos pequenos grupos. Não existe mais representação, só existe ação de teoria, ação de prática em relações de revezamento ou em rede.

Com a Fundação Genésio Miranda Lins adotando uma nova formatação jurídica de deliberação e a presença de novos atores públicos na gestão dos museus da cidade, surge a aproximação com mecanismos internacionais para essa área, como a menção de certas ações em estatuto que apontam para um discurso público mais democratizante.

Novas propostas de museus surgem na cidade. Serão em geral propostas de museus temáticos, porém, a partir de coleções privadas. De todo modo foi incluído na gestão a discussão de acessibilidade aos museus e principalmente a criação de comissões para entrada de acervos no Museu Histórico de Itajaí. O Museu Etno-Arqueológico, que no período 2005 a 2008 foi chamado de Museu da Gente do Vale, seria uma contraproposta do patrimônio museal da cidade, mas não foi aberto durante aquele período. Quais foram os impedimentos?

Contudo, observando esses avanços e recuos, a Fundação Genésio Miranda Lins, nesse período, humanizou o patrimônio, afastando-o de discursos construídos de locais inertes ou sem vida durante os anos de 2005 a 2008. Dentre as ações merecem destaque a valorização da memória das pessoas e principalmente os saberes e fazeres locais.

Considerações

O presente artigo é apenas um ponto de partida para o questionamento sobre a formação de políticas públicas para a área de museus na cidade de Itajaí, observando claramente dois modelos de gestão distintos: o primeiro, que foi do ano de 1977 a 2005, e o segundo, de 2005 a 2008.

Os modelos possuem diferenças: na formação do Conselho Curador (1977 a 2005), a presença mínima do Estado; no Conselho Deliberativo (2005 a 2008), a presença do Estado nas suas decisões. Contudo, observa-se a falta de profissionalização dos museus, mesmo que o primeiro modelo de gestão tenha feito concursos, os mesmos não objetivaram profissionais diretamente ligados aos museus e sim para arquivos e áreas correlatas a museus; já no segundo modelo, não foi cogitado o referido concurso.

Os museus da cidade não se constroem como sujeitos de desenvolvimento social ou memórias coletivas e sim como espaços de discursos ideológicos tendo o poder como pano de fundo.

Foto: Felipe Wiecheteck, Curitiba.

Observando os anos que passaram e o desenvolvimento que a Fundação Genésio Miranda Lins efetivou, pode-se concluir que o mesmo órgão, criado para tratar da política pública municipal de memória local, alcançou êxito nas áreas em que possui profissionais habilitados; nesse caso citamos o Centro de Documentação e Memória Histórica. Nos museus, a ausência de um corpo de trabalhadores da área deixou os mesmos ao sabor da maré política partidária que ocupava o poder público municipal.

Portanto, podemos identificar nos discursos de ambas as gestões, o interesse em criar e implantar museus na cidade. Na gestão 1977 a 2005, percebemos o interesse em dotar as unidades com funcionários e orçamentos. No seu oposto, observa-se o investimento nos saberes e fazeres sociais e democratização do acesso das pessoas ao museu, bem como uma aproximação dos organismos públicos municipais e federais na gestão 2005 a 2008.

Por fim, consideramos que a cidade de Itajaí precisa formular uma política pública clara para a área de museus ouvindo os diversos atores sociais. Que este processo represente um avanço no propósito de possuir museus e construí-los como representações sociais e não apenas de alguns grupos sociais, sendo a representação da cidade e das ações realizadas nela ser pró-ativo com ações que sejam favoráveis à comunidade, buscando sempre o seu desenvolvimento sustentável.

Referências

Bibliográficas

- D'ÁVILA, Edison. **Pequena História de Itajaí**. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins: Prefeitura Municipal de Itajaí/Secretaria de Desenvolvimento Social/Comissão Municipal de Cultura, 1982.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- KONDER, Marcos. **A Pequena Pátria**. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins: Prefeitura Municipal de Itajaí/Secretaria de Educação, 2003.
- JACINTO, Elizete Maria. **Museu Histórico de Itajaí: Criação, Memórias e Experiências em Educação e Participação Comunitária**. (Década de 1970 – 2007). 2007. P. 98. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura e Bacharelado em História), História, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2007.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- OLIVEIRA, Rafael Pereira. **Políticas Culturais e o campo museal em Santa Catarina (1987-2006)**. P. 168. Dissertação de Mestrado de Curso (Mestrado em Administração), Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- SANTOS, Myriam Sepúlveda dos Santos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, 1996.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil** Salvador: EDUFBA, 2007.

Periódicos

- ANUÁRIO DE ITAJAÍ 2000. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2000.
- ANUÁRIO DE ITAJAÍ 2001. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2001.

- ANUÁRIO DE ITAJAÍ 2002. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2002.
ANUÁRIO DE ITAJAÍ 2004. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2004.
JORNAL DO MUNICÍPIO. Itajaí: Prefeitura Municipal de Itajaí, ano VIII, Ed. Nº 515 pág. 15, 2007.
JORNAL DO POVO. Itajaí: Itajaí, 24 de maio de 1975.P. 1.
JORNAL DO POVO. Itajaí, 05 de fevereiro de 1977. P. 5.
JORNAL DO POVO. Itajaí, 16 de julho de 1977. P. 16.

Fontes

- Fundação Genésio Miranda Lins. **Livro Atas:** Itajaí, 14/02/1985.
Fundação Genésio Miranda Lins. **Livro Atas:** Itajaí, 17/04/1986.
Fundação Genésio Miranda Lins. **Livro Atas:** Itajaí, 22/08/2000.
Fundação Genésio Miranda Lins. **Livro Atas:** Itajaí, 20/05/2003.
Fundação Genésio Miranda Lins. **Livro Atas:** Itajaí, 07/08/2003.
Fundação Genésio Miranda Lins. **Livro Atas:** Itajaí, 16/12/2003.
Fundação Genésio Miranda Lins. **Livro Atas:** Itajaí, 19/12/2003.
Fundação Genésio Miranda Lins. **Livro Atas:** Itajaí, 13/01/2005.
Fundação Genésio Miranda Lins. **Livro Atas:** Itajaí, 11/02/2005.
Fundação Genésio Miranda Lins. **Livro Atas:** Itajaí, 30/03/2005.
Fundação Genésio Miranda Lins. **Livro Atas:** Itajaí 1º/09/2005.
Fundação Genésio Miranda Lins. **Livro Atas:** Itajaí 06/04/2006.
Fundação Genésio Miranda Lins. **Livro Atas:** Itajaí 07/11/2006.
Fundação Genésio Miranda Lins. **Livro Atas:** Itajaí 13/03/2007.

Foto: Sándor Balázs, Hungria.

Nove dias de garoa fina

Desde agosto chovendo, já passamos meia primavera e nada, melhor, nado. Pausa máxima de dois dias entre chuvas. Pausa sem sol, nem sei mais como ele é, sinto saudades. Por outro lado melhor assim, ainda preciso de nove dias de garoa fina ou três de dilúvio para completar a transformação. Bom é quando terminar, passa o desejo por mosquitos.

Daniel Rosa dos Santos - Quando cai um rio do céu - Papa-Terra Editora - 2011.





Bairro São Vicente

*Prof. Flávio André da Silva
Educador do Museu Etno-Arqueológico de Itajaí*



Um dos maiores bairros de Itajaí, o bairro São Vicente é ainda hoje conhecido pelos antigos moradores como “Vassourão”, em decorrência de uma vegetação abundante na localidade e que era utilizada na fabricação de vassouras. As narrativas mostram que havia preconceito para com os primeiros moradores por estarem situados numa região considerada inóspita, “lugar de marginais”, por viverem à margem esquerda do rio Itajaí-Mirim, onde a vegetação da Floresta Atlântica cobria vastas áreas destas terras.



*Capela de São Vicente de Paulo, bairro São Vicente, 1955.
Acervo CDMH, tomo nº 055.12342.*

A região era habitada de início por pequenos agricultores, ocupados com culturas de mandioca, cana-de-açúcar, feijão e milho, bem como de alguns cafezais e pomares. Das famílias mais antigas, Coelho, Miranda e Peirão, destacava-se a família de Vicente Meirinho que, no começo do século passado, era uma espécie de médico caseiro, pois conhecedor de muitos remédios feitos à base de ervas, e por isso, pessoa bastante considerada¹.

A organização comunitária teve início nos anos 1950 com a decisão de se construir um templo católico. A primeira diretoria pró-construção da capela foi presidida por Manoel Francisco Coelho, sucedido por José Roque Bosco e Bernardino Peirão. Coube a este último inaugurar, em 1955, a primeira capela, de madeira, no terreno em que está agora o Centro Social Urbano. Esta capela e seu santo padroeiro, São Vicente de Paulo, deu origem à atual denominação do bairro².

Em 1980, ergueu-se uma nova igreja, mais ampla e com linhas mais modernas, sendo transformada em 1990 numa paróquia onde, no mês de setembro, acontecem os festejos religiosos. De início, o acesso ao bairro São Vicente era feito por pontes de madeiras, conhecidas como pinguelas, ou por pequenas embarcações, chamadas de bateras, como a do Senhor Miguel.

Com o crescimento da comunidade,

[...] desde os anos finais de 1940, funcionaram no bairro escolas em casas alugadas. Essas classes, em 1955, agruparam-se na Escola Mista de São Vicente. O crescente aumento do número de alunos exigiu a construção de sede própria para a escola, inaugurada em 1968, em prédio de madeira localizado à Rua Antônio Peirão. Dez anos depois, um moderno e amplo edifício de dois pavimentos de alvenaria foi construído para permitir mais uma expansão daquele estabelecimento de ensino, quando então foi instalada a Escola Básica Aníbal César³.

Daí para frente, a educação do bairro cresceu vertiginosamente e foram sendo criados novos estabelecimentos educacionais, como a E.B. Marechal Olímpio Falconieri da Cunha (1980), na gestão do prefeito Amílcar Gazaniga; a E.B. Mansueto Três (1984), na gestão do governador Esperidião Amim; a E.B. José Medeiros Vieira (1985), na gestão do prefeito Arnaldo Schmith Júnior; a E.B. Estadual Professor Ary Mascarenhas Passos (1988), na gestão do governador Pedro Ivo; a E.B. Pedro Paulo Rebelo (2003), na gestão do prefeito Jandir Bellini; além de outros equipamentos públicos fundamentais

ao bem-estar da população, como os centros de educação infantil, as policlínicas e os espaços de recreação e lazer.

O desenvolvimento acelerado do bairro teve início com a construção da ponte Francisco Almeida, sobre o rio Itajaí-Mirim, à altura da Rua Heitor Liberato, e a abertura da Avenida Governador Adolfo Konder, realizadas na década de 1970. Esta época coincidiu também com o intenso processo de urbanização, que atraiu para Itajaí grande número de populações rurais circunvizinhas. Originalmente o acesso terrestre se fazia por estrada que, beirando o Rio Pequeno, terminava junto à ponte Marcos Konder, em Cordeiros. Com a construção do canal de retificação do Rio Itajaí-Mirim, em 1960, a comunicação com a cidade passou a ser feita pela ponte construída na região da Nova Brasília⁴.

Construção do loteamento Bambuzal, bairro São Vicente, 1979.

Fonte: CDMH-FGML

Do primitivo caminho, hoje Rua São Vicente, multiplicaram-se dezenas de outras ruas, com destaque para a artéria central do sistema viário do bairro, a Avenida Estefano José Vanolli⁵. Entre 1973 e 1976, foi criado o 2º Distrito Industrial às margens da Avenida Governador Adolfo Konder e instaladas ali importantes empresas. A pavimentação das primeiras ruas e a implantação dos conjuntos habitacionais Bambuzal, Rio Bonito, Jaí-Açu, Jardim Olimpikus, entre outros, além da ponte ligando São Vicente ao bairro São João, aconteceram no período de 1979 a 1982.

A existência de grandes áreas de terras baratas e relativamente próximas do centro da cidade motivou a construção destes conjuntos habitacionais com recursos do governo federal. Destinavam-se à população de baixa renda, para quem a aquisição da casa própria em bairros mais centrais se tornara impossível. A ponte Tancredo Neves, de ligação com Cordeiros, foi inaugurada em 1986⁶.

Na década de 1990, com o crescimento populacional e a expansão urbana de Itajaí, fez-se a implantação dos loteamentos Nilo Bitencourt, Vila 1º de Maio, Jardim Tarumã, entre outros. A capela de Santa Clara de Assis, no loteamento Rio Bonito, foi erguida em 1995. Neste período, as igrejas evangélicas também aumentaram o número de seus templos. A ponte Vilson Kleinubing, segunda ligação com o bairro Cordeiros, foi entregue ao tráfego em 2001. Para oferecer maior segurança aos moradores, foi instalada em 2003, no bairro São Vicente, a 2ª Cia. do Batalhão da Polícia Militar. As sedes da AMFRI (Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí-Açu) e do Instituto Fayal de Ensino Superior (IFES), foram inauguradas em 2004.

Vista aérea de Itajaí. década de 1970. Ao centro Avenida Adolfo Konder sentido Br 101. Acervo CDMH, tomo nº 063.4387.

O bairro São Vicente foi um dos mais atingidos pelas enchentes da década de 1980 e de 2008, por ser entrecortado pelo rio Itajaí-Mirim, que já foi um rio piscoso e próprio para os banhos nos quentes dias de verão. Hoje, faz-se necessário a implantação de um Parque Ecológico, em toda área próxima ao rio, com a recuperação de sua mata ciliar, bem como o seu desassoreamento e a implantação do sistema de tratamento de esgoto, como já vem acontecendo em outros bairros urbanos de Itajaí, para a despoluição de suas águas.

Segundo bairro mais populoso de Itajaí, com aproximadamente 31 mil habitantes⁷, o bairro São Vicente apresentou, nas últimas décadas, um acelerado processo de desenvolvimento de sua infra-estrutura urbana, sendo que a Rua Estefano José Vanolli transformou-se numa das principais vias comerciais da cidade.

Devido ao notável desenvolvimento urbano experimentado nos últimos anos pelo município de Itajaí, as obras de remodelação do sistema viário do bairro São Vicente são de importância vital ao intenso fluxo de veículos e pedestres, com o objetivo de dar mais agilidade e oferecer maior segurança para quem trafega por suas ruas e avenidas.

Notas

1 D'Ávila, Edson. O bairro São Vicente. Escrito inédito. Itajaí: FGML, 1995.

2 Idem, ibidem.

3 Idem, ibidem.

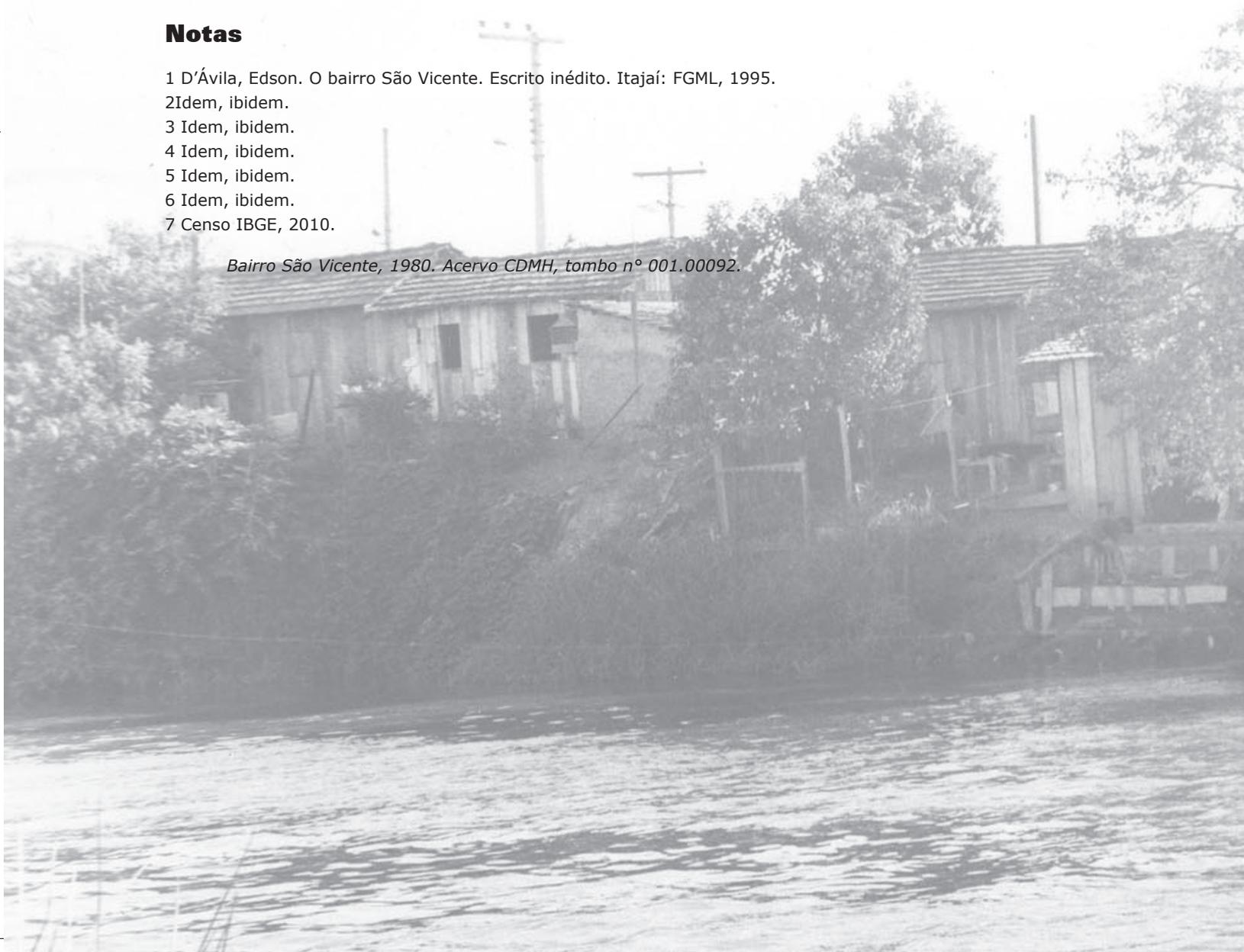
4 Idem, ibidem.

5 Idem, ibidem.

6 Idem, ibidem.

7 Censo IBGE, 2010.

Bairro São Vicente, 1980. Acervo CDMH, tomo n° 001.00092.



Enchentes na região do Vale do Itajaí e no Município de Itajaí: primeiros relatos e as grandes enchentes¹

Caio Floriano dos Santos

Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (UDESC)

Maria Paula Casagrande Marimon

Doutora em Geociências (UFRS). Docente da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Carmen Susana Tornquist

Doutora em Antropologia Social (UFSC). Docente da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Introdução

A região do Vale do Itajaí, localizada na porção Centro Norte do Estado de Santa Catarina, tem sua história marcada pela ocorrência de inúmeras enchentes e inundações². Mas, quais os registros e relatos das enchentes e/ou inundações que antecederam a enchente de 2008? Buscaremos revisitar alguns destes registros escritos, numa forma de "resgate histórico" das enchentes da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu, em especial sua abrangência na cidade de Itajaí.

Apresentaremos, no decorrer deste artigo, alguns dos trabalhos escritos que registraram e/ou analisaram algumas das enchentes (tidas como maiores ou principais) ao longo dos dois últimos séculos, quando ocorreu o processo de colonização da região. Não são utilizadas fontes jornalísticas do período em função de sua amplitude, que escapa aos objetivos deste artigo, mas que, inegavelmente, contribuíram para a memória local.

Para que tenhamos um real entendimento da recorrência destes eventos (desastres naturais) nesta região, elaboramos uma linha do tempo com as enchentes e inundações separadas por décadas, conforme destacado a seguir:

Figura 1: Linha do Tempo das Enchentes do Vale do Itajaí, elaborada com base em dados de Frank (2003), Aumond et al. (2009).

1860-1870 03 enchentes	1880-1890 02 enchentes	1900-1910 01 enchente	1920-1930 06 enchentes	1940-1950 03 enchentes	1960-1970 07 enchentes	1980-1990 06 enchentes	2000-2010 2 enchentes
1850-1860 02 enchentes	1870-1880 01 enchente	1890-1900 02 enchentes	1910-1920 02 enchentes	1930-1940 08 enchentes	1950-1960 09 enchentes	1970-1980 11 enchentes	1990-2000 04 enchentes

A seguir, apresentamos os primeiros relatos históricos, bem como as grandes enchentes que aconteceram na história do Vale do Itajaí.

Enchentes no Vale do Itajaí: os primeiros relatos

Os primeiros relatos escritos sobre enchentes na região do Vale do Itajaí encontrados na literatura datam do ano de 1848. O primeiro relato é feito pelo Dr. Hermann Blumenau (no início da colonização da hoje cidade de Blumenau (SC), que descreve o transbordamento de um rio, que Frotscher (1998) acredita ser o Rio Itajaí-Açu: “[...] após grandes chuvas o rio transborda, tem forte correnteza e se eleva em três dias, e às vezes em 24 horas chega numa altura de até 24 pés ou mais”³. Três anos mais tarde, em 1851, é encontrado um novo relato de enchente na região, conforme trecho do Diário da Colônia, quando, neste ano, o rio “[...] cobriu as plantações mais baixas, danificando seriamente o Engenho e carregando com muita madeira que já estava serrada”⁴.

Segundo Silva (1988), no ano seguinte (1852), Fritz Müller, em seu diário, relata mais uma enchente da seguinte forma: “nova enchente... como há muitos anos não acontecia”⁵. Este trecho nos faz perceber que o problema com enchentes na região do Vale do Itajaí era recorrente e não um fenômeno ocasional. Ainda no ano de 1853, o mesmo Fritz Müller, em carta escrita à sua irmã, Rosa, residente na Alemanha, faz nova menção sobre a enchente ocorrida no ano de 1852, entre os dias 20 e 31 de outubro, conforme trecho a seguir:

[...] Pior passaram os muitos colonos que moravam abaixo dos nossos sítios que haviam construído os seus ranchos nas partes mais baixas; muitos desses ranchos ficaram completamente debaixo d’água e muita coisa se perdeu, acrescentando a isso que muitos colonos chegaram a passar fome porque, com a cheia, os caminhos ficaram interrompidos e a violenta correnteza impedia o tráfego de canoas pelo ribeirão⁶.

É interessante observar que Silva (1988) relata a ocorrência de duas enchentes para o ano de 1852: a primeira, supracitada, em outubro, e a segunda, em novembro do mesmo ano. Ambas teriam trazido como resultado grandes estragos, principalmente às plantações e às casas, o que acabou por gerar um grande desconforto e reclamações por parte dos imigrantes aos idealizadores da colônia, principalmente ao Dr. Hermann Blumenau.

Também em carta escrita ao Imperador da República, D. Pedro II, com data de 30 de abril de 1856, o Dr. Hermann Blumenau descreve detalhadamente as dificuldades na implantação da Colônia de Blumenau, colocando como um dos grandes obstáculos a enchente enfrentada no ano anterior, conforme descrito no trecho transcrito a seguir:

Tendo visitado este meu amigo e querendo voltar para cá, na véspera do dia fixado da minha partida, 17 de novembro, trouxe-me lembranças funestas, pois um temporal furioso iniciou de S.S.E., acompanhado de chuva diluvial, que somente cessou no dia 20. Menos de 36 horas foram suficientes para encher o rio até a altura de 63 palmos do nível normal antes do início do temporal. O rio alagou quase todos os seus barrancos e casas

neles estabelecidas, causando inúmeros males e prejuízos diretos, tanto na colônia como em todo o seu território habitado (BLUMENAU, 1999, p. 20).

O Dr. Hermann Blumenau, em carta escrita ao seu amigo naturalista, Dr. Riedel, faz comentários sobre os grandes temporais e as enchentes enfrentados⁷. Segundo Silva (1954, p. 8-9):

Desde o início até 10 de dezembro de 1859, o Dr. Blumenau travou uma batalha tremenda para não fracassar o seu empreendimento. Lutou contra a inclemência da natureza, contra as investidas dos índios, contra as enchentes do Itajaí-Açu e contra a incompreensão dos seus próprios colaboradores.

Como podemos perceber pelas cartas, as enchentes na região do Vale do Itajaí eram fatos recorrentes na vida dos imigrantes e já à sua época evocavam queixas e reclamações dos moradores (no caso, colonizadores) às autoridades, sendo vistas como eventos que teriam gerado dificuldades para a implantação das colônias.

A seguir, descrevemos brevemente as grandes enchentes que marcaram a região do Vale do Itajaí, seguindo a cronologia e as descrições com opiniões dos autores que escreveram a respeito. Para isso, abordamos cada evento separadamente com o principal objetivo de facilitar a compreensão destes fatos históricos.

Observamos ainda que estas enchentes estão constantemente descritas na bibliografia como sendo aquelas que causaram transtornos e perdas para a região, daí o uso de adjetivos como "grandes" ou "maiores".

Enchente de 1855: a primeira grande enchente registrada

A primeira grande enchente relatada no Vale do Itajaí é a que ocorreu no ano de 1855, segundo D'Ávila (1981). Esta enchente foi alvo de carta do Dr. Hermann Blumenau ao Imperador da República, D. Pedro II, como vimos anteriormente, datada de 30 de abril de 1856, e da qual também faz parte o trecho a seguir:

Das plantações de milho, feijão e batatas em todo o rio não ficou senão apenas 30% e fui obrigado a buscar semente destas últimas duas em Santa Catarina e do Rio de Janeiro; mandioca e cana de açúcar ficaram afogadas e apodreceram pelo menos $\frac{3}{4}$ das plantações novas e velhas. A situação foi tristíssima em toda a parte, os mantimentos subiram a um preço enorme e para não ver os colonos perecerem de fome e perderem inteiramente o fruto de anos de trabalho pela sua dispersão, não houve remédio, senão sustentá-los de novo com fortes adiantamentos, que abateram todos os meus cálculos anteriores (BLUMENAU, 1999, p. 20-21).

O remetente da carta demonstrava preocupação com as perdas econômicas decorrentes da enchente, chamando a atenção para a perda de mantimentos e para o provável empobrecimento dos colonos que, segundo seu autor, fora mitigado com a sua disposição em promover adiantamentos, fato este que atestava sua generosidade e preocupação com o projeto colonizador. Não se tem nenhum relato de que o Imperador, de alguma forma, tenha contribuído para mitigar os estragos e problemas relatados através da carta.

Foto: Luis Paredes, Chile.

Este fato também é descrito por Silva (1988, p. 47) da seguinte forma:

Em novembro de 1855, chuvas continuadas fizeram transbordar o Itajaí e seus afluentes, alcançando as águas a altura de 9 e meio metros acima do normal, provocando perigosa inundação do povoado. Casas foram alagadas e algumas arrasadas, plantações destruídas.

Além da perda da produção agrícola, os estragos incluíram as moradias de algumas pessoas, incluindo entre elas o próprio Dr. Hermann Blumenau, ou seja, a enchente não atingia apenas as casas mais simples, mas a sua própria. Este acontecimento, pouco difundido na história do Vale do Itajaí, sugere, a nosso ver, uma decisão talvez equivocada no que se refere à instalação da colônia tão próxima ao rio.

Como destacado por Silva (1988, p. 48), no trecho a seguir:

O Dr. Blumenau achava-se, na ocasião, ausente na Barra do Rio, aonde fora, em companhia do Dr. Fritz Muller, prestar socorros a Paulo Kellner, quase morto pelos bugres⁸. Devido a enorme correnteza, que tornava quase impossível a navegação rio acima, somente vários dias depois, pôde regressar e participar das providências já pelos colonos postas em prática, para obviar as naturais conseqüências da catástrofe. O próprio Dr. Blumenau perdeu a casinha em que morava, arrancada pela fúria das águas e levada rio abaixo. Passou a residir no barracão dos imigrantes, onde mandou preparar dois cômodos.

Como podemos perceber, estes relatos apontam para uma longa história de experiência das populações do Vale do Itajaí com as enchentes e demonstram a abrangência destes eventos.

Enchente de 1880: a grande enchente da História do Vale do Itajaí

A enchente de 1880 é considerada por diversos autores como a maior de toda história do Vale do Itajaí. Este é um fato fundamentado no maior registro de cota de inundação, atingindo 17, 10 metros (FRANK, 2003). Para Silva ([197...], p. 25):



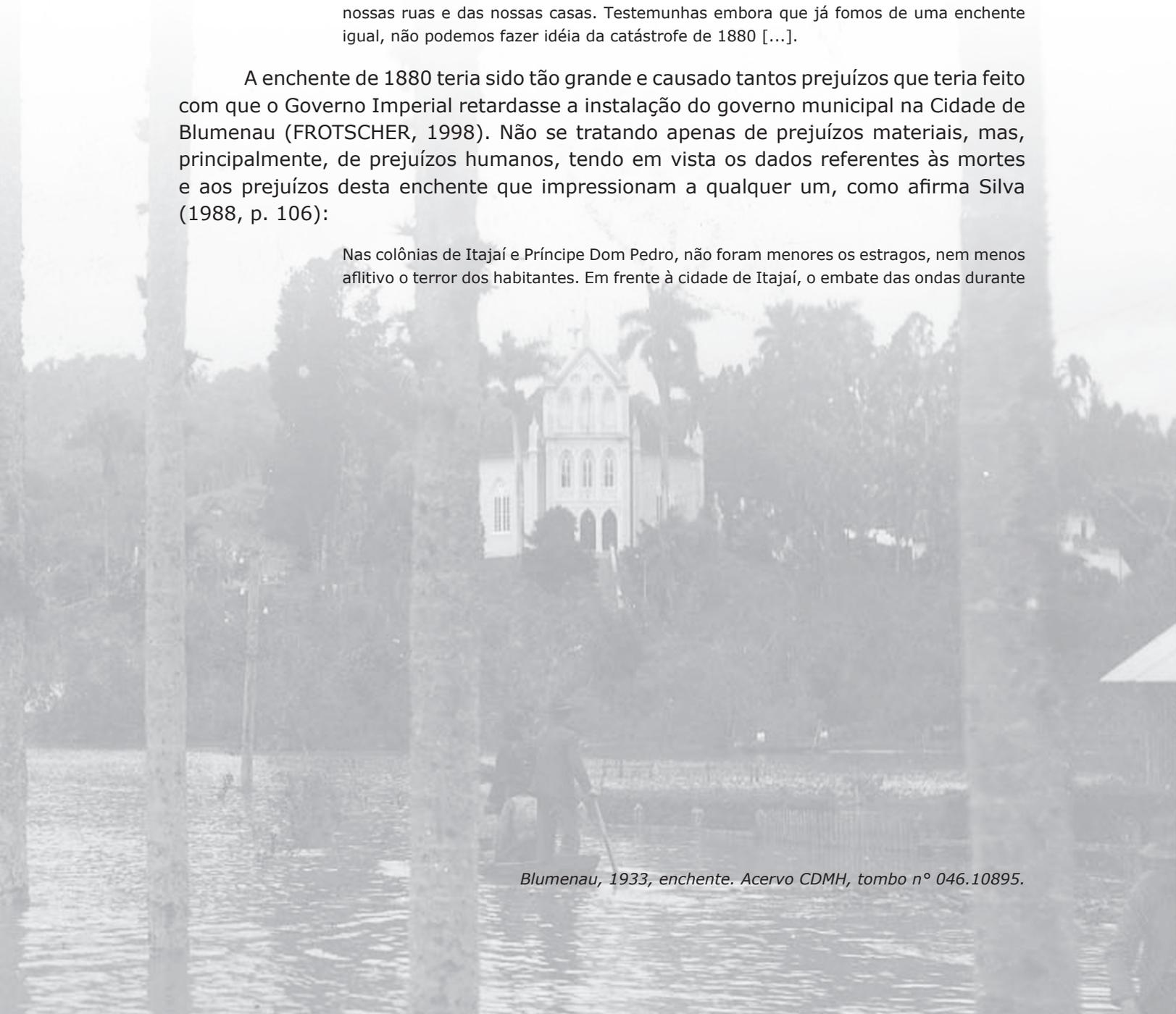
[...] o ano de 1880, ficou tristemente assinalado pela grande e calamitosa enchente do Rio Itajaí, que se estendeu por todas as cabeceiras e afluentes, destruindo vidas e propriedades, provocando enormes estragos, ocasionados pelo desvio do Itajaí-Mirim que deixando o seu curso avançou pela estrada de Brusque, abrindo caminho para o mar, por dentro da cidade, levando tudo de roldão. [...] foi sem dúvida a maior de toda a história de Itajaí.

O mesmo fato também é relatado por Konder (1958, p. 17) da seguinte forma:

A Guilherme Asseburg coube, ainda, como presidente interino, atravessar a época calamitosa da Enchente de 1880, em que o rio Itajaí, qual ladrão saltando um muro, na frase expressiva de Guerra Junqueiro, saíra inopinadamente fora do seu leito, levando a destruição e a morte a muitos lares. A nossa cidade sofrera particularmente enormes estragos, ocasionados pelo desvio do Itajaí-Mirim que abandonando o seu curso, enveredara pela estrada de Brusque abaixo, abrindo caminho para o mar por dentro das nossas ruas e das nossas casas. Testemunhas embora que já fomos de uma enchente igual, não podemos fazer idéia da catástrofe de 1880 [...].

A enchente de 1880 teria sido tão grande e causado tantos prejuízos que teria feito com que o Governo Imperial retardasse a instalação do governo municipal na Cidade de Blumenau (FROTSCHER, 1998). Não se tratando apenas de prejuízos materiais, mas, principalmente, de prejuízos humanos, tendo em vista os dados referentes às mortes e aos prejuízos desta enchente que impressionam a qualquer um, como afirma Silva (1988, p. 106):

Nas colônias de Itajaí e Príncipe Dom Pedro, não foram menores os estragos, nem menos aflitivo o terror dos habitantes. Em frente à cidade de Itajaí, o embate das ondas durante



Blumenau, 1933, enchente. Acervo CDMH, tomo n° 046.10895.

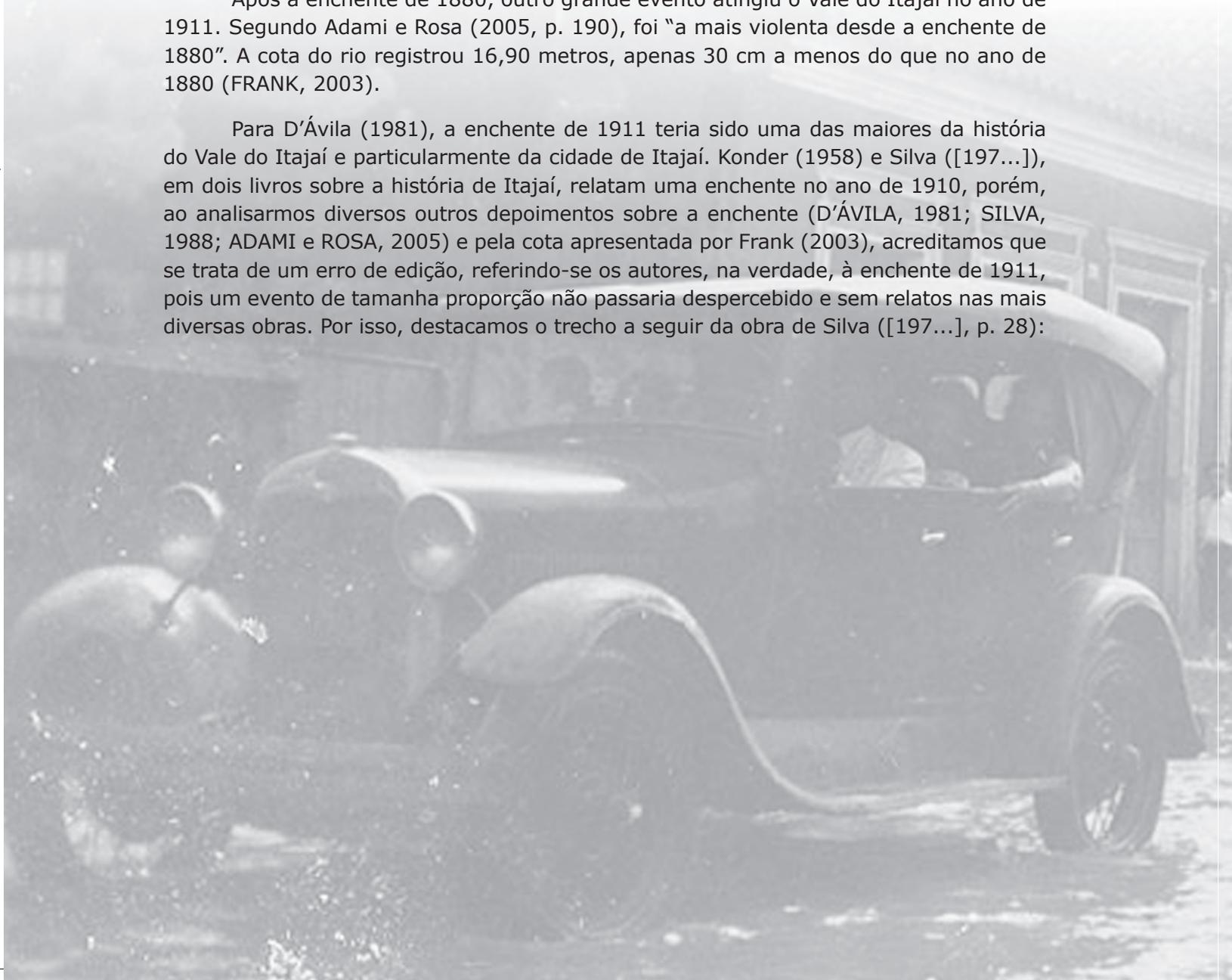
o temporal, rompeu e fez desaparecer um pontal de areia que, alongando-se para o sul, defendia a cidade da invasão do mar, ao mesmo tempo que um rio, que lhe corre próximo, saindo do seu leito, despejava suas águas sobre a cidade, cavando muitas e grandes valas, pelas quais se lançava ao mar, ficando destruídas cerca de 50 casas e muitas famílias sem abrigo. Vou abrir a vossos olhos o quadro triste dessas desgraças. Na colônia de Itajaí, pereceram, nessa inundação, 3 adultos; em Blumenau, 11 pessoas, adultos e crianças; em Luiz Alves, 25 pessoas, maiores e crianças [...].

A dimensão do desastre teria sido tão grande que fez com que o presidente da província, João Rodrigues Chaves, fosse visitar *in loco* a extensão dos estragos e prejuízos causados pelas águas, sendo a primeira enchente a registrar ajuda governamental e ajuda humanitária internacional na história do Vale do Itajaí (SILVA, 1988).

Enchente de 1911: outra grande enchente assola o Vale do Itajaí

Após a enchente de 1880, outro grande evento atingiu o Vale do Itajaí no ano de 1911. Segundo Adami e Rosa (2005, p. 190), foi "a mais violenta desde a enchente de 1880". A cota do rio registrou 16,90 metros, apenas 30 cm a menos do que no ano de 1880 (FRANK, 2003).

Para D'Ávila (1981), a enchente de 1911 teria sido uma das maiores da história do Vale do Itajaí e particularmente da cidade de Itajaí. Konder (1958) e Silva ([197...]), em dois livros sobre a história de Itajaí, relatam uma enchente no ano de 1910, porém, ao analisarmos diversos outros depoimentos sobre a enchente (D'ÁVILA, 1981; SILVA, 1988; ADAMI e ROSA, 2005) e pela cota apresentada por Frank (2003), acreditamos que se trata de um erro de edição, referindo-se os autores, na verdade, à enchente de 1911, pois um evento de tamanha proporção não passaria despercebido e sem relatos nas mais diversas obras. Por isso, destacamos o trecho a seguir da obra de Silva ([197...], p. 28):



O ano de 1910 foi marcado por outra colossal enchente, uma dessas inundações periódicas que assolam o Vale do Itajaí. Os efeitos desta catástrofe foram de menor intensidade, não podendo nem de longe ser comparados com os de 1880, mas ainda assim, foram grandes as perdas causadas à lavoura e ao comércio.

Silva (1954) relata a grande pluviosidade da região do Vale do Itajaí, usando como exemplo a enchente de 1911, como pode ser observado no trecho a seguir:

Em toda a zona, exposta que está pela penetração dos ventos marinhos, elevadas são as precipitações. Na época de grande pluviosidade, há o transbordamento dos rios e o vale tem sido assolado por grandes enchentes, cujos prejuízos foram sempre vultosos. Basta dizer que, na célebre enchente de 1911, as águas subiram, num período de algumas horas, a 16 metros e 27 centímetros do nível normal, consoante registra a crônica local (SILVA, 1954, p. 2).

O fato de ter chovido antes da enchente durante semanas seguidas acabou por saturar o solo e potencializando os prejuízos e efeitos da tragédia, comparável a de 1880, como descrito por Silva (1988, p. 154):

Em fins de setembro de 1911, Blumenau sofreu outra grande enchente do Itajaí-Açu. Foi uma catástrofe quase tão calamitosa como a de 1880. Havia chovido semanas inteiras, e o solo, saturado de umidade, esgotou a sua capacidade de absorção. O rio, tendo o seu volume de água consideravelmente aumentado, transbordou, invadindo casas e plantações, levando a ruína e a desolação às regiões ribeirinhas. A cidade ficou praticamente submersa.

Como se pode perceber pelos relatos, a enchente de 1911 causou grandes estragos para a região do Vale do Itajaí. Um fato que marca esta enchente, constante em quase todos os relatos, é a subida rápida e repentina do nível do Rio Itajaí-Açu. Segundo Frank (2003), foi após esta grande enchente que se iniciaram as discussões para a busca de soluções para esta problemática na região.



Itajaí, 1948, enchente. Acervo CDMH, tomo nº 047.11058.

Itajaí, 1948, enchente. Acervo CDMH, tomo n° 033.07331.

1957: Quatro enchentes

O ano de 1957, segundo vários autores, foi um ano atípico na região do Vale do Itajaí. Neste ano, a região sofreu com quatro enchentes, sendo duas delas com cotas de inundação acima de 16 metros, o que acabou por gerar uma mobilização das autoridades competentes e da sociedade civil organizada para buscar soluções a fim de evitar e prevenir novas situações como esta (SILVA, 1988). Frank (2003) destaca que as discussões iniciadas após a grande enchente de 1911 ganharam maiores proporções em 1957, o que levou ao plano de enfrentamento de enchentes do governo do estado, com a proposição de construção das barragens para contenção de cheias.

1983: uma enchente para entrar para a história

A enchente de 1983, assim como a de 1984, constitui memória recente dos moradores do Vale do Itajaí. Mas, apesar de ser um fato recente o mesmo ainda é muito pouco divulgado e difundido dentro do município de Itajaí. Segundo Tucci (2005, p. 31),

Em 1983, quando a cidade se encontrava bem desenvolvida com população de cerca de 50 mil habitantes, ocorreu uma inundação (a quinta em magnitude dos últimos 150 anos) com cota máxima de 15,34 m. Os prejuízos resultantes em todo o Vale do Itajaí representaram cerca de 8% do PIB de Santa Catarina.

As perdas durante a enchente de 1983 foram estimadas por Silva Dias (2009) em aproximadamente US\$ 1,1 bilhão em todo Estado de Santa Catarina. Esses dados ajudam a compor a ideia da magnitude e das consequências de uma grande enchente.

Outro aspecto que é importante destacar (a nosso ver) neste momento, é o de que, nesta década, observa-se um significativo aumento demográfico da região e do município de Itajaí, elemento que deve ser considerado se pensarmos nas consequências sociais das enchentes a partir da década de 1980.

Enchente de 1984: a história se repete

A enchente de 1983 foi seguida pela de 1984, o que contribuiu para que muitos chamassem a década de 80 de "a década de grandes enchentes no Vale do Itajaí", principalmente se pensarmos que a de 1984 acabou por atingir um pico máximo de 15,46 metros, com doze centímetros a mais que a do ano anterior (SILVA DIAS, 2009; FRANK, 2003). No ano de 1984, segundo relatos, a enchente assolou grande parte do território catarinense e todo Vale do Itajaí, conforme descrito por Adami e Rosa (2005, p. 192):

Em 1984, o fenômeno ocorreu a partir de 06 de agosto, ficando a área da bacia do Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim submersa por mais 03 dias e a do Iguaçú por 06 dias. Dos 199 municípios do Estado, 82 foram castigados pelas enchentes, equivalente 36,5 mil quilômetros quadrados ou 38% do território catarinense. A enchente deixou 255,88 mil desabrigados e matou 19 pessoas.

A enchente de 1984 teve grande impacto negativo sobre o Estado de Santa Catarina, principalmente se considerarmos o fato de ter ocorrido somente um ano após uma enchente de grandes proporções na região, conforme Tucci (2005).

Novembro de 2008

Certamente, o ano de 2008 foi um ano atípico no que se refere às precipitações. Porém, um fato marcante: os altos volumes precipitados desde o mês de outubro, culminando com o evento de novembro. Severo (2009, p. 72-73) fala que:

Em 2008, a precipitação ficou abaixo ou próximo da média em sete dos doze meses. Até outubro a distribuição da precipitação indicava um ano seco como já haviam sido os anos de 2006 e 2007. A partir de outubro as precipitações aumentaram. Em outubro o total mensal de precipitação foi o dobro do valor climatológico e em novembro a chuva mensal superou em mais de sete vezes o valor médio.

Para Severo (2009), chama muita atenção a precipitação de outubro e novembro de 2008, pois só a soma da quantidade de precipitação acima da média de outubro e novembro chega perto da metade de toda precipitação anual, o que aponta para a ocorrência de um evento extremo.

Este fato era percebido e discutido constantemente no município antes da enchente, principalmente pelos mais idosos que já haviam vivenciado outras enchentes. Eles perguntavam constantemente: "será que vai dar enchente? Esta chuva não tá com cara de enchente? Não é melhor levantar tudo?". Parece que a experiência e sabedoria popular já previam o que estava por acontecer.

O Estado de Santa Catarina e o Vale do Itajaí sofreram em 2008 mais uma nova grande enchente que impressionou, principalmente, pelos registros referentes à mensuração do nível das águas e das perdas materiais e humanas, que a cada dia da enchente era atualizado e aumentava constantemente. Já pela análise do relatório/formulário que traz a Avaliação dos Danos - AVADAN, podemos ter um panorama geral dos números.

63 municípios decretaram situação de emergência e 14 estado de calamidade pública. O Centro de Operações de Defesa Civil de Santa Catarina registrou 78.656 desalojados e desabrigados, dos quais 27.404 desabrigados e 51.252 desalojados, 135 mortes e 1,5 milhões de afetados pelas conseqüências das chuvas. Ao ler os AVADANs - Avaliação de Danos - documentos elaborados pelos municípios durante ou logo após os desastres, percebemos que em 11 municípios localizados no vale do Itajaí que decretaram calamidade pública [...] (SEVEGNANI et al., 2009, p. 112).

Entre os municípios mais afetados no Vale está o município de Itajaí, como colocam Sevegnani e colaboradores (2009, p. 114):

Em Itajaí (163.218 habitantes) toda a população foi afetada, 100 mil pessoas foram deslocadas, 18.208 desabrigadas, 1.929 desalojadas, 1.800 feridas e cinco mortas. Foram danificadas 28.400 residências, alagadas vinte unidades de saúde pública e 92 de ensino. O porto de Itajaí e centenas de quilômetros de rodovias e suas pavimentações foram danificados pela inundação.

Como podemos perceber, os números de atingidos, bem como os estragos materiais, se tornam crescentes a cada enchente, o que torna cada dia mais importante para que possamos compreender as mesmas.

Considerações finais

Como vimos argumentando, à luz da bibliografia percorrida, a região do Vale do Itajaí é propícia para a ocorrência de cheias periódicas, fato demonstrado pelas características físicas locais, como a presença de uma grande planície de inundação, especialmente no município de Itajaí, que se situa próximo à foz do rio, agravada pela forma de colonização adotada e ainda pela permanência de conceitos filosóficos sobre meio ambiente, já ultrapassados, onde a natureza é encarada como grande impedimento ao desenvolvimento. Temos certeza de que todos estes fatores, associados ao grande crescimento populacional e ocupação de áreas de riscos, teve um papel fundamental para o agravamento do desastre de 2008.

É importante ressaltar que estes relatórios, confeccionados após todo o ocorrido, tratam apenas de levantamentos numéricos que tentam, de alguma forma, estimar as perdas, principalmente econômicas. Porém, estes dados, em nenhum momento, dão conta de todas as perdas, medos e receios vividos durante a enchente de 2008. Por isso, torna-se importante a elaboração de trabalhos e pesquisas que trabalhem com enfoque nos atingidos pelas enchentes, uma vez que nestas histórias orais estão contidas diversas informações e sentimentos que os relatórios de danos não consideram e são importantes para o real enfrentamento destas situações de calamidade.

Os relatos dos principais eventos de enchentes apontam para a necessidade de melhoria nos sistemas de monitoramento climatológico e previsão de eventos extremos, bem como para a aplicação de medidas de prevenção não estruturais, que envolvam o planejamento rural e urbano das regiões mais afetadas para amenizar os efeitos de prováveis futuras enchentes.

Também é importante a ampliação dos estudos sobre as percepções e representações dos atingidos por estes eventos; vemos uma carência neste tipo de estudos, bem como no acompanhamento das vítimas de desastres naturais no momento pós evento, e tentar desta forma entender as suas reais conseqüências.

Referências

- ADAMI, S.; ROSA, T. **Brusque**: cidade Schneeberg. Itajaí: S & T Editores. 2005.
- AUMOND, J. J.; et al. Condições naturais que tornam o vale do Itajaí sujeito aos desastres. In: FRANK, B.; SEVEGNANI, L. (Orgs). **Desastre de 2008 no Vale do Itajaí**: água, gente e política. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.
- BLUMENAU, H. Carta ao Imperador Dom Pedro II (30/04/1856). **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, tomo XL, n .3, mar. 1999.
- D'ÁVILA, E. **Pequena história de Itajaí**. Tubarão: Gráfica Dehon, 1981.
- FRANK, B. Uma história das Enchentes e seus ensinamentos. In: FRANK, B.; PINHEIRO, A. (Org.). **Enchentes na Bacia do Rio Itajaí**: 20 anos de experiências. Blumenau: Edifurb, 2003.

- FROTSCHER, M. Blumenau e a convivência com as enchentes. **Geosul**, Florianópolis, v. 13, n. 26, p. 96-108, jul./dez. 1998.
- KONDER, M. **A pequena pátria**. 2 ed. Blumenau: Tipografia e livraria Blumenauense, 1958.
- KORMANN, E. **Blumenau: arte, cultura e as histórias de sua gente (1850-1985)**. Blumenau: Ed. do Autor, 1995.
- LAVINA, R. Índigenas de Santa Catarina: história de povos invisíveis. In: BRANCHER, A. (Org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Obra Jurídica, 1999.
- SEVEGNANI, L.; et al. Gente socorrendo gente. In: FRANK, B.; SEVEGNANI, L. (Orgs.). **Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política**. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.
- SEVERO, D. L. A meteorologia do desastre. In: FRANK, B.; SEVEGNANI, L. (Orgs.). **Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política**. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.
- SILVA, A. L. **Itajaí: de ontem e de hoje**. Brusque: Mercúrio, [197-].
- SILVA, J. F. da. **História de Blumenau**. 2. ed. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988.
- SILVA, Z. P. **O Vale do Itajaí: o documentário da vida rural**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1954.
- SILVA DIAS, M. A. F. da S. **As chuvas de novembro de 2008 em Santa Catarina: um estudo de caso visando à melhoria do monitoramento e da previsão de eventos extremos**. São José dos Campos: INPE, 2009.
- TUCCI, C. E. M. **Gestão das Inundações Urbanas**. Porto Alegre: Rhama, 2005.

Notas

- 1 Este artigo faz parte da dissertação de Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da UDESC, intitulada: A Enchente em Itajaí (SC): relatos, percepções e memórias.
- 5 **Enchente ou Cheia**- Elevação temporária do nível d`água em um canal de drenagem devido ao aumento da vazão ou descarga. **Inundação**-Processo de extravasamento das águas do canal de drenagem para as áreas marginais (planície de inundação, várzeas ou leito maior do rio) quando a enchente atinge cota acima do nível máximo da calha principal do rio.
- 3 Carta de Hermann Bruno Otto Blumenau, de Desterro, data de 21.04.1848, encaminhada a pais e parentes na Alemanha, citada por Méri Frotscher, 1998.
- 4 Trecho do diário da colônia, citado por José Ferreira da Silva. As Enchentes no Vale do Itajaí, 1975 apud Méri Frotscher, 1999.
- 5 Trecho do diário de Fritz Müller, citado por José Ferreira da Silva. As Enchentes no Vale do Itajaí, 1975 apud Marcos Antonio Mattedi, 1994.
- 6 Trecho da carta de Fritz Müller à sua irmã rosa, da Alemanha, com data de 06-01-1853, citado por José Ferreira da Silva, 1975 apud Méri Frotscher, 1998.
- 7 KORMANN, Edith. **Blumenau: arte, cultura e as histórias de sua gente**. Blumenau: Ed. do autor, 1995.
- 8 Referência muito comum à época, que perdurou até o século XX, aos indígenas que viviam na região, vistos de forma fortemente etnocêntrica e alvo de perseguições e extermínio. (LAVINA, 1999).

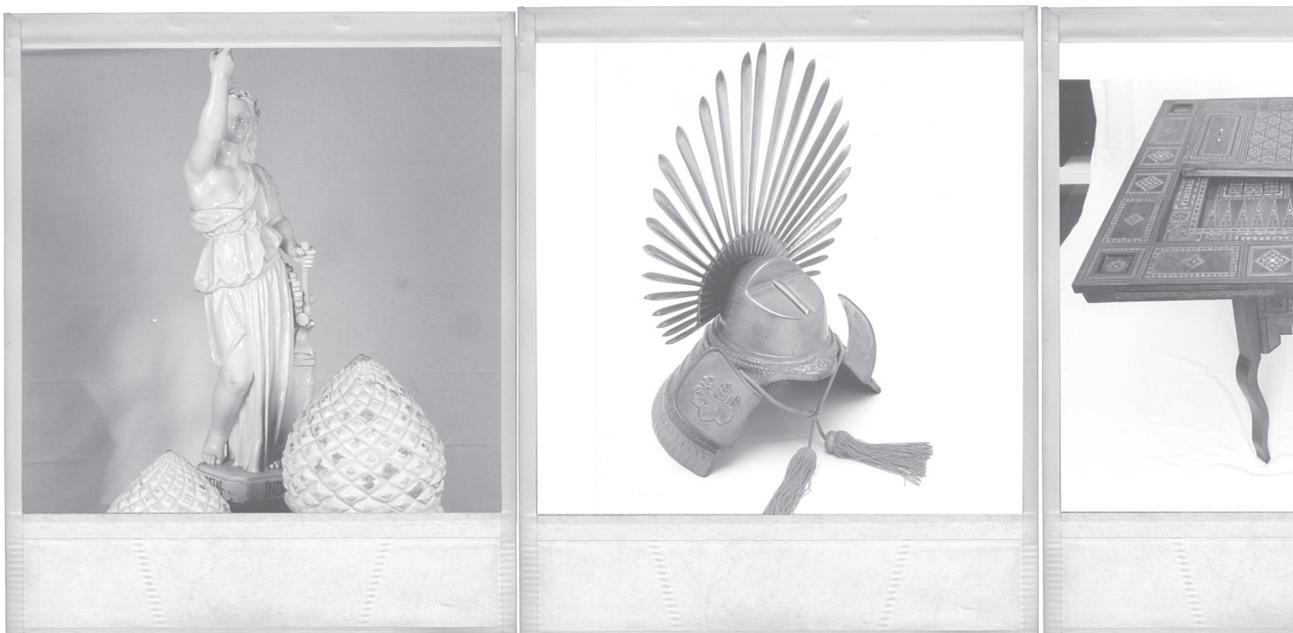
Foto: Tamás Duzmáth, Hungria.

Uma visão sobre Museu, Educação Patrimonial e Ação Educativa: Educação Patrimonial X Ação Educativa no Museu Histórico de Itajaí

Tatiane de Amorim

*Professora em especializações na área da Educação na Avantis;
Educadora Patrimonial no Museu Histórico de Itajaí.
Atua como co-orientadora de trabalhos acadêmicos científicos*

Nesta página e nas páginas seguintes deste artigo, composição a partir do acervo digital das peças do Museu Histórico (acervo CDMH).



“O sacrifício é temporário. Mas a recompensa, será para a vida toda” (Prof. Massaru Ogata).

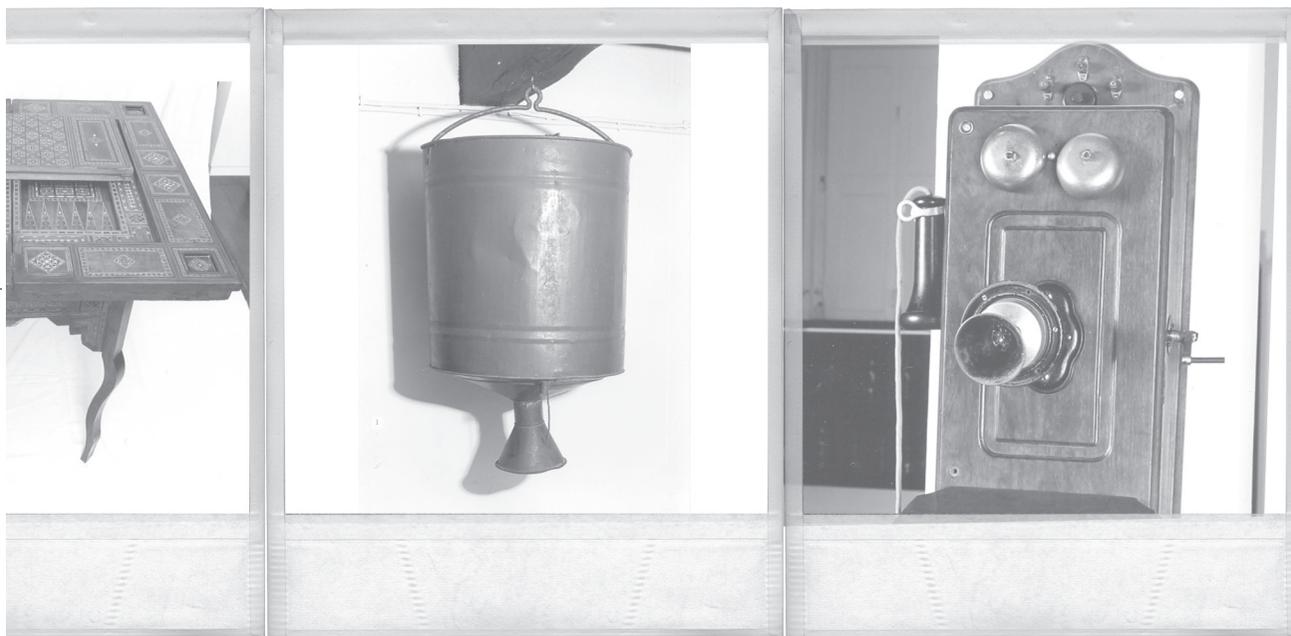
Introdução

A cidade de Itajaí possui na atualidade dois museus e um centro de documentação e memória histórica, os quais desenvolvem ações educativas nas mais variadas perspectivas. O presente artigo tentará apresentar o que é um Museu e sua finalidade, segundo a proposta do ICOM. Tentará, ainda, relatar o que é uma Educação Patrimonial e como caracteriza-se uma Ação Educativa significativa nos Museus, finalizando com o relato de experiência da Ação Educativa no Museu Histórico de Itajaí, através do Projeto Piloto “Bom Museu”.



Surgimento e característica dos museus: uma nova perspectiva no espaço museal

Ao se ler a palavra Museu, devemos ter em mente que esta se originou do grego mouseion, mistura de templo e instituição de pesquisa, voltada para o saber filosófico. Estes locais eram destinados à preservação de objetos com finalidade cultural. Com o significado da palavra museu, podemos compreender que, na Grécia Antiga, tinha-se o museu como um templo das Musas, as quais eram divindades que presidiam a poesia, a música, a oratória, a história, a tragédia, a comédia, a dança e a astronomia sendo que, assim, elas poderiam estar transmitindo conhecimento e cultura para os que iriam visitá-las. Somente no segundo milênio a.C, na Mesopotâmia, é que podemos ter um significado mais próximo do conceito moderno de museu, onde passaram a copiar inscrições mais antigas destinadas à educação dos jovens. Podemos concluir, então, que



não é de hoje que o museu também tem cunho educativo, sendo um local apropriado para se desenvolver uma ação educativa patrimonial significativa.

Nem sempre o museu teve o devido valor e função. Ao longo da Idade Média, a noção de museu quase desapareceu, mas tanto nos dias de hoje como na época citada, o colecionismo era uma atividade permanente, prazerosa com ou sem fins lucrativos, permanecendo essa noção de museu. Na Idade Média, o colecionismo ganhou várias modalidades com as mais variadas finalidades criando, entre os séculos XVI e XVII, devido à disseminação do conhecimento no mundo ocasionada pelas grandes navegações, na Europa, inúmeros gabinetes de curiosidade que expunham coleções heterogêneas e assistemáticas com peças das mais variadas naturezas e procedências, desde fósseis até objetos raros e deslumbrantes.

Uma crítica era feita às características das práticas existentes, pois tinham uma postura passiva diante da sociedade, seguindo critérios aquisitivos e administrativos



vagos e arbitrários, os quais vigoraram até meados do século XX, época a qual os museus entraram em uma séria crise conceitual, sendo até comparados e apelidados de "dinossauros" e de "elefantes brancos", por possuírem e pregarem um caráter aristocrático, autoritário, acrítico, conservador e inibidor.

Em fase de transição, em meados do século XIX e final do século XX, eram nítidas as transformações que ocorriam nos museus, sendo que nesta época os museus não mais tinham o conceito de colecionismo e nem pregavam mais o caráter aristocrático, autoritário, acrítico, conservador e inibidor de antes, obtendo uma visão holística, possibilitando a introdução de novas temáticas e categorias, enfatizando a exposição e catalogação rigorosamente sistemática. Não podemos deixar de lembrar que essa tendência se inicia na Alemanha e Suíça, as quais incluíram roteiros que ofereciam panoramas de toda a história e a cultura da humanidade, permitindo ao público transitá-lo contemplando, ainda, seções reservadas para homenagear as mais recentes conquistas da ciência e da tecnologia.

Já no século XXI, a definição do que é um museu, e em especial o que deve ser um museu, enfrenta grandes conflitos e divergência de opiniões. No entanto, nos dias de hoje o conceito seguido é dado pelo International Council of Museums (ICOM 2007):

O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade (ICOM 2007).



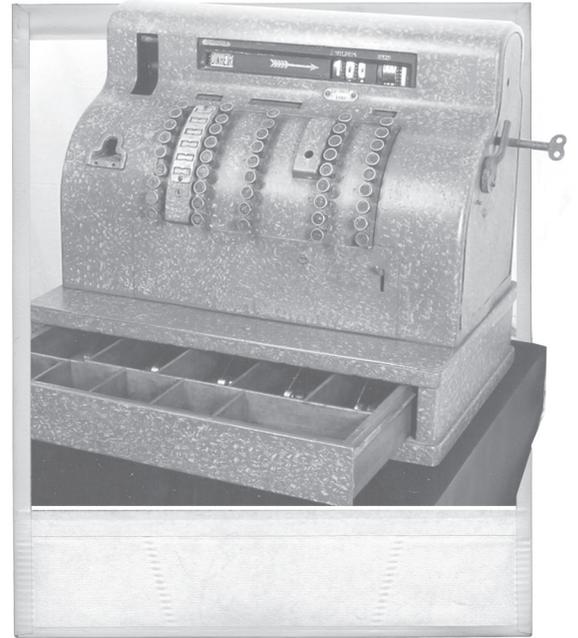
Podemos afirmar que o museu é um importante equipamento público de cultura que vem, ao longo desses anos, conquistando significativos avanços no exercício científico, seja através da salvaguarda, conservação e restauro de seus patrimônios, ou através do desenvolvimento de projetos, pesquisas, melhoria ao atendimento das visitas públicas e a criação de ações educativas abrangentes nas várias linhas metodológicas para o melhor atendimento ao alunado, com o propósito do ensino significativo do patrimônio histórico.

Para o setor de Política Nacional de Museus, os museus,

mais do que instituições estáticas, são “processos a serviço da sociedade”, atuando como “defensor” para o aprimoramento da democracia, da inclusão social, da construção da identidade e do conhecimento e da percepção crítica da realidade.

No Brasil, o museu teve seu marco inicial no século XVIII, durante o período colonial com a Casa dos Pássaros, e por Maurício de Nassau, que construiu o Palácio de Vrijburg, em Pernambuco, o qual comportava um imenso horto tropical que abrigava desde árvores frutíferas, plantas ornamentais e medicinais, até um zoológico. Em 1808, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, surge uma nova dinâmica na criação de instituições culturais, aparecendo, a partir de 1838, após a Independência, uma nova gama de museus com as suas mais diversas finalidades.

Recentemente, durante a década de 1960, além da criação dos museus Villa-Lobos e o da República, surgem inúmeros museus militares e municipais. Recentemente, em 2006, a tecnologia é a grande novidade dentro da proposta dos museus, a qual possibilita a interação com o acervo museal. Em São Paulo, no Museu da Língua Portuguesa, já é possível interagir com todo o espaço museal.



Em Itajaí, o museu teve seu surgimento a partir do desejo do senhor João Amaral Pereira, um amante em colecionar objetos, que teve a brilhante ideia de montar um museu na cidade. João Amaral Pereira demonstrou ao então prefeito municipal como poderia ocorrer a criação de um museu na cidade, o qual permitiu e deixou por conta de João Amaral Pereira toda a parte cabível. Criou-se a Fundação Genésio Miranda Lins, através da lei 1515/76, entidade que serviu de suporte para abrigar o Museu Histórico de Itajaí, sendo ainda nos dias de hoje sua mantenedora, que traz em sua missão a fundamentação para a criação e o desenvolvimento da Ação Educativa na unidade. O Museu Histórico de Itajaí apontou, em fevereiro recente, sua diretriz, o propósito da sua “Gestão Institucional”; a saber:

Salvaguardar, pesquisar e divulgar o patrimônio cultural “material e imaterial”, de Itajaí e região, através de ações educativas que promovam o conhecimento sobre o desenvolvimento da comunidade, proporcionando a reflexão crítica da realidade histórica, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população (fev. 2011).

A missão do museu caminha em uma via única, atreladas à sociedade, uma vez que a sociedade está diretamente atrelada aos museus, contudo, a função de um museu é mutuamente como a sociedade se torna.

Nesse sentido, é pertinente a promoção de uma ação educativa eficaz e de qualidade; difundindo serviços no uso das várias correntes metodológicas utilizadas

nos vários segmentos educacionais (público/privado), possibilitando a democratização do acesso a esse bem institucionalizado, seja o Museu indo às unidades de ensino ou o alunado vindo até o espaço museal.

Educação Patrimonial X Ação Educativa

A origem da expressão Educação Patrimonial é inglesa (Heritage Education). Segundo a museóloga Maria de Lourdes Horta (1999, p. 6), a Educação Patrimonial é

Um instrumento de alfabetização cultural, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórica-temporal, possibilita a autoestima dos indivíduos e das comunidades e a valorização da cultura brasileira em sua rica diversidade.

Primeiramente temos que ter bem claro que Educação Patrimonial e Ação Educativa são duas ações distintas, porém indissociáveis. Sabemos que as duas estão interligadas e que ao serem desenvolvidas juntas, promovem grandes avanços no conhecimento e valorização do patrimônio cultural e na elevação da auto-estima dos cidadãos cumprindo, assim, parte dos seus objetivos de garantir significativamente o entendimento, a valorização e conhecimento dos patrimônios históricos. Com isso, pode-se afirmar que a educação é o melhor caminho para se executar desse tão importante objetivo. Segundo Maturana (1998),



A educação, vista num sentido mais amplo, é o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor interação individual e social.

Maturana nos faz refletir no sentido de que estamos sempre num processo de ensino-aprendizagem, onde somos sempre educadores e educandos, comprometidos com o ensinar e aprender/apreender conscientemente a nossa cultura, sobre todo o nosso patrimônio histórico que, por sua vez, nos permiti aguçar nosso senso crítico, nos levando a conhecer o passado, entendendo/compreendendo o presente, podendo ainda, (re)pensar e até agir em transformações futuras.

Nas instituições culturais, principalmente em museus, a elaboração de programas e projetos de educação patrimonial está a cada dia mais presente, pois os profissionais envolvidos nesses setores estão cada vez mais conscientes da real missão dos museus e da importância deste estudo.

Para compreendermos melhor o que é a Educação Patrimonial, vamos nos basear no que Horta (1999) nos coloca interpretando a Educação Patrimonial como “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”.

É nítida a importância do conhecimento e valorização de nosso Patrimônio Cultural, para tanto, é preciso uma ação educativa eficaz sobre a realização do trabalho de Educação Patrimonial, a qual envolve vários saberes, num processo em que uma primeira instância é interdisciplinar, podendo transpor suas particularidades, tornando-se uma proposta transdisciplinar.

Bom, se Patrimônio Cultural é o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo e de uma comunidade, ele está presente em todos os lugares e atividades, no nosso modo de fazer, criar e trabalhar. Ele faz parte de nosso cotidiano e estabelece as identidades que determinam os valores que defendemos, sendo assim, o patrimônio cultural de cada comunidade é importante na formação da identidade de todos nós. Mas se pararmos para pensar, do que vale toda essa nossa riquíssima diversidade cultural, se não a conhecermos, compreendermos e não fazemos parte do processo de construção do nosso patrimônio cultural? Precisamos conhecê-la e compreendê-la, pois assim aprenderemos a respeitá-la e saber o seu real valor perante a nossa sociedade.

Uma sociedade que não reconhece o valor histórico cultural dos seus patrimônios não conseguirá respeitá-los e nem compreender o esforço público e privado na proteção e conservação do patrimônio tendo, com isso, a perda da identidade e a desvalorização dos seus próprios valores, pondo em risco o próprio patrimônio. Horta (1998) nos ajuda a refletir essas relações ao ponderar que o

Conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como o fortalecimento dos sentidos de identidade e cidadania.

Não podemos falar em educação patrimonial sem citar o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), responsável pela educação patrimonial, o qual apresenta uma política de implementação de uma postura educativa em todas as suas ações institucionais. Com isso, o IPHAN acredita que cada vez mais suas representações em todo o território nacional tenham uma postura dialógica e construtiva junto à comunidade, a fim de desenvolverem uma atitude de políticas de identificação, reconhecimento, proteção e promoção do patrimônio histórico. Dentro do IPHAN, existe uma gerência específica para cuidar da Educação Patrimonial, a Gerência de Projetos e Educação Patrimonial – Geduc. Essa, por sua vez, apoia e divulga as informações a respeito das ações desenvolvidas em todo o país voltadas para a educação patrimonial. Possui a responsabilidade de apoiar a rede de agentes educativos dedicados ao patrimônio cultural, nas regionais do IPHAN e na articulação com setores da sociedade civil, nos estados e municípios.

Pode-se concluir que a Educação Patrimonial é quando construímos, dividimos, investigamos e conhecemos algo que tenha relação ao nosso patrimônio cultural através

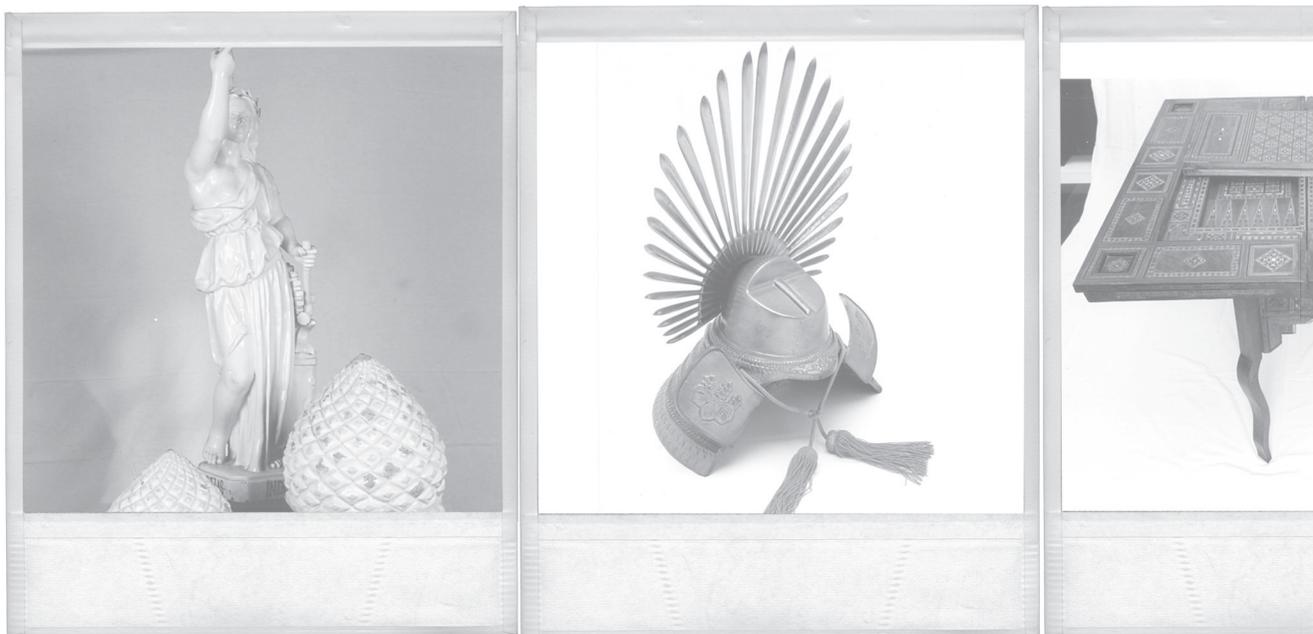
de uma ação educativa, com a finalidade de entender e transformar a realidade em que estamos inseridos.

Se a Educação Patrimonial é uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões relacionadas ao patrimônio cultural, compreendendo desde a inclusão nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que abordem o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, sendo até mesmo amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei nº 9.394/96, quando enfatiza, no seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio, deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, o que abre espaço para a construção de uma proposta de ensino voltada para a divulgação do acervo cultural dos estados e municípios. Mais uma vez, comprova-se que o espaço museal deve ser incluso no calendário escolar por ser um local apropriado aos estudos de nosso patrimônio cultural.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's para o ensino fundamental, elaborados pelo Ministério da Educação – MEC, também proporcionam que a Educação Patrimonial esteja inserida nas disciplinas escolares através dos chamados “temas transversais”. Dois desses temas, o do meio ambiente e da pluralidade cultural, embasam a possibilidade da escola incluir o estudo do patrimônio histórico, introduzindo projetos de educação patrimonial dentro do contexto escolar. Para tanto, é preciso que haja uma Ação Educativa coerente e significativa voltada a propor à população a sensibilidade e a mobilização voltada para a importância da preservação do patrimônio histórico cultural.

Percebe-se que já há espaços normativos para que a escola vivencie experiências inovadoras, capazes de resgatar nos educandos o interesse pelo conhecimento e pela preservação de nossos bens culturais. No entanto, é de suma importância que haja ações educativas voltadas a esses fins e que escolas e museus andem de “mão dadas”.

O Sistema Brasileiro de Museus – SBM, criado pelo Decreto nº 5.264, de 05 de novembro de 2004, é um marco na atuação das políticas públicas voltadas para o setor museológico, cumprindo uma das premissas previstas na Política Nacional de Museus, ou seja, a constituição de uma ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuam para a valorização, a preservação e o gerenciamento do patrimônio cultural brasileiro. Da fundamentação legal, segundo o SBM, fica instituído:



Art. 1º - I – a interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;

- Art.4º - VI – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais nas instituições museológicas. (SBM, 2004)

Com isso, percebe-se que os museus devem se adaptar ao novo propósito dos Museus, a fim de promoverem uma Ação Educativa de qualidade e de eficácia.

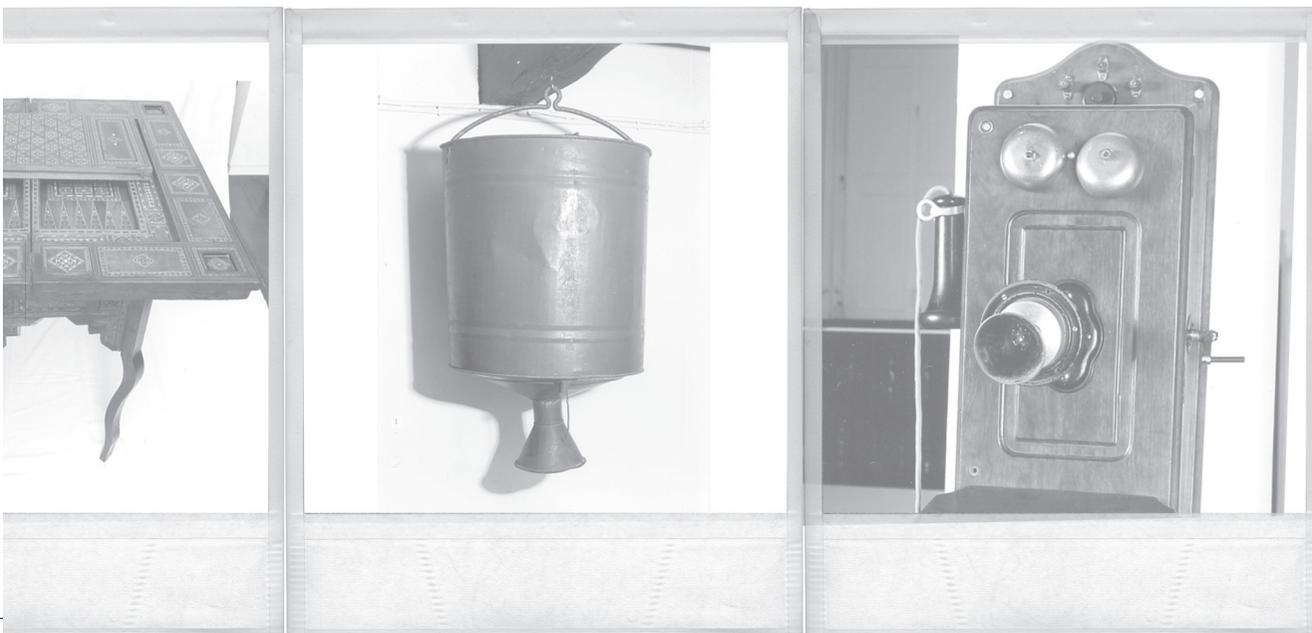
Podemos entender a Ação Educativa como um processo pedagógico que deve ser compreendido como um intercâmbio de saberes e conhecimentos, entre mediadores e participantes, cujas experiências, muitas vezes distintas, certamente são complementares com a finalidade de dialogar sobre o nosso patrimônio cultural, com o propósito de fazer com que o alunado conheça, reflita e proteja todo o nosso patrimônio cultural. A ação educativa se produz coletivamente e dialogicamente, criando um conjunto de significações sociais, culturais e políticas através da troca de saberes.

A ação educativa, portanto, pode ser compreendida como um processo político-pedagógico, que tem como premissa alguns princípios ético-pedagógicos baseados no protagonismo dos cidadãos, no despertar do seu senso crítico, os quais poderão se tornar autônomos diante do cenário cultural. Em termos teórico-metodológicos, nos dias atuais, seria coerente que a ação educativa desenvolvesse suas práticas seguindo a corrente sócio-interacionista, utilizando-se dos lugares e suportes da memória: museus, monumentos históricos, arquivos, bibliotecas, sítios históricos, vestígios arqueológicos, entre outros, a fim de desenvolver a sensibilidade e a consciência do alunado e dos cidadãos em geral, para a importância da preservação desses bens culturais.

O conceito da pedagogia museológica, segundo Bruno,

É uma pedagogia direcionada para a educação da memória, a partir das referências patrimoniais que, por um lado, busca amparar do ponto de vista técnico os procedimentos museológicos e, por outro, busca ampliar as perspectivas de acessibilidade e problematizar as noções de pertencimento. (BRUNO, in MILDNER, 2006:122)

Portanto, para alcançarmos o objetivo maior da ação educativa (promover o reencontro, a valorização e a reconquista de um grupo com sigio mesmo, através do



patrimônio histórico) faz-se necessário reavaliarmos nossa própria visão de cultura, de identidade e de auto-reconhecimento para o contexto no qual estamos inseridos. Neste sentido, é imprescindível o diálogo; este se torna a tônica de qualquer ação educativa entre os mediadores museais e o "grupo" atendido. É através do diálogo que se torna possível a interação, a troca de conhecimentos e experiências a partir da confiança que se estabelece a partir do mesmo. Mediante essa postura, será possível uma ação coerente e voltada ao real crescimento e despertar desse grupo. Com isto, estaremos reafirmando o pensamento de Paulo Freire (2003), que nos orienta na importância de caminhar "na busca de uma 'alfabetização cultural' que capacite o educando a compreender sua identidade cultural e a se reconhecer, de forma consciente, em seus valores próprios, em sua memória pessoal e coletiva", ou seja, fazer com que cada cidadão seja letrado diante do nosso tão vasto e riquíssimo patrimônio cultural.

É através de ações educativas voltadas à preservação e compreensão do Patrimônio Cultural, que esta torna-se um veículo de aproximação, conhecimento, integração e aprendizagem de crianças, jovens, adultos e idosos, sem perder o seu foco principal, de sensibilizá-los e despertá-los para a conscientização da importância de preservar os bens culturais e de fortalecer a identidade de cidadania de cada indivíduo.

Então, podemos afirmar que ao nos reunirmos com um grupo de crianças, jovens, adultos ou idosos para construir e trocar conhecimentos do nosso patrimônio cultural, a fim de conhecê-lo e entendê-lo melhor, refletimos e tentamos transformar a realidade que nos cerca.

Ação Educativa: Educação Patrimonial no Museu Histórico de Itajaí



É inerente à natureza de uma instituição como o Museu Histórico de Itajaí, o diálogo permanente junto à comunidade, principalmente a comunidade escolar, visando a melhoria da qualidade de vida na escola e seu entorno. Por tanto, atento em sua Missão e na criação e implementação de suas políticas educacionais na busca constante de um ensino-aprendizagem de qualidade, a Ação Educativa do Museu Histórico propiciará ao seu alunado acesso às oportunidades de (re)conhecimento, desenvolvendo as habilidades críticas num processo de aprendizagem e descoberta, afim de nortear sua vida com competência e qualidade. Além disso, o Museu, como um espaço aberto para o diálogo permanente na comunhão e troca de ideias/experiências, entre o corpo administrativo, técnico, pedagógico, professores e respectivas



disciplinas e os educandos, numa abordagem transdisciplinar, pretende afetar diretamente a proposta pedagógica de maneira dialética para atingir o alunado de forma interativa, estreitando seus laços com o patrimônio.

A criação do Setor Educativo Patrimonial do Museu Histórico de Itajaí - MHI ocorreu em 2006, recebendo a participação de um professor de História envolvido em pesquisa acadêmica sobre Educação em Museu. Após sua criação, foi feita a montagem do "Espaço Educativo" no Palácio Marcos Konder, o qual abriga o MHI, espaço esse destinado ao diálogo e acolhimento do alunado. Posteriormente, ocorreu a divulgação e aquisição de materiais didáticos, onde foi recebida a parceria da Secretaria Municipal de Educação - SME. Hoje, o Espaço Educativo conta com uma Pedagoga e uma professora de História, ambas cedidas pela SME, para desenvolverem a Ação Educativa Patrimonial, além de toda a parte administrativa e técnica do MHI, que sempre que solicitado auxilia nas ações educativas.



Baseados na ideia de que o museu pode levar o ser humano de um estado de fragmentação a um estado de ser íntegro, o museu nos capacita a compreender a realidade e seus patrimônios, ajudando-nos a transformá-los, tornando-os extensões da própria vida em suas memórias; a equipe docente do Museu Histórico de Itajaí, além de ter ações educativas para os demais públicos, sentiu a necessidade de desenvolver um projeto que atendesse os Anos Finais do Ensino Fundamental, uma vez que esse é o público que menos o frequenta. O Projeto Piloto elaborado recebeu o nome de "Bom Museu". O mesmo foi elaborado, a princípio, para atender o Pólo 6, caracterizado pelo bairro Fazenda, segundo a Secretaria Municipal de Educação, abrangendo três escolas da Rede Pública Municipal de Itajaí: E.B Gaspar da Costa Moraes, E.B Ariribá e E.B Yolanda Ardigó.

O Projeto Piloto Bom Museu tem seu diferencial a partir da atitude de, primeiramente, trazer os professores para uma formação continuada no período da hora atividade de cada disciplina, proporcionando aos professores a identificação do espaço museal como referência laborial, conhecendo cada setor do referido museu e as possibilidades de abordagem do acervo (material e imaterial) histórico cultural ali existente, além de proporcionar uma "mini exposição" (montada com alguns acervos para atender o propósito do conteúdo de cada professor, dentro da sua disciplina). Nesta prática empírica, os professores saberão quais acervos e ou exposições poderão ser explorados em seu conteúdo aplicado em sala de aula. Com isto, o museu passa a ter ainda mais a participação na formação do conceito e valorização do patrimônio cultural no alunado, fazendo despertar em cada professor a conscientização da importância da valorização do nosso patrimônio se sentindo ainda mais parte deste processo.



A intervenção que a Ação Educativa pretende afeta diretamente a proposta pedagógica de maneira dialética e também a relação escola-comunidade e patrimônio. Esta estratégia será o meio para atingir a comunidade de forma interativa, aproximando a comunidade escolar e o patrimônio cultural. A fundamentação do projeto é baseada na corrente sócio-interacionista, que aborda o lúdico e o fazer artístico de suma importância no processo de ensino-aprendizagem. Por fim, pretende-se com o citado projeto propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar no alunado e na sociedade o senso de preservação da memória histórica e o conseqüente interesse pelo tema.

Após todo esse processo, os alunos são convidados a conhecer o museu, recebendo e trocando conhecimento do patrimônio cultural para, posteriormente, realizar algumas das atividades elaboradas pelos professores anteriormente. Os professores ficam responsáveis em dar uma devolutiva das atividades desenvolvidas à equipe pedagógica do MHI. O projeto tem sua culminância na escolha de trabalhos a serem arquivados no Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí e para a apresentação dos respectivos trabalhos pelos referidos professores no Simpósio Porta do Vale de Itajaí.

Considerações Finais

As dificuldades e os problemas gerados de forma intensa em períodos de transformações constantes podem ser empecilhos para a construção social diferenciada pretendida. Somente com os museus seguindo os seus reais objetivos e com o desenvolvimento de novas práxis, tanto o Museu quanto a Ação Educativa Patrimonial conseguirão cumprir suas funções sociais, fazendo frente às suas exigências.

Neste contexto, nota-se a importância de "importar" os métodos inter e transdisciplinares para o formato da ação educativa, permitindo aos educadores patrimoniais e aos professores do ensino regular uma visão mais holística de suas atuações através de indicadores que lhes dêem oportunidade de mensurar os resultados do seu trabalho.

Em geral, a ação educativa poderá levar os professores e toda a equipe do MHI a acreditarem na possibilidade de que o conhecimento pode se dar de maneira intensa, certa e prazerosa, conduzindo os professores a proporcionar meios para o desenvolvimento de diversas habilidades, inclusive do senso crítico nos educandos, possibilitando o crescimento pessoal, intelectual e permitindo uma inserção mais cidadã no convívio social perante aos bens culturais e na própria competitividade no meio profissional num futuro próximo.

Finalmente, pode-se concluir que um Museu, para realizar o trabalho pedagógico de Ação Educativa Patrimonial de excelência, deve considerar o seu modo de ação como sinônimo de transformação na convivência social frente aos bens culturais, onde se vê o todo e não apenas alguma parte dele. O museu e a ação educativa devem, ainda, aterem-se na formação de indivíduos que se esmerem de acordo com a importância de se conhecer, preservar e conhecer os bens culturais/patrimoniais, tornando-os cidadãos críticos e atuantes na sociedade e na própria história. Sendo assim, a Educação

Patrimonial deve servir como condução de crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens num processo contínuo de criação cultural.

Referências

D'ÁVILA, Edison. **Pequena História de Itajaí**. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins: Prefeitura Municipal de Itajaí/Secretaria de Desenvolvimento Social/Comissão Municipal de Cultura, 1982.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 10ª ed., 2003, p.81.

Guia Básico de Educação Patrimonial/ Maria de Lourdes Parreira Horta, Evelina Grumberg. Adriane Queiroz Monteiro – Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. P 6. Acesso em 05/09/2011. Disponível em <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/patrimonio/pro-memoria/o-que-e-afinal-educacao-patrimonial>

Instituto Do Patrimônio e Artístico Nacional – IPHAN, Acesso em 07/09/2011. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15481&retorno=paginaIphan>

JOSÉ do Nascimento Júnior & CHAGAS Mário de Souza. **Política Nacional de Museus**. Brasília. 2007. P. 60 à 36.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Lei de Diretrizes e Bases - LDB. 2006. Acesso em 05/09/2011. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

MATURANA, Humberto R. **Emoções e Linguagem na Educação e na política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. Tradução: José Fernando Campos Fortes. P.29.

MOEMA Nascimento Queiroz. Acesso em 07/09/2011. Disponível em http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=3562

ORIÁ, Ricardo. **Educação Patrimonial: conhecer para preservar**. Acesso em 07/09/2011. Disponível <http://www.educacional.com.br/articulistas/articulista0003.asp>

Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's. Acesso em 05/09/2001. Disponível em <http://www.zinder.com.br/legislacao/pcn-fund.htm>

Sistema Brasileiro de Museus – SBM. Acesso em 05/09/2011. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/2007/09/26/sistema-brasileiro-de-museus/>



A história foi assim

João Kleis

*Ex-presidente da Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú
Artigo publicado no jornal "Tribuna Catarinense", de Balneário Camboriú,
em 22 de julho de 2004*

Dia 22 do corrente vai ser internacionalizado o Aeroporto de Navegantes com o nome de Ministro Victor Konder. É um grande passo para o turismo em nossa região e um marco importante para o desenvolvimento crescente de Navegantes. A festa deverá ser pomposa. Entretanto, para que tal acontecimento fosse concretizado dois homens travaram uma imensa batalha quatro décadas passadas, usando a inteligência, conseguindo o que parecia quase impossível para as pessoas daquela época. O começo de tudo foi assim: O aeroporto de Itajaí, pela pequena extensão de sua pista teria que ser desativado, pois as aeronaves modernas necessitavam de pistas bem mais extensas devido ao aumento da capacidade de passageiros que passaram a transportar. Ou Itajaí procuraria outro lugar, o que não foi feito, ou perderia o aeroporto. Foi aí que o Sr. Egídio Narciso que possuía uma grande área de terra em Navegantes, pensou em levar para aquela cidade o aeroporto.

Para sensibilizar as autoridades federais, o que nós dois fizemos? Pensamos em enviar um abaixo-assinado com um grande número de assinaturas de moradores de Navegantes e nesse documento, explanamos 10 (dez) itens vantajosos para ser naquele local o aeroporto. Dentre os mais importantes figuravam: a topografia privilegiada para pouso e decolagem das aeronaves, o desenvolvimento do turismo e o custo zero do terreno. O Sr. Egídio Narciso propôs doar toda a área para o aeroporto, o que se concretizou posteriormente. Com o apoio dos líderes de Navegantes, entre eles o Sr. Atanázio Rodrigues, o documento após grande número de assinaturas conseguidas, foi enviado à Diretoria de Aviação Civil, na Capital Federal. Meses depois de remetido o documento, aparece procurando o Sr. Egídio Narciso, um senhor denominado Dr. Montenegro. Viera ele, com a missão de encontrar um local para a instalação do novo aeroporto e também, constatar se realmente era verdadeiro conteúdo do abaixo-assinado. O Sr. Egídio Narciso levou-o até o local e confirmou que faria a doação do terreno.

Esse Senhor, estudou com muito cuidado toda a região, incluindo a cidade de Blumenau e adjacências; fez mais algumas viagens para se certificar de que o local era realmente o mais apropriado e por fim, deu parecer favorável para Navegantes. Algum tempo depois, apareceram dois oficiais da Aeronáutica procurando o Sr. Egídio Narciso. Novamente são levados pelo mesmo ao local e nova vistoria é feita para verificar a viabilidade da instalação, pois era de suma importância que a área fosse privilegiada para evitar o mínimo de acidentes e também, se seria economicamente importante. Regressaram para a Capital Federal os oficiais e meses depois o parecer foi aprovado definitivamente. Medida a área para início dos estudos e projetos finais para a instalação do aeroporto, faltou uma pequena parte de terreno do total oferecido pelo Sr. Egídio Narciso. Vai ele então, a procura das pessoas limítrofes e consegue delas o restante do terreno que era 4% (quatro por cento). O Sr. Egídio Narciso doou a área de 96% (noventa e seis por cento) da primeira fase do Aeroporto de Navegantes. Venceu ele uma batalha e contribuiu com seu empenho e determinação para o crescimento turístico e econômico de nossa região. A minha parte foi pequena. Apenas ajudei a elaborar os itens apresentados no abaixo-assinado e os escrevi, porém, fui para o Sr. Egídio Narciso, juntamente com o Sr. Atanázio Rodrigues e outros anônimos de Navegantes que acreditaram na idéia, o apoio que ele precisava para concretizar o sonho de não permitir que ficasse longe de Itajaí o aeroporto que a cidade perdera. Não estou escrevendo este relato pensando em homenagens. Apenas para as pessoas que dele tomarem conhecimento saber que: "A história foi assim".

Aeroporto de Navegantes, 1994. Acervo CDMH, tomo nº 055.12.494.

A organização dos serviços de saúde em Itajaí – fragmentos do período entre 1860 a 1930

*Amauri Moraes dos Santos
Mestre em Saúde Pública*

Apresentação

 povo itajaiense, ao longo da sua história, foi adquirindo saberes e desenvolvendo atividades para dar conta dos problemas inerentes à vida em comunidade. Construiu-se uma rede social, econômica, política e cultural a partir dos esforços de suas lideranças e habitantes, num processo contínuo de busca do progresso, com atitudes, reivindicações e conquistas.

Descrever os fatos históricos da saúde pública, que evidenciaram as ações e serviços e a construção de unidades de saúde, a partir da emancipação política de Itajaí até 1930, destacando os atores sociais envolvidos, é o objetivo central deste trabalho. O foco, portanto, não são as doenças que acometeram esta sociedade e tantos sofrimentos causaram e ainda causam, mas sim, uma descrição de como se formataram as soluções para combater estes flagelos, contando um pouco da história da organização dos serviços de saúde. Apresenta-se, por fim, a evolução demográfica e as Taxas de Mortalidade Geral, como indicador da variação da qualidade de vida no período.

Itajaí, Igreja Imaculada Conceição, 1904. Acervo CDMH, tomo nº 059.13.460.

Visa também contribuir com a organização e socialização de um tema de fundamental importância histórica, e que foi resgatado pelos historiadores locais de forma pontual e em contextos diversos, necessitando, portanto, de sistematização específica. Por falta de visão, de tempo ou de fontes, fatos históricos ou detalhamentos deixaram de ser apresentados. Continuamos abertos a novas contribuições, para que em outro momento possamos reeditar adicionando novas informações. Somando esforços, vamos montando o espectro. Esta tarefa é, principalmente, para os historiadores ou outros amantes da saúde pública, que a partir desta pequena contribuição poderão aprofundar os estudos. Enfim, este trabalho deve continuar porque *Salus publica suprema lex*¹.

Teremos desta forma outras visões, outros olhares, outros saberes, tão importantes para o conhecimento do nosso passado, fundamental para a consolidação da nossa identidade e para a busca de soluções futuras, para este povo guerreiro, sofrido, criativo, alegre, amável, misto de muitas etnias e afagado pela brisa e pelas ondas do mar.

Itajaí – do povoado a República

Temos até hoje, e certo, o serum Yersim e a vacinação prophylactica Chawkins, mas sua efficacia ainda não está bastante constatada. O povo costuma usar azeite doce².

Durante todo o período colonial, a assistência à saúde é considerada um ato de misericórdia. O Ato de 1514 – Regimento das Capelas e Hospitais, no Império Português, ordena a vida religiosa e a assistência aos pobres. Portanto, a igreja ocupou papel preponderante, por meio das casas e hospitais de misericórdia. Nas principais vilas brasileiras foram construídas as Santas Casas de Misericórdia, sendo que no século XVIII quase todas as capitanias hereditárias já as possuíam, sob a direção dos jesuítas. No final do século XIX já existiam hospitais privados atendendo somente os mais abastados, nos grandes centros da produção cafeeira.



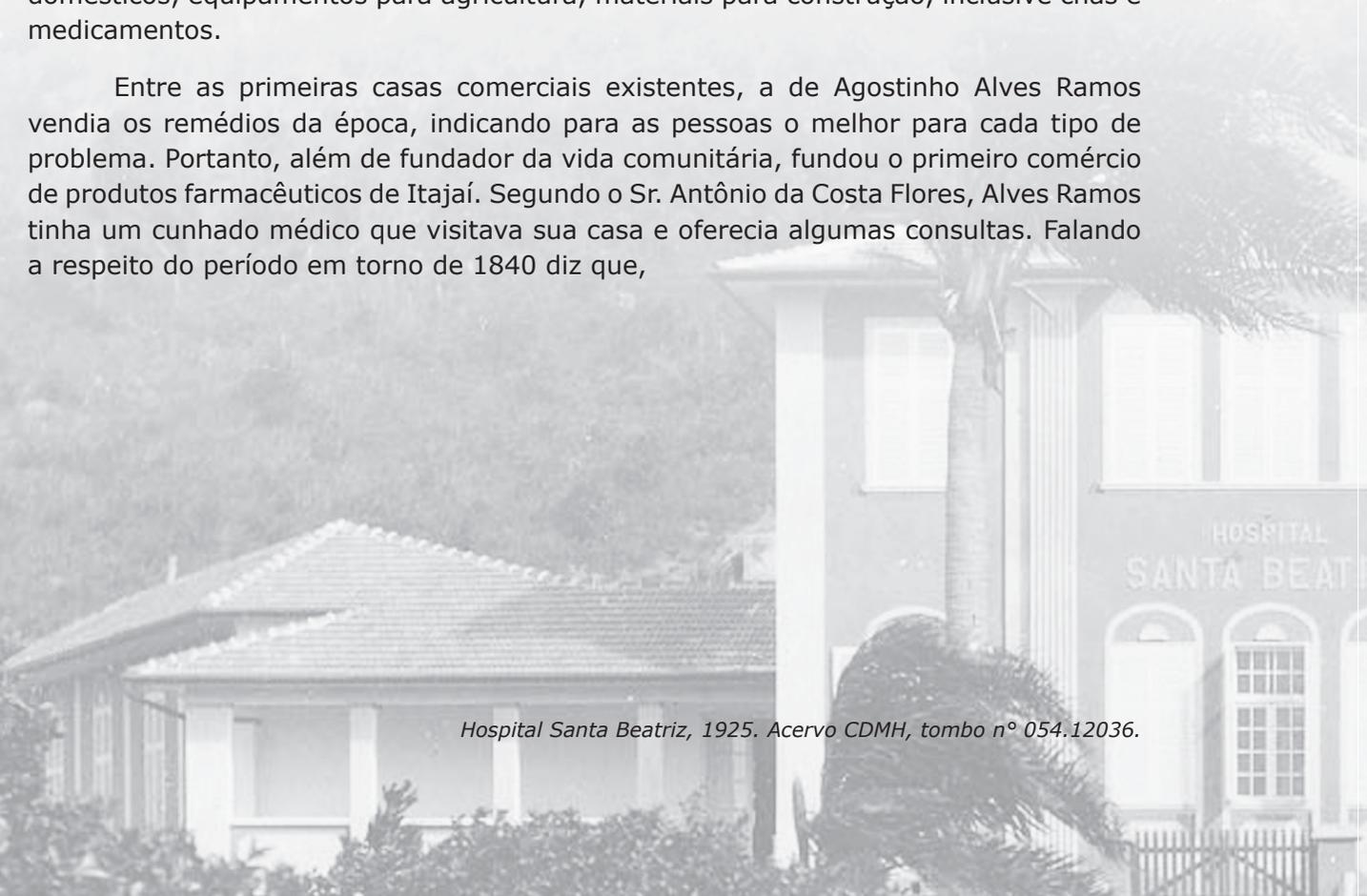
A assistência médica era realizada por poucos profissionais estrangeiros ou formados no Brasil a partir das primeiras escolas de Salvador, Recife e Rio de Janeiro, fundadas após a vinda da Família Real portuguesa em 1808. Serviam àqueles que podiam pagar em consultórios ou nas residências e eventualmente, por ato de caridade aos pobres. A maioria da população urbana buscava atenção nas boticas ou alento nos curandeiros, benzedeiros ou ainda nas Santas Casas existentes somente nas grandes cidades.

O setor saúde no Brasil, desde o início de suas atividades, ficou marcado pela dicotomia entre aqueles que podiam pagar e aqueles que necessitavam da caridade da Igreja ou do Estado.

O povoado de Itajaí cresceu sendo abastecido pelas águas dos rios Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim, e da imensa rede de ribeirões e riachos que ainda, em parte, cortam a cidade, e dos poços individuais. As casas eram, em sua maioria, feitas de madeira com pouca ventilação, como era característica das construções portuguesas, cujo quintal possuía animais. As ruas não possuíam pavimentação e nem sistema de drenagem. Os esgotos eram lançados nos rios e riachos diretamente ou por meio de valas que eram abertas para drenagem do solo. A matança de animais era feita domesticamente e os restos de pescados jogados no chão, aumentando os dejetos e comprometendo ainda mais a higiene local. Somente os comerciantes, curandeiros, benzedeiros e as parteiras para dar atenção à saúde, além dos remédios caseiros.

As casas comerciais de maior destaque, do início da colonização, possuíam todo tipo de bens de consumo da época como alimentos, bebidas, tecidos, utensílios domésticos, equipamentos para agricultura, materiais para construção, inclusive chás e medicamentos.

Entre as primeiras casas comerciais existentes, a de Agostinho Alves Ramos vendia os remédios da época, indicando para as pessoas o melhor para cada tipo de problema. Portanto, além de fundador da vida comunitária, fundou o primeiro comércio de produtos farmacêuticos de Itajaí. Segundo o Sr. Antônio da Costa Flores, Alves Ramos tinha um cunhado médico que visitava sua casa e oferecia algumas consultas. Falando a respeito do período em torno de 1840 diz que,



Hospital Santa Beatriz, 1925. Acervo CDMH, tomo n° 054.12036.

No território que actualmente compreende o município de Itajahy, apesar de existirem muitos brejos, pântanos innumeros logares em as águas das chuvas, com freqüência, se achavam estagnadas, a salubridade era admirável. Não se conheciam maleitas, sozões, febres, influenza e outras moléstias de que hoje tanto se falla. Não raras que succedia morrer alguém, quase sempre se tratava de quem já tinha chegado a velhice. Em geral os habitantes apresentavam aspecto sadio. Entre as crenças é que se encontrava uma ou outra amarella, por se dar ao vício de comer terra. O cirurgião Luiz Rodrigues Pereira, da Armação, e o cirurgião cunhado do Coronel Agostinho muito pouco tinham que cuidar de clinica. O Coronel Agostinho tinha purgantes de manná e sene, jalapa, leroy, que cedia ou dava a quem os pedia; mas, de ordinário, o que se usava era remédio da capoeira: baga de pinhão, herva de bicho, castanha do matto, herva de São Simão, etc... A conselho de algum entendido, como Thomé Barbosa, o qual, além dos seus vários préstimos a que já alludi, tinha o de ser curandeiro³.

Outro comerciante que se destacou foi Pedro Müller, pai de Lauro Müller e Eugênio Müller. Imigrante alemão, agricultor, chegou às terras da foz do Rio Itajaí em 1850. Segundo Marcos Konder⁴, "Pedrinho Müller" montou seu comércio na Rua Municipal (hoje Rua Lauro Müller) e logo ficou famoso como curandeiro, boticário e, após, Juiz de Paz. Seu comércio foi referência na assistência à saúde da população durante muitos anos.

Conclui-se que o primeiro médico que residiu na Vila de Itajaí foi o Dr. José Antonio de Matos Neto, cunhado de Agostinho Alves Ramos. Natural de Peniche, Portugal, formado em 1800, foi médico militar no Brasil, no batalhão de D. Pedro I. Por algumas vezes visitou a cidade, vindo morar em "Itajaí com alguns escravos, tendo morrido em casa de Alves Ramos"⁵, sob os cuidados de sua irmã, D. Ana.

Mais tarde, chegou o Dr. Pedro Ferreira e Silva. Primeiro médico que se estabeleceu efetivamente, constituindo família e participando da vida social e política da cidade. Nascido e formado na Bahia, na primeira escola de medicina do Brasil, chegou a Itajaí em 1886 e morreu em 1911.

Uma das primeiras iniciativas do povoado em relação à higiene foi a construção do Cemitério local em 1825. Porém, o destaque do período da monarquia para a história da Saúde Pública de Itajaí foi a construção do Hospital de Santa Beatriz.

A construção do Hospital tinha como objetivo inicial ser um Lazareto, local destinado a cuidar dos leprosos. Mas iniciou suas atividades como hospital geral. Depois de reiteradas solicitações da comunidade, o Presidente da Província determinou, em 1880, a sua construção. O Hospital de Santa Beatriz foi construído com o produto do imposto de 100 réis por dúzia de madeira exportada e teve suas obras concluídas graças aos esforços da comunidade, sob a liderança de Nicolao Malburg (o velho), vereador e administrador de Itajaí. Foi inaugurado em 31 de janeiro de 1887 e seu nome foi uma homenagem a D. Beatriz, esposa do Presidente da Província, Sr. Francisco José da Rocha, ambos presentes na cerimônia.

Ampliado e remodelado em 1933, ganhou enfermaria, sala de cirurgia, farmácia e capela. Dez anos após, nova ampliação, recebendo uma ala infantil e novos equipamentos. Com aproximadamente 60 leitos, funcionou como Hospital Geral até 1956, quando encerrou as atividades. Foi reinaugurado em 1962, como Sanatório

Santa Beatriz, encerrando suas atividades como hospital em 1979. Especializado em tuberculose, também atendia outras doenças infecto-contagiosas.

Como estabelecimento de saúde, precedeu a Botica Cruz Coutinho, do Sr. Emílio Augusto da Cruz Coutinho, fundada em 1871, através de licença do Imperador Dom Pedro II. Era um práctico de farmácia, nascido em Portugal em 1831 e falecido em Itajaí em 1925.

O Código de Posturas, instrumento jurídico e sanitário exigido no processo da emancipação política, disciplinava a ocupação urbana, as construções, a comercialização de alimentos e outros bens de consumo, serviços e o meio ambiente. O código foi aprovado, provisoriamente, em 28 de junho de 1866, portanto, seis anos após a instalação oficial do município. Silva⁶ fez um estudo detalhando o código e observou que os editais lançados pela autoridade municipal para fazê-lo cumprir, em grande parte, disciplinava e estabelecia penalidades para a criação de animais, proibia a permanência das carnes por mais de oito dias nas prateleiras das "vendas", a matança de gado e secamento do couro dentro dos limites urbano da Vila, destinação dos resíduos de peixes utilizados no fabrico de óleo, os quais ficavam jogados à beira-rio ou nas ruas. Este Código, revisado e atualizado algumas vezes, normatizou também o cuidado com os defuntos, animais mortos e o trânsito. Proibia e punia as pessoas que galopassem nas ruas da Vila e Freguesias, sendo, extremamente, rigorosos com os escravos e forasteiros.

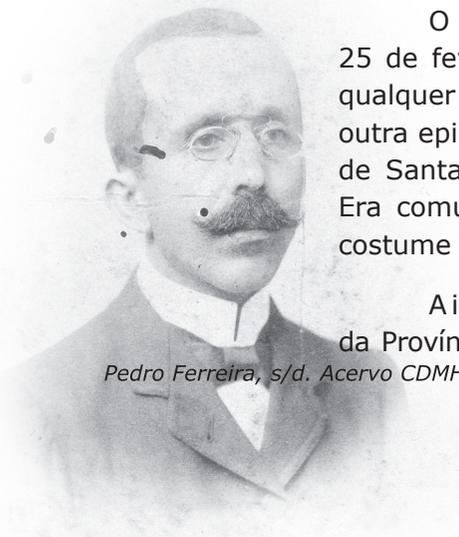
Os problemas de higiene eram muitos e Severino⁷ salienta que a proximidade com o mar e as atividades pesqueiras contribuiu para um ambiente de "imundice", e ao homem do litoral atribuído o atraso da região em função da preguiça e da falta de iniciativa. Os novos colonizadores estrangeiros, achando-se superiores, distanciavam-se daqueles luso-brasileiros pobres ao tempo que se responsabilizaram pelo ordenamento dos espaços públicos, da higiene e saúde, segurança, enfim, pela normatização e fiscalização dos "bons costumes".

O porto foi e sempre será uma porta de entrada e saída de mercadorias, resultando em prosperidade econômica, mas igualmente uma porta aberta para as doenças e epidemias. Os hábitos de higiene precários a bordo dos navios tornavam o navio e os marinheiros, em sua maioria, fonte de repulsa e transmissores de doenças, sobretudo devido as suas passagens em várias partes do mundo, sendo potenciais focos de transmissão de doenças.

O Presidente da Província de Santa Catarina determinou, em 25 de fevereiro de 1866, a proibição da entrada no porto Itajaí de qualquer navio procedente de área epidêmica de febre amarela ou outra epidemia. Os navios suspeitos deveriam seguir para a Fortaleza de Santa Cruz, em Desterro, onde havia o serviço de observação. Era comum naqueles tempos a "quarentena" dos navios, conforme costume sanitário Europeu.

A instrução de 1882, encaminhada pela Inspetoria de Saúde Pública da Província de Santa Catarina ao Presidente da Câmara, demonstra a

Pedro Ferreira, s/d. Acervo CDMH, tomo n° 045.11286.



gravidade de uma epidemia de Varíola que acometia a população pobre de Itajaí e faz referência à necessidade do cumprimento das Instruções elaboradas pela Inspetoria:

As casas onde houver doente de varíola se conservarão no maior isolamento possível, só sendo permitida a comunicação indispensável ao médico e ao providente de remédios e víveres. As visitas serão declaradas proibidas. Essas comunicações serão acauteladas pela desinfecção das pessoas e objetos antes de levadas, -digo-, antes de saírem da casa infectada. Os corpos dos que falecerem de varíolas serão desinfetados antes de levados a inumação, a qual se fará com toda a brevidade permitida e evitando passar os cadáveres pelos lugares mais habitados. Cessando em uma casa pela morte ou pela cura a varíola, devem os habitantes delas mudar temporariamente de residência, a casa será desinfetada e caiada e ficarão trinta dias desabitada e na maior ventilação. Os objetos que tenham servido à doente de varíolas, serão desinfetados, lavados e abandonados por algum tempo, devendo queimar-se as roupas colchões, de que se tenha servido nos últimos dias o falecido de varíola. As desinfecções devem ser feitas com água fervida ou clorufetada, com a caição, com os vapores, cloro desenvolvido pelo ácido sulfúrico, sal e peróxido de manganês. A mais rigorosa limpeza nos aposentos, dependências e quintais das casas, e todo asseio nos corpos e prudências na alimentação e no comportamento, concorrerão poderosamente para que a moléstia não tome um maior caráter. O extremo cuidado em conservar a segregação ou isolamento do foco de contágio constituído pelo doente, será um valioso meio de diminuir a propagação do mal (Inspetoria da Higiene Pública Da Província de Santa Catarina, 10 de outubro de 1882. O Dr. Duarte Piranhas Schutel⁸).

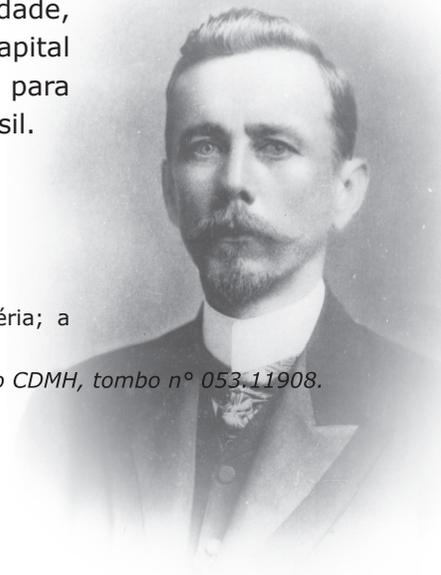
O abastecimento de água era extremamente precário, como demonstra o editorial do jornal **O Progresso**, de 1899, acusando que "os encanamentos, devido à acumulação de detritos que as águas arrastam constantemente, se deterioram e deixam, talvez por falta de regular soldadura, escapar água pelos pontos onde os tubos se reúnem"⁹. Denuncia que o reservatório há pouco tempo construído por empresa contratada pela Superintendência, apresentava vazamentos e que a água que saía do filtro era barrenta. Este editorial evidencia tratar-se de um precário sistema de abastecimento de água e, também, que as obras executadas para o setor público, já naquela época, não tinham a qualidade desejada.

A preocupação com as epidemias, a pobreza, a falta de higiene pessoal, a contaminação do meio ambiente e a vigilância das autoridades públicas ultrapassou o século. As causas das doenças eram atribuídas aos miasmas por meio das emanações fétidas do solo, aos hábitos e costumes da população pobre, a deficiência de saneamento básico, aos castigos divinos e sobrenaturais e os mais instruídos atribuíam às bactérias, recém descobertas. A modernidade trazia não só prosperidade, novidades, idéias, mas também muitas doenças vindas da capital federal e de outros portos. Itajaí também precisava sanear para exportar e incluir-se na onda do progresso da República do Brasil.

Início das políticas de saúde pública no Brasil e em Itajaí - 1990 a 1930

Impossível evitar a abastança chocando-se com a miséria; a grandeza com a indigência¹⁰.

Lauro Müller, s/d. Acervo CDMH, tombo n° 053.11908.



A primeira década da República consolida o novo regime político e projeta a sociedade para um novo Brasil. A expansão da economia agro-exportadora, principalmente o café, gera aumento dos serviços ligados à exportação nas cidades portuárias, divisão do trabalho, assalariamento, imigração, aceleração das aglomerações urbanas que, aliada à falta de planejamento, de saneamento básico e de obras de infra-estrutura, culmina com epidemias como a peste bubônica, febre amarela, tuberculose, tétano, difteria, cólera, varíola, febre tifóide, hanseníase, entre outras.

A saúde se torna questão estratégica, especialmente nos portos onde, no início do novo século, não se podia mais esconder dos países que mantínhamos relações comerciais o quadro de doenças e a falta de higiene existentes na capital e outras cidades portuárias, como Santos e Rio Grande. Com o risco de reduzir as importações e exportações, a saúde surge, portanto, pela primeira vez na história do Brasil, como questão econômica de interesse nacional, expressa na máxima "sanear para exportar"¹¹.

Tem início a primeira medida efetiva de Saúde Pública no Brasil, o saneamento da cidade do Rio de Janeiro. Após, outros portos e núcleos produtores do Estado do Rio e São Paulo, principalmente. Neste contexto, o porto de Itajaí também recebe benfeitorias.

O itajaiense Lauro Severiano Müller¹², então Governador do Estado, em 1902 foi convidado pelo Presidente Rodrigues Alves para assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas, iniciando as obras que deram início à instauração das Políticas Públicas de Saúde no Brasil, juntamente com Oswaldo Cruz¹³, que assumiu a Diretoria Geral de Saúde Pública.

Seguiram-se ações e serviços voltados ao saneamento rural e urbano, interiorizando a propaganda sanitária, a higiene infantil, industrial e profissional, atividades de supervisão e fiscalização, saúde dos portos e do Distrito Federal e o combate às endemias e epidemias rurais. O novo Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1920, com Carlos Chagas¹⁴, entre outras inovações, promove capacitação de pessoal, amplia e capilariza as campanhas sanitárias e implanta unidades públicas de higiene e saúde em parceria com os Estados, mas com comando central. Itajaí é contemplada com o Posto de Prophylaxia Rural.

No cenário político e da saúde pública municipal surge como liderança o Dr. Pedro Ferreira e Silva. Formado na faculdade de Medicina em Salvador, o jovem médico, em 1886, escolhe Itajaí para se estabelecer. Segundo Braun Neto, a vinda do médico deu-se em função do surto de varíola que ocorreu nos anos de 1883-1884, despertando na comunidade a necessidade de possuir um "homem de ciência" para cuidar das doenças. Este jovem médico graduado em uma das poucas escolas médicas que possuía o país casou-se com uma moça de família tradicional e

[...] pode-se dizer que isso representou um ganho simbólico, instituindo em Itajaí uma outra discursividade que favorece a cidade em credenciar-se às novas práticas de higienização e urbanização...A trajetória de Pedro Ferreira acaba confundindo-se com seu tempo: o desejo de civilidade e de saneamento de um país mestiço constitui-se num dos caminhos de fazer do Brasil uma nação próxima do ideal de perfectibilidade do final do século XIX e início do XX. Isso se materializa também

no empenho por parte das elites políticas e intelectuais em apropriarem-se de um projeto de modernidade para o país¹⁵.

A modernidade estava impregnada pela necessidade de civilidade, saneamento e higienização. Existia um médico sanitarista na cidade, um estadista entre as lideranças federais da República e um grande desafio herdado do século anterior. Remanescentes da escravatura, um povo rude, muita desordem e muitos problemas quanto ao uso do espaço público, analfabetismo, falta de conhecimentos, falta de higiene, entre outros “hábitos de civilidade”, que se esperava.

Pedro Ferreira foi o único médico da cidade por muitos anos. Linhares¹⁶ conta que ele teve intenso trabalho como clínico geral e cobrava 3.000 réis por visita, utilizando o seu cavalo para locomover-se e atendia, indiscriminadamente, a todos que não podiam pagar. D’Ávila¹⁷ se refere à sua inserção na vida pública, a qual ocorre em 1889, quando a Junta Governativa Provisória do Estado Federal de Santa Catarina o nomeia Delegado Literário da Paróquia e Delegado de Higiene do Porto de Itajaí, constituindo-se na primeira autoridade sanitária do município. Neste mesmo ano, nomeou as Comissões Fiscalizadoras Higiênicas de Itajaí devido às notícias da peste bubônica em Santos. Nomeado vice-presidente do Conselho Provisório da cidade em 1890, no mesmo ano assume a Presidência. Em 1891 é eleito Deputado Estadual Constituinte. Em 1894, após a vitória dos legalistas, na Revolução Federalista, assume a Presidência do Conselho de Intendência Municipal Republicana, cargo equivalente a Prefeito, permanecendo até 1907. Volta a governar Itajaí em 1911, ano em que faleceu.

Somente em duas ocasiões foi o campo médico de Itajaí partilhado com outros clínicos que aqui permaneceram: pelo dr. Aurelio Castilho, que se demorou uns três anos... e um italiano, o dr. Alcebíades Rotolo que aqui esteve dois ou três meses. Afora estes, conservou o dr. Ferreira o predomínio da clinica na cidade. Quando se ausentava, por interesse político, seus clientes eram entregues ao farmacêutico Emidio Coutinho, em cuja competência e probidade confiavam inteiramente. Os casos de maior gravidade eram, nesse lapso, encaminhados aos hospitais de Blumenau, já naquela época, gozava de crédito e fama, visto que ali sempre existiam bons médicos operadores, de nacionalidade alemã... Não existiam na cidade parteiras diplomadas e os nascituros eram recebidos nos braços das “entendidas” e das “curiosas”, na maioria inábeis ou contaminadas e que na sua insensata ignorância, traziam vultosa contribuição ao povoamento dos cemitérios¹⁸.

Na primeira década do século, também, fixou residência em Itajaí o Dr. Norberto Backmann. Quanto à chegada de outros, temos somente o registro de Joca Brandão, relatando que “[...] naquela época, apenas dispúnhamos de um só médico, o Dr. Backmann. Mais tarde chegou o Dr. Afonso Homem de Carvalho [...]. Em seguida chegaram o Dr. Miguel Bohomoletz, Dr. Sizenando (1922) e o cearense Dr. José Menescal do Monte”¹⁹. Evidências dão conta da chegada do Dr. José Menescal do Monte durante a ocorrência da “Gripe Espanhola”, entre 1918 e 1919.

Em 1900, o medo da chegada da peste bubônica exigiu medidas higiênicas drásticas dirigidas pela autoridade sanitária local. Logo após, foi a varíola que trouxe pânico e mortes. Em 20 de novembro de 1908, o jornal **O Pharol** relata a morte de 8 pessoas das 13 infectadas, as quais não tinham sido vacinadas, sendo que as vacinas se encontravam à disposição da população, pois

Foto: acervo Rogério Lenzi.

[...] o Sr. Pedro Ferreira vaccina a todos os que o procuram e para vencer a reluctancia contra a vaccinação continha a ir de casa em casa a vaccinar e revaccinar. O mesmo Dr. nos disse: quem tiver durante dois dias muita febre e fortes dores de cabeça e de cadeiras e alguns vômitos desconfie esta com varíola, e o pode chamar que será attendido gratuitamente²⁰.

Sobre este período, Linhares comenta que

A tuberculose, tétano, febre amarela, entre outras que acometiam os maiores centros urbanos não fizera aqui muitas vítimas. O porto foi sempre uma grande preocupação como porta aberta para as doenças infecto-contagiosas. Foi através deste que em 1908 ocorreu intenso surto de Varíola, oriundo dos Portos do Rio de Janeiro e Santos onde havia epidemia. Foi criado um serviço de vacinação sendo ineficiente e os poucos tubos que aqui chegaram foram inoculados nas crianças mais robustas e das pústulas que se formaram, foi posteriormente retirado o material para imunização dos demais. Toda a cidade vivia inquieta e apreensiva, impregnada do enjoativo cheiro dos desinfetantes...a moléstia tinha sempre curso rápido e fatal... Estabeleceu-se, por fim, um lazareto para isolamento dos doentes, instalado num casebre desconfortável, repleto de rachas e desprovido de forro, localizado num grotão... aos fundos do atual cemitério...Como todo o varioloso que era recolhido ao isolamento falecia dentro de dois ou três dias, aquele local passou a ser apelidado pelo povo de "matadouro" e para lá ninguém queria mais autorizar a remessa dos seus enfermos, entrando, por isso, a reclusão a ser feita obrigatoriamente pela policia...Resultou daí uma violenta campanha contra os métodos de assistência e tratamento...A epidemia prolongou-se por vários meses e atingiu mais de quarenta pessoas em todo o seu decurso²¹.

Outra calamidade que tirou o sossego da cidade aconteceu em 1918. Foi a pandemia causada pelo vírus influenza, chamada "gripe espanhola". "A gripe havia irrompido em Itajaí no dia 16 de outubro de 1918 e para o povo foi uma calamidade horrível. O aumento fora rápido. Calculava-se uma média de 6 por dia, que morriam aqui, atacados da influenza²².

Pedro Ferreira, afeto às causas sociais e políticas, higienista, ao assumir a direção da cidade iniciou as obras de infra-estrutura que proporcionariam mais qualidade de vida à população, colocando em prática seu espírito sanitaria. Remodelou a cidade com novas ruas e construiu o primeiro serviço de abastecimento de água, inaugurado em 15 de junho de 1907. Implantou a rede de iluminação pública, primeiro a querosene e depois a eletricidade, o farol de Cabeçudas, fundamental para a vida econômica da cidade e, em 1906, iniciou as obras do novo Porto de Itajaí na Avenida República Argentina, beneficiado pelas políticas públicas de saneamento e melhoria da infra-estrutura dos portos brasileiros, colocadas em prática pelo seu amigo pessoal, conterrâneo e Ministro da Viação e Obras Públicas, Lauro Müller.

Referindo-se ao abastecimento da água, após as referidas obras, Linhares²³ conta que havia excesso do líquido em várias esquinas da cidade, onde foram feitos chafarizes públicos, formando agrupamentos de mulheres e crianças que colhiam a água em potes e baldes.

Outra obra de destaque para o processo higienista foi o Matadouro Público, em 1908, na segunda administração de Samuel Heusi, disciplinando o abate de animais

para o consumo. Em 1924, outro abatedouro surgiu por meio da concessão pública ao Sr. Avelino Werner. A Lei nº 130²⁴ estabelecia os critérios, como planta aprovada pela superintendência, água potável corrente e rigorosa higiene e limpeza. Todavia, nenhuma preocupação com as águas residuais e muitos outros pontos de matança de animais continuaram a existir na cidade até o fim do século XX.

A Farmácia Cruz Coutinho, fundada em 1871 pelo Sr. Emílio Augusto da Cruz Coutinho, ficava numa casa velha e baixa, no mesmo lugar da Farmácia Brasil, hoje Clínica São Lucas. Emydio Augusto da Cruz Coutinho ou Emilio Botica, como ficou conhecido, era português e prático em Farmácia, sendo que seu único filho formou-se em Farmácia no Rio de Janeiro, vindo a falecer logo após a formatura. Em 1909, surge a segunda, a Farmácia Popular, de Getúlio Pinto da Luz, situada na Rua Hercílio Luz. Foi comprada a seguir pelo Dr. Norberto Bachmann e o Sr. Heitor Liberato. João Angelino adquire a Farmácia Popular passando a se chamar de Farmácia Nova. Heitor Liberato, em 1910, funda a Farmácia Brasil, numa casa à Rua Lauro Müller e depois passa para um prédio construído onde era a Farmácia Cruz Coutinho, a qual, também, mudou-se para outro prédio na mesma rua. A Farmácia Brasil e o Sr. Heitor Pereira Liberato se tornam referência no cuidado à saúde da região, até os anos 60.

A abertura de Farmácias era uma concessão pública. A título de exemplo: "Resolução nº 561 – Art. Único – Fica reconhecida nesta cidade e concedida licença ao Sr. Raul Heusi da Silva para estabeleça-la dentro do prazo de seis meses, revogadas as disposições em contrário"²⁵. Este cidadão abriu a Farmácia Santa Terezinha em 1927.

A partir do início do século XX, as propagandas de medicamentos começam a ocupar as páginas dos jornais, anunciando cura para todos os tipos de doenças. Observou-se, por meio da análise dos jornais durante as três décadas iniciais, um crescimento significativo, chegando às chamadas dos medicamentos ocuparem página inteira do jornal **O Pharol**, que possuía apenas quatro páginas.

*Heitor Liberato no interior da Farmácia Brasil, 1910. Acervo CDMH, tomo nº 052.11.886.
No detalhe, emílio da Cruz coutinho e família, s/d. Acervo CDMH, tomo nº 007.00708.*



Quanto ao acesso dos medicamentos, houve pouca evolução neste período. A população com poder aquisitivo dispunha das farmácias e os adquiria por automedicação, indicação do proprietário ou balconista e raramente por receituário médico. A população de baixa renda continuava a utilizar, preferencialmente, os chás e outros remédios populares. Somente a partir da década de 20 encontrou-se registros de esporádicas iniciativas do poder local para a distribuição gratuita de medicamentos, a exemplo do que ocorria no Posto de Prophylaxia, de responsabilidade do Governo do Estado. Estes medicamentos eram destinados aos indigentes e portadores de doenças endêmicas e epidêmicas.

Após a liderança política de Pedro Ferreira, surge Marcos Konder. Destaque no mundo dos negócios, entra para o cenário político. Foi Prefeito Municipal de 1915 a 1930. Entre outras obras, do seu governo, foi construído o Mercado Público, em 1917, a partir do grande clamor da população e exemplo europeu de higiene e controle da comercialização de alimentos. Em 1925, é inaugurado o Palácio Marcos Konder, símbolo de uma nova concepção na administração da "pólis"; e em 1928 é inaugurado o novo sistema de captação, canalização e distribuição de água da cidade: a Estação da Ressacada. Esta melhoria no abastecimento da água era solicitada pela população há mais de uma década.

A exigência de fossas higiênicas para o perímetro urbano data de 08 de janeiro de 1920. A Lei n. 99 estabelece que as "[...] latrinas com fossas higienicas, construidas de accordo com as presemppções da Superintendencia, é obrigatória em toda a habitação existente no município"²⁶. A lei dá um prazo de seis meses para a instalação ou adequação das existentes e estabelece a multa de cinco a dez mil réis pelo não cumprimento. Dois anos mais tarde, a tímida política de saneamento básico ganha novos contornos com a Lei nº 118, de 1822²⁷, autorizando o executivo a auxiliar a população na "[...] construção de fossas liquefactoras exigidas pela prophilaxia rural", construindo a preço de custo e parcelando o débito. Outras deliberações houveram demonstrando a preocupação do governo quanto a instalação e manutenção das referidas fossas.

A cidade, com exceção do pequeno centro, não possuía sistema de drenagem pluvial e de canalização dos esgotos, as valas corriam a céu aberto em frente da maioria das casas, carregando as águas residuais para os grandes rios.

A primeira empresa funerária de Itajaí surge em 1915 e leva o nome do seu proprietário, Manoel Camargo Filho. Machado²⁸ afirma que esta empresa recebeu isenção de impostos, caracterizando o esforço público para dotar o município de mais um serviço de caráter higienista. O referido serviço somente atendia quem podia pagar pelo funeral. O sepultamento dos indigentes era financiado pela Superintendência que possuía dotação orçamentária para este fim.

O primeiro registro encontrado da presença de parteira diplomada ocorre no jornal **O Pharol**, de 1918²⁹, onde consta uma propaganda da Dona Ida Borges, parteira diplomada com residência à Rua Hercílio Luz, nº 51. O mesmo jornal, em 1923, traz a propaganda da Sra. Anna Schnaider, a qual obteve fama em toda a região durante longo período³⁰. Comprovou-se, também, que algumas eram remuneradas pelo erário

público. Uma deliberação do Conselho Municipal, em 15 de junho de 1919, permite que o superintendente possa “[...] subvencionar com a quantia de cinquenta mil réis (50.000) mensaes a parteira D. Maria Schnaider, desde que Ella prove achar-se habilitada para exercer a profissão”³¹.

Um trabalho estatístico relevante encontrado sobre o estado de saúde da população foi realizado pela Fundação Rockefeller³². Tinha como base algumas cidades do Estado e seu Relatório final acusou um quadro alarmante em todo o litoral catarinense, com altos índices de contaminação e infestação por verminoses. Apontou como causas a inexistência de fossas, sistemas de esgotos, hábitos e costumes não condizentes com práticas higiênicas, entre outros fatores; como medidas para minimizar os problemas a necessidade de assistência e educação.

Este levantamento teve a ajuda efetiva da Superintendência de Itajaí custeando os serviços do Posto instalado temporariamente na cidade, comprovadas por dois atos legislativos: Resolução 422 de 27/03/1920³³ e Resolução 433 de 03/07/1920³⁴.

A Resolução nº 356, de 1917, autoriza o “[...] Superintendente do Município a contratar um médico para encarregar-se do serviço de higiene urbana e rural”³⁵, todavia, nenhuma outra informação foi encontrada a respeito deste serviço.

O Posto de Profilaxia Rural, instalado entre os anos de 1921/1922, foi a primeira Unidade Básica de Itajaí. Dotado de Laboratório de Análises Clínicas e de Farmácia, o Posto teve origem graças a um acordo firmado entre o Governo Federal e o Governo de Santa Catarina. Sob o comando do Serviço de Profilaxia Rural, competia a solução dos problemas sanitários decorrentes da falta de hábitos e costumes saudáveis, da verminose e da erradicação de outras doenças que acometiam os pobres, tornando-os civilizados, fortes, saudáveis e capazes de serem agentes do trabalho e da defesa da pátria, conforme a ideologia eugenista reinante, base da educação sanitária praticada.

A notas jornalísticas, abaixo, demonstram a equipe e o funcionamento da unidade:

Assumi a Chefia do Posto de Prophylaxia Rural desta cidade, em substituição ao sr. Otto Rziha, que seguiu para Joinville; o sr. dr. Sizenando Teixeira, distinto médico especialista no tratamento da verminose, impaludismo, opilação e outros males que alastram-se pela nossa população rural³⁶.

Avisamos ao público que o Posto de Prophylaxia Rural se acha em pleno funcionamento, desde às 8 às 11 da manha e de 13 às 16 horas. Só no primeiro horário, porém, é que atende a doentes pois só a essa hora é que funciona o consultório médico.

O Posto attende a todos os enfermos e, segundo o regulamento, submete-os primeiro a exame para constatar a porcentagem de hemoglobina, a presença ou ausência de vermes, etc. As consultas e medicamentos são gratuitos.

E seu director o sr. dr. Sizenado Ferreira, illuste clínico e especialista em hygiene. S.S. é natural de Minas Geraes e trouxe sua digna família.

Como seus ajudantes estão os srs. Oswaldo Pinto da Luz, hábil pharmaceutico, nascido em Itajahy, o microscopista, sr. Pedro Ernesto Albieri, paulista e escripturario sr. Antonio do Valle Canico, fluminense; os guardas sanitários são o nosso patrício Sinval Leite Seara e o sr. Julio Cavalcante de Mello³⁷.

No Anuário de 1924, referindo-se ao Posto, o articulista ressalta que

[...] estendendo sua zona de acção a regular numero de municipios infestados pelas endemias da anquilostomose e do impaludismo, este Posto,... tem de tal modo, beneficiado as populações pobres e falhas de recursos e auferido resultados tão brilhantes que, pode-se afirmar, sem receio de contestação, a inexistencia de um meio mais eficaz e mais nobre de dispender os dinheiros públicos qual seja este de distribuir, a mãos cheias, saúde e energias a um povo que, abatido pela sua enfermidade, desprezado pela sciencia de seu paiz e esquecido por seus governos via, modorrento e resignado na sua indolência, a riqueza florescer em torno do lar do estrangeiro sadio, robusto e forte, instalado na sua visinhança quando elle era repudiado e desprezado pela sua falta de capacidade physica e moral, pela lentidão e incerteza com que se atirava aos mais comesinhos serviços e pela resignação deplorável com que atravessava uma existência, soffrendo as maiores vicissitudes, e julgando ser sempre preza de invencível fatalismo... dos doentes matriculados, somente 75 delles, isto é, menos 1% não estavam atacados de vermes!...O trabalho do Posto, quer ministrando medicamentos proficuos, quer combatendo os focos de culicideos, drenando, desmattando e regularizando os cursos d'água nos lugares pantanosos, tem sido surprehendente e os seus fructos não tardarão a apparecer em toda a sua plenitude³⁸.

Todavia, encontramos muitas críticas quanto à falta de materiais para curativos e pequenas cirurgias, agulhas, seringas e medicamentos. O Posto de Prophylaxia Rural de Itajahy funcionou no prédio da Sociedade Teuto-Brasileira de Itajaí, na Rua Lauro Müller, tendo, em 1923, 11.923 pessoas cadastradas. Desenvolvia, entre outros serviços, consultas médicas, exames laboratoriais, distribuição de medicamentos, pequenas cirurgias, curativos e serviços de vigilância e educação sanitária³⁹. O encerramento das atividades desta imprescindível unidade parece ter ocorrido entre os anos de 1925 e 1926 e de forma não pacífica, pois a Câmara de Vereadores autorizou o Superintendente a “[...] desocupar o prédio da Sociedade Teuto-Brasileira desta cidade onde funcionou o Posto de Profhylaxia Rural, mediante a indenização das despesas feitas pelo município com a instalação d’água no mesmo prédio”⁴⁰.

Já no início do século XX, observa-se a chegada dos dentistas na cidade, fato constatado tomando-se por informação as propagandas dos jornais da época. Nota-se o crescimento deste importante serviço de saúde pela oferta de serviços cada vez mais complexos, bem como do advento da indústria de insumos e equipamentos odontológicos que começava a ofertar seus produtos. O primeiro registro encontrado data de 1908 e trata-se do dentista Ernesto Haetel, mas, com endereço fixo encontramos o do Cirurgião Dentista Marcílio de Oliveira. Uma curiosidade é a presença de uma mulher dentista em 1910, Anna Pfeilsticker, época de domínio quase absoluto do homem em todas as profissões. Estes serviços eram disponibilizados para os poucos habitantes que possuíam poder aquisitivo, restando aos demais a dor resultante dos diversos problemas bucais.

A História Demográfica de Itajaí, entre 1866 de 1930, foi magnificamente contada pela Professora Maria Bernadete Ramos Flores⁴¹. Ela conclui que, devido às constantes ondas migratórias, heterogeneidade de etnias em função do porto, da navegabilidade dos rios, elos com o interior do Estado, da posição geográfica, entre outros fatores, a

sociedade itajaiense foi levada à rápida transformação de seus costumes, passando de uma sociedade tradicional agrícola, com traços medievais, para um estágio demográfico próprio das regiões desenvolvidas com características essencialmente urbanas. As transformações comportamentais fez

[...]com que o quadro demográfico se modificasse, através da desaceleração da natalidade, da diminuição da morte, da ruptura de padrões religiosos quanto à introdução de práticas contraceptivas que fizeram com que as famílias baixassem o número de filhos, além do tardio casamento...a evolução, rumo ao equilíbrio demográfico, não se completara até o final do período analisado. A mortalidade alcançara um nível bastante baixo, enquanto que a natalidade, apresentava sua descida secular num ritmo mais lento, e suas taxas ainda não haviam chegado ao ponto das demografias modernas⁴².

A Tabela I, abaixo demonstra o crescimento populacional de Itajaí entre os anos de 1840 a 1940 e o aumento gradativo do Coeficiente de Crescimento. Entre 1900 e 1920, houve uma queda de 3,8 para 3,3, voltando ao mesmo patamar de 3,8 em 1940.

Tabela I - Paróquia do Santíssimo Sacramento de Itajaí - coeficiente de crescimento populacional - 1840/1940

ANO	POPULAÇÃO	COEFICIENTE DE CRESCIMENTO
1840	1.404 ⁽¹⁾	
1866	2.866 ⁽²⁾	2,8
1872	5.772 ⁽³⁾	3,2
1900	15.814 ⁽⁴⁾	3,8
1920	21.886 ⁽⁵⁾	3,3
1940	46.204 ⁽⁶⁾	3,8

Fonte: FLORES, Maria Bernadete Ramos. *História Demográfica de Itajaí - uma população em transição: 1866-1930*. Fpólis: UFSC. Dissertação de Mestrado, 1979.

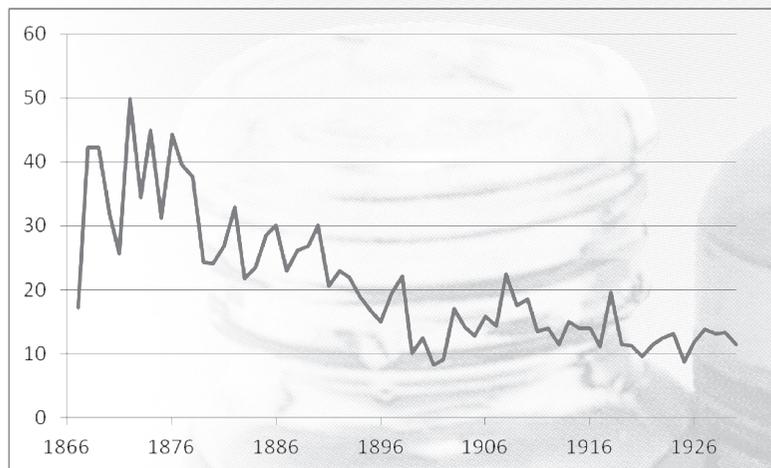
Analisando as Taxas Brutas de Mortalidade no período, conforme Gráfico I, abaixo, observa-se que, em 1866 morriam 34,2 por mil habitantes, baixando para 12,4 em 1900 e 11,4 em 1930. Apesar das dificuldades da autora para obtenção dos registros, especialmente dos óbitos, problemas de sub-registros, comuns até nos dias atuais, o estudo demonstra o crescimento da qualidade de vida dos itajaienses neste período.

Flores atribui o aumento da taxa de mortalidade entre os anos de 1871 a 1875 às epidemias como a varíola e o sarampo que acometeram a cidade. No período seguinte, entre 1876 a 1880, a permanência das taxas, ainda elevadas, atribui às

[...] Câmaras de sangue entre os colonos imigrantes, na casa de recepção de colonos na Barra do Rio [...]. Além da Câmara de sangue outras epidemias alastravam-se na região: sarampo, escarlatina, coqueluche e febre amarela⁴³.

Destaca-se ainda o pico ocorrido entre 1916 e 1920 explicado pela "gripe espanhola."

Gráfico I - Paróquia do Santíssimo Sacramento de Itajaí - Taxas brutas de mortalidade - 1866 - 1930
 Fonte: FLORES, Maria Bernadete Ramos. *História Demográfica de Itajaí - uma população em transição:*



1866 - 1930. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado, 1979.

Na década de 20 crescem os movimentos reivindicatórios, como a redução da jornada de trabalho, direito a férias e licenças, eliminação do trabalho infantil, assistência à saúde, previdência social, entre outros direitos sociais inexistentes. As conquistas foram fornecidas pelo Estado, de forma lenta e gradual, com a Lei de Acidentes (1919), que estabelecia indenizações aqueles que se acidentavam; A Lei Eloi Chaves (1923), criando as Caixas de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários, embrião da Previdência Social; a Lei de Férias (1926); e o Código do Menor (1929), reduzindo a jornada de trabalho para seis horas e proibindo o trabalho noturno para as crianças. Os Estivadores e os Marítimos tiveram sua CAPs em 1926.

Todos estes acontecimentos em nível nacional foram sentidos quase que imediatamente em Itajaí, devido sua ligação orgânica com o Rio de Janeiro e conseqüente influência da capital, em todo o processo de desenvolvimento da "pequena pátria". Todavia, estes fatos somente tiveram conseqüências na vida das pessoas após a Revolução de 1930, durante a Nova República. Principalmente a assistência à saúde que começou a ser organizada através do Sistema Previdenciário com as Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões.

Notas

1 Frase de Marco Túlio Cícero (106-43 a.C), orador, escritor e político romano, em Das Leis, 9; extraída de ROSEN, George. Uma história da Saúde Pública, São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.

2 Editorial do Jornal O PROGRESSO onde o editor expressa sua preocupação com a possível chegada da peste bubônica e comenta a existência de uma vacina que a população não confiava. Jornal O PROGRESSO, Itajaí 28 de outubro de 1899, p.1.

3 Entrevista com Sr. Antônio Costa Flores, octogenário, concedida ao Jornal O NOVIDADES durante o ano de 1907 e extraída de CRUZ, Euclides José da. Itajaí: 180 anos de História e fé. In Anuário de Itajaí de 2004. p.30.

4 KONDER, Marcos. A pequena pátria – Lauro Muller. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins/Secretaria de Educação, 2003. Comerciante, industrial e líder político foi também um intelectual que deixou algumas obras sobre a história de Itajaí.

5 SILVA, Jose Ferreira da. O Fundador de Itajaí. In Anuário de Itajaí de 1959, sp.

6 SILVA, José Bento Rosa da. A Itajahy do século XIX: história, poder e cotidiano. Itajaí: UDESC/Casa Aberta, 2008. Para conhecer mais sobre o Código de Posturas, consultar esta obra histórica que detalha não somente o código, mas também traz outros recortes do poder, segurança pública e vigilância sobre população.

7 SEVERINO, José Roberto. Itajaí e a identidade açoriana: a maquiagem possível. Itajaí: Univali, 1999. Este livro é uma importante referência para sobre o estudo das etnias que deram origem a nossa população.

8 Idem p. 124

9 Jornal O PROGRESSO. Itajaí, 11 de fevereiro de 1899, p. 2.

10 Jornal O PHAROL. Itajaí, 19 de julho de 1936, p.1.

11 Sanear para exportar era o bordão utilizado pelos primeiros governos da república do início do século XX, representando o pensamento das elites e intelectuais brasileiros e determinando o início das políticas públicas de saúde e saneamento no Brasil.

12 Lauro Severiano Muller nasceu em Itajaí em 1863, filho de Pedro Muller e Ana Michels, imigrantes alemães. Cursou a Escola Militar no Rio de Janeiro, formando-se Engenheiro Militar, e participou ativamente do movimento que culminou com a Proclamação da República juntamente com o grupo de Benjamim Constant, seu professor, e Deodoro da Fonseca. Foi escolhido pelo Primeiro Presidente da República do Brasil a assumir o governo provisório do Estado de Santa Catarina, com apenas 25 anos. Eleito Deputado Constituinte, contribuiu para a elaboração da primeira Constituinte Republicana e volta a governar Santa Catarina como governador eleito em 1891. Abdica do governo em função da Revolução Federalista, e em 1899 foi eleito Senador da República. Volta a governar o Estado em 1902 e logo é convidado pelo Presidente Rodrigues Alves para assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas (1902-1906). Após, assumiu o Ministério das Relações Exteriores (1912-1917), substituindo o Barão do Rio Branco. Substituiu o Barão também na cadeira número 34 da Academia Brasileira de Letras. Foi embaixador nos Estados Unidos e no Uruguai, Deputado Federal e Senador da república. Morreu em 1926, com a patente de General.

13 Oswaldo Cruz além de médico sanitariano, foi um renomado cientista e esteve a frente da Diretoria Geral da Saúde Pública de 1903 a 1909. Cruz coordenou as primeiras campanhas de erradicação de doenças no Brasil – febre amarela e varíola, e implantou a obrigatoriedade das vacinas. Com Lauro Muller e Pereira Passos, Prefeito do Rio de Janeiro, iniciou as obras de infra-estrutura e saneamento na capital, símbolo do início das Políticas de Saúde Pública no Brasil, após implantadas em outros portos e centros urbanos do país.

14 Carlos Chagas era médico, sanitariano, bacteriologista e um dos maiores cientistas brasileiros. Substituiu Oswaldo Cruz, quando da sua morte em 1917 na Diretoria do Instituto Manguinhos, e em 1919 assumiu a Diretoria Geral de Saúde Pública. No ano seguinte reestruturou a instituição denominando Departamento Nacional de Saúde Pública, interiorizando as ações e serviços sanitários rurais e urbanos em todo o Brasil.

15 BRAUN NETO, Francisco Alfredo. O desejo disciplinar: fragmentos do cotidiano de Itajaí no final do século XIX. In Revista Alcance, Itajaí, Ano VII, n. 7, p. 71-77, dez 2001.

16 LINHARES, Juventino. O que a memória guardou. Itajaí, Univali: 1997. Este livro contém crônicas peculiares do cotidiano da cidade do final do século XIX e início do século XX.

17 O autor traça muito bem a trajetória política de Pedro Ferreira e Silva nesta obra. D'AVILA, Edison. A revolução federalista de 1893 em Itajaí. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins-Arquivo Histórico de Itajaí, 1993.

18 LINHARES, Juventino. Op.Cit. p.130-133.

19 BRANDÃO, João Peri. Itajaí que eu vi. Mimeo, 1982, p.79. Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí da Fundação Genésio Miranda Lins.

20 Jornal O PHAROL. Itajaí, 20 de novembro de 1908, p.1.

21 LINHARES, Juventino. Op. Cit., p. 138

22 Jornal do POVO. Itajaí, 03 de janeiro de 1954, p.3.

23 LINHARES, Juventino. Op. Cit., p.139.

24 CONSELHO MUNICIPAL de ITAJAÍ. Lei nº 130 de 4 de abr de 1924. In **Atas das Sessões**, Livro nº 2, 1923

- a 1929, p. 18. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí da Fundação Genésio Miranda Lins. Fundo: Câmara Municipal de Itajaí. Grupo: Secretaria. Série: Atas das Sessões. Caixa nº 2, 1922 – 1954.
- 25 CONSELHO MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Resolução 561 de 16 de jun de 1927. In **Atas das Sessões**, Livro nº 2, 1923 a 1929, p. 69. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí da Fundação Genésio Miranda Lins. Fundo: Câmara Municipal de Itajaí. Grupo: Secretaria. Série: Atas das Sessões. Caixa nº 2, 1922 – 1954.
- 26 CONSELHO MUNICIPAL DE ITAJAÍ. LEI Nº 99 de 11 de jan de 1920. In **Atas das Sessões**, Livro nº 1, 1917 a 1923, p. 35. Centro de Documentação e Memória Histórica da Câmara Municipal de Itajaí.
- 27 PMI. ADMINISTRAÇÃO. REGISTRO DE ACTOS E RESOLUÇÕES. SUPERINTENDENCIA DE ITAJAÍ. Cx. 1, Lv. 07, 1920-1923, p.59. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí da Fundação Genésio Miranda Lins.
- 28 MACHADO, Ana Bela de S.F.A. Anúncios de morte – entre a saudade e o dever – 1890-1920. Itajaí: UNIVALI - Centro de Pós-Graduação. Monografia de Especialização em História, 1995.
- 29 Jornal O PHAROL. Itajaí, 18 de maio de 1918, p.2.
- 30 _____. Itajaí 14 de julho de 1923, p.2.
- 31 CONSELHO MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Deliberação em 15 de jun de 1919. IN **Atas das Sessões**, Livro nº 1, 1917 a 1923, p. 35. Centro de Documentação da Câmara Municipal de Itajaí.
- 32 A Fundação Rockefeller desenvolveu atividades de pesquisa e assistência à saúde em várias partes do mundo, em todos os continentes, a partir de 1914. No Brasil inicia os trabalhos em 1914 e em setembro de 1920 faz levantamento em Itajaí.
- 33 PMI. ADMINISTRAÇÃO. REGISTRO DE ACTOS E RESOLUÇÕES. SUPERINTENDENCIA DE ITAJAÍ. Cx. 1, Lv. 07, 1920-1923, p.05. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí da Fundação Genésio Miranda Lins.
- 34 PMI. ADMINISTRAÇÃO. REGISTRO DE ACTOS E RESOLUÇÕES. SUPERINTENDENCIA DE ITAJAÍ. Cx. 1, Lv. 07, 1920-1923, p.05. Centro de Documentação Histórica de Itajaí da Fundação Genésio Miranda Lins.
- 35 Jornal O NOVIDADES. Itajaí, 13 de maio de 1918, p.3.
- 36 Jornal O PHAROL. Itajaí, 13 de maio de 1922, p.3.
- 37 Jornal Novidades. Itajaí, 14 de maio de 1922, p. 1.
- 38 ANUÁRIO DE ITAJAÍ DE 1924. P.142.
- 39 Para conhecer todo o trabalho da Unidade ver Boletim do Posto de Prophylaxia Rural de Itajaí de 1923. In ANUÁRIO DE Itajaí de 1924, p.147.
- 40 CONSELHO MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Resolução nº 543 de 17 de abril de 1926. In Ata da Sessões, livro nº 2, 1923 a 1929, p.06. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí da Fundação Genésio Miranda Lins.
- 41 FLORES, Maria Bernadete Ramos. História demográfica de Itajaí: uma população em transição: 1866 – 1930. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado, 1979. Esta monografia representa um marco para o estudo da evolução da demografia em Itajaí.
- A autora usou a população geral da Paróquia do Santíssimo Sacramento de Itajaí entre 1840 e 1940 é referente aos atuais municípios de Itajaí e Navegantes. A paróquia correspondia ao território da Freguesia situada entre o rio Gravatá e o rio Camboriú do sul.
- Quanto aos óbitos utilizou os Registros Paroquias entre 1866 a 1890 e os Registros Civis de Óbito entre 1881 e 1930.
- 42 Idem, p.171-172
- 43 Idem, p. 129. As diarreias eram chamadas de Câmaras de sangue.

Referências

- Anuário de Itajaí para 1924. Itajaí, s/ed., 1924
- BRANDÃO, João Peri. Itajaí que eu vi. Mimeo, 1982, p.79. Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí da Fundação Genésio Miranda Lins.
- BRAUN NETO, Francisco Alfredo. O desejo disciplinar: fragmentos do cotidiano de Itajaí no final do século XIX. In Revista Alcance, Itajaí, Ano VII, n. 7, p. 71-77, dez 2001.
- CONSELHO MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Deliberação em 15 de jun de 1919. IN **Atas das Sessões**, Livro nº 1, 1917 a 1923, p. 35. Centro de Documentação da Câmara Municipal de Itajaí.

- CONSELHO MUNICIPAL de ITAJAÍ. Lei Nº 130 de 4 de abr de 1924. In **Atas das Sessões**, Livro nº 2, 1923 a 1929, p. 18. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí da Fundação Genésio Miranda Lins. Fundo: Câmara Municipal de Itajaí. Grupo: Secretaria. Série: Atas das Sessões. Caixa nº 2, 1922 – 1954.
- CONSELHO MUNICIPAL DE ITAJAÍ. LEI Nº 99 de 11 de jan de 1920. In **Atas das Sessões**, Livro nº 1, 1917 a 1923, p. 35. Centro de Documentação e Memória Histórica da Câmara Municipal de Itajaí.
- CONSELHO MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Resolução 561 de 16 de jun de 1927. In **Atas das Sessões**, Livro nº 2, 1923 a 1929, p. 69. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí da Fundação Genésio Miranda Lins. Fundo: Câmara Municipal de Itajaí. Grupo: Secretaria. Série: Atas das Sessões. Caixa nº 2, 1922 – 1954.
- CONSELHO MUNICIPAL DE ITAJAÍ. Resolução nº 543 de 17 de abril de 1926. In **Ata das Sessões**, livro nº 2, 1923 a 1929, p.06. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí da Fundação Genésio Miranda Lins.
- CRUZ, Euclides José da. Itajaí: 180 anos de História e fé. In Anuário de Itajaí de 2004. p.30.
- D'AVILA, Edison. A revolução federalista de 1893 em Itajaí. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins-Arquivo Histórico de Itajaí, 1993.
- FLORES, Maria Bernadete Ramos. História demográfica de Itajaí: uma população em transição: 1866 – 1930. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado, 1979. Esta monografia representa um marco para o estudo da evolução da demografia em Itajaí.
- Jornal do POVO. Itajaí, 1954.
- Jornal O NOVIDADES. Itajaí, 1918, 1922.
- Jornal O PHAROL. Itajaí, 1908, 1918, 1922, 1923, 1936.
- Jornal O PROGRESSO. Itajaí, 1899.
- KONDER, Marcos. A pequena pátria – Lauro Muller. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins/Secretaria de Educação, 2003.
- LINHARES, Juventino. O que a memória guardou. Itajaí: Univali, 1997.
- MACHADO, Ana Bela de S.F.A. Anúncios de morte – entre a saudade e o dever – 1890-1920. Itajaí: UNIVALI - Centro de Pós-Graduação. Monografia de Especialização em História, 1995.
- PMI. ADMINISTRAÇÃO. REGISTRO DE ACTOS E RESOLUÇÕES. SUPERINTENDENCIA DE ITAJAÍ. Cx. 1, Lv. 07, 1920-1923, p.59. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí da Fundação Genésio Miranda Lins
- PMI. ADMINISTRAÇÃO. REGISTRO DE ACTOS E RESOLUÇÕES. SUPERINTENDENCIA DE ITAJAÍ. Cx. 1, Lv. 07, 1920-1923, p.05. Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí da Fundação Genésio Miranda Lins.
- ROSEN, George. Uma história da Saúde Pública, São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.
- SILVA, José Bento Rosa da. A Itajahy do século XIX: história, poder e cotidiano. Itajaí: UDESC/Casa Aberta, 2008.

restinga

o vento desenha o rosto de deus
na beira da praia, um rosto repleto de ramos, ruídos,
roedores, rosto de ruínas e rigores.
um rosto bordado com a vida,
moldada pelos ventos e visitas.
sou esta memória
sou a metonímia do tempo
o canto da areia ao reencontrar o leito
como visitante fortuito
na pressa de montar e desmontar paisagens
reger nas folhas secas a contínua melodia
ensaiada pelo mar.
há um ventre de vidro donde nascem epoméias,
vassourinhas, baleeiras e cânfora.
um ventre de vidro que cresce sob o luar
ventre de silício que impulsiona as redes no areal
e o vozeirão do sal antes calado
perdido no caleidoscópio da restinga,
dança com as formas das nuvens
sopradas pelo terral.
o rosto de deus nas dunas é rizomática
trincheira, rota de caracol sob as estrelas.
feito escritura na areia, a memória
aguarda a chuva para mudar o tamanho
sutil do rosto fatigado desse deus
armado pelas imagens à deriva
de um sonho.

cristiano moreira



Foto (montagem): Martyn E. Jones, Inglaterra; Simona Dumitru, Inglaterra.



Associação Luso Açoriana de Itajaí - ALAI

*Simone dos Santos
Historiadora*

Introdução

A busca e a necessidade de retorno às tradições trouxeram à tona um sentimento de recuperação cultural. Neste sentido, a organização de um espaço aberto que dignificasse a cultura açoriana em Itajaí foi defendido e concebido. A ALAI – Associação Luso-Açoriana de Itajaí surgiu no intuito de vincular todos os que quisessem contribuir para o enaltecimento da identidade cultural deixada pelos que aqui chegaram do além-mar, no intento de colonizar e fazer de Santa Catarina uma terra de oportunidades, e disseminaram seu legado cultural através de diversas manifestações, sejam literárias, gastronômicas, religiosas, artesanais, musicais, folclóricas, enfim, que se alastraram ao longo do litoral Catarinense.

Itajaí, por ser uma cidade em posição geográfica privilegiada, às margens do Rio Itajaí-Açu, no litoral de Santa Catarina, foi estabelecida com bases luso-açorianas; portanto, detém marcas profundas desta colonização em seu arcabouço sócio-histórico-cultural. Diante desta perspectiva, sagrou-se a ideia de estudar e preservar a vasta herança luso-açoriana aqui alastrada, através da ALAI, que procura agregar todas as formas de expressão cultural e artística, a fim de conservar e manter o legado transmitido pelos nossos ascendentes.



Foto: Fran Gambín, Espanha.

Cultura

Palavra proveniente do latim significa ação ou maneira de cultivar a terra ou as plantas; cultivo¹. São elementos culturais as artes, ciências, costumes, sistemas, leis, religião, crenças, esportes, mitos, valores morais e éticos, comportamento, preferências, invenções e todas as maneiras de ser num determinado espaço e que identificam uma sociedade.

Edward Tylor (1947, p. 19) foi o primeiro a formular um conceito de cultura, em sua obra "Cultura Primitiva": "Cultura é o todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade".

John Locke (1991, p. 71) afirmou que a mente humana era uma caixa vazia no nascimento, dotada de capacidade ilimitada de obter conhecimento, através do que hoje chamamos de endoculturação².

A cultura é uma das principais características humanas, diferenciando o homem dos demais seres vegetais e animais por ser o único com a habilidade de concebê-la. Embora o mundo esteja em constante evolução e desenvolvimento, a cultura é passada aos descendentes em forma de memória coletiva, permanecendo ilesa, tornando-se um elemento social.

Para Ralph Linton (1965, p. 316), a cultura de qualquer sociedade "consiste na soma total de idéias, reações emocionais condicionadas a padrões de comportamento habitual que seus membros adquiriram por meio da instrução ou imitação e de que todos, em maior ou menor grau, participam".

Franz Boas (1964, p. 166) define cultura como "a totalidade das reações e atividades mentais e físicas que caracterizam o comportamento dos indivíduos que compõem um grupo social...".

Para Felix M. Keesing (1961, p. 49), a cultura é "comportamento cultivado, ou seja, a totalidade da experiência adquirida e acumulada pelo homem e transmitida socialmente, ou ainda, o comportamento adquirido por aprendizado social".

De acordo com Kluckhohn (1963, p. 173) cultura pode ser vista como

[...] o modo de vida global de um povo; legado social que o indivíduo adquire do seu grupo; uma forma de pensar, sentir e acreditar; uma abstração do comportamento; uma teoria, elaborada pelo antropólogo, sobre a forma pela qual o grupo de pessoas se comporta realmente; um celeiro de aprendizagem em comum; um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes; comportamento aprendido; um mecanismo para regulamentação normativa do comportamento; um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens; um precipitado da história.

Malinowski (1965, p. 44) afirma que a cultura não é estática e acompanha as modificações da sociedade; desta forma conclui-se que a organização formal é dinâmica e assim se transforma de acordo com as interações sociais.

Para Geertz (1989, p. 76), o conceito de cultura é essencialmente semiótico, que vem de encontro com o pensamento de Max Weber (*apud* Geertz): “[...] que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”. Geertz concebe a cultura como uma “teia de significados” que o homem tece ao seu redor e que o amarra. Busca-se apreender os seus significados (sua densidade simbólica).

Num sentido antropológico, a Cultura pode ser utilizada no plural pelo conjunto de ideias que a formam, quais sejam, lei, valores, crenças, práticas e instituições variam de formação social para formação social. Além disso, uma mesma sociedade, por ser temporal e histórica, passa por transformações culturais amplas e, nesse aspecto, antropologia e História se completam, justificando-se que os ritmos temporais de várias sociedades não são os mesmos; algumas mudam mais lentamente e outras mais rapidamente. Neste sentido, verifica-se que as diferenças culturais não são genéticas e sim adquiridas no decorrer do tempo.

Possuidor de um tesouro de signos que tem a faculdade de multiplicar infinitamente, o homem é capaz de assegurar a retenção de suas idéias [...] comunicá-las para outros homens e transmiti-las para os seus descendentes como herança sempre crescente (Turgot *apud* Laraia, 2003, p. 27).

A cultura é dinâmica e contínua em virtude de estar constantemente se modificando, em face dos contatos com outros grupos ou com suas próprias descobertas e invenções, ampliando o acervo cultural de geração em geração. Varia no tempo e no espaço.

Independente da divisão de classes imposta pela sociedade, todos somos seres culturais ou históricos, pois nossas ações determinam nosso modo de ser, agir e pensar. A Cultura é sinônimo de criação e humanização, considerando que o homem, além de receber a cultura de seus antepassados, também tem a habilidade de criar subsídios e possibilidades que a renovam. Traduz-se num princípio de mitos, símbolos e ritos compartilhados com que se interpreta a realidade que confere sentido à vida dos seres humanos.

A cultura açoriana

Os imigrantes açorianos que desembarcaram em Santa Catarina no século XVIII trouxeram consigo uma tradição que predominou e influenciou sobremaneira a região litorânea que inclui danças, cantigas e brincadeiras, o artesanato através da renda de bilro, trançados de rede e tramoias, lapinhas, tapeçarias de tear, pratos feitos à base de peixes, moluscos e crustáceos, as manifestações folclóricas, bruxas e festas religiosas como a Festa do Divino, o Terno de Reis, Nossa Senhora dos Navegantes, sendo um dos valores mais expressivos da cultura açoriana. Ainda destacam-se a literatura, o pão por Deus, os provérbios e lendas, e o característico linguajar oral, marca registrada pelo som cantado, confirmando que a alma açoriana por aqui ficou.

O NEA – Núcleo de Estudos Açorianos, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, foi criado em 1984 com o propósito de realizar pesquisas em prol do reconhecimento da Cultura Açoriana. Em 1992, o NEA foi reestruturado e adotou uma

nova filosofia com o seguinte direcionamento: continua sendo um pólo de pesquisa e investigações sobre a Cultura Açoriana no Estado, mas hoje tem um trabalho comunitário que atinge todo o litoral de Santa Catarina, com cursos, palestras, mapeamento cultural e reciclagem para professores. O NEA tem à disposição da comunidade em geral uma biblioteca com vários títulos inéditos em Santa Catarina e um acervo de trajes típicos, peças de artesanato e gravações musicais. Quanto à propagação da cultura açoriana, assim expõe o NEA em seu site (<http://www.nea.ufsc.br>):

A dinâmica sócio-cultural e demográfica do Açoriano no litoral catarinense contribuiu de forma decisiva na feição dos padrões sócio-culturais da região. Difundiram-se ao longo dos séculos XVIII a XX no litoral do Estado e os frutos são percebidos entre mais de um milhão de habitantes, distribuídos pelos 45 municípios do litoral catarinense.

A Festa da Cultura Açoriana (AÇOR) foi criada para mostrar o significado desta herança cultural. É uma festa anual, itinerante, que acontece sempre em municípios diferentes do litoral catarinense, onde se faz uma amostra do que existe de mais representativo sobre a cultura de base açoriana no litoral catarinense. Realizam-se amostras do folclore, gastronomia, danças, artesanato, religiosidade, folguedos e cantorias herdadas dos açorianos.

O Estado de Santa Catarina criou o "Dia da Cultura Açoriana no Estado de Santa Catarina", sendo escolhida a data de seis de janeiro, porque neste dia, no ano de 1748, está registrada a chegada dos primeiros 461 açorianos na Ilha de Santa Catarina, vindos das ilhas Terceira, Faial, São Jorge, Pico e Graciosa³.

Passados 262 anos desde que os primeiros colonizadores açorianos fixaram-se no litoral catarinense, não se pode esquecer que esses habitantes também sofreram transformações no seu modo de viver e de ser. Contudo, faz-se necessário discutir a tradição, sua essência e preservação através da disseminação da mesma entre jovens e crianças para que as mesmas tenham um sentimento de pertencimento.

Foto: Enrico Corno, Itália.

As diferenças entre a cultura dos Açores e de base açoriana de Santa Catarina são visíveis, tanto na gastronomia, quanto nas danças, folguedos, religiosidade, tecnologias de produção e respectivos produtos econômicos. Assim, faz-se necessário evidenciar estas diferenças para não cometer o erro de querer tornar semelhante o que de fato é diferente (FARIAS, 2000, p. 98-99).

Neste sentido, destacam-se algumas das heranças disseminadas pelos colonizadores luso-açorianos, quais sejam:

Festas Religiosas – Populares quermesses, onde são feitas homenagens aos santos padroeiros, continuam no calendário local. Festas do Sagrado Coração de Jesus, a Procissão do Senhor dos Passos e de N. Sra. dos Navegantes, Festa de Corpus Christi⁴ com missa e procissão são belos exemplos. As procissões por terra ou por mar são organizadas pelos festeiros com envolvimento de toda comunidade.

Oliveira e Garcia (2009, p. 139) descrevem a importância das tradições religiosas em Itajaí:

Algumas das principais manifestações populares de Itajaí estão intimamente ligadas às suas origens culturais e tradição religiosa. Os festejos de Corpus Christi e do Divino Espírito Santo são expressão da devoção católica, mas se convertem em espetáculo de interesse popular pelo colorido dos tapetes de flores e pela majestuosidade dos trajes. Original das comunidades açorianas, a Festa do Divino Espírito Santo reproduz uma tradição ainda presente em muitas Ilhas dos Açores, de onde imigraram colonizadores que influenciaram fortemente o Litoral Catarinense.

Festa do Divino Espírito Santo – A origem da festa remonta à Idade Média, quando a rainha de Portugal, Isabel de Aragão, chamada de Rainha Santa, fez uma promessa de festejar o Divino Espírito Santo caso o rei e seu filho terminassem a guerra que faziam entre si. Em Santa Catarina, a tradição vem desde a chegada dos primeiros açorianos. A programação da festa inclui gastronomia, apresentações folclóricas, religiosas e culturais.

Juliano Bernardes, em seu blog (<http://julianobernardes.blogspot.com/2010/02/o-sagrado-e-o-profano-no-calendario.html>) enfatiza com maestria a Festa do Divino:

Após o tempo da Páscoa, segue a Bandeira do Divino de casa em casa, emocionando, recebendo doações e os fiéis depositando a esperança de dias melhores nos símbolos que representam o Espírito Santo e a Santíssima Trindade. Nos dias da Festa do Divino, após todos os cortejos realizados, segue a belíssima festa que traz consigo o encontro e reencontro da comunidade.

Folclore – Boi de Mamão – A predominância do açoriano sobre elementos componentes da formação cultural do litoral de Santa Catarina determinou a acentuada influência açoriana nas manifestações folclóricas. Dentre as manifestações folclóricas mais praticadas destaca-se o Boi de Mamão. É um folguedo que envolve dança e cantoria em torno do tema épico da morte e ressurreição do boi.

O Boi de Mamão constitui-se na manifestação mais popular do folclore de Santa Catarina e que se mantém viva na região de Itajaí. Embora o folclore brasileiro conheça esta brincadeira com diversos nomes, a denominação Boi de Mamão é tipicamente

catarinense. A brincadeira envolve música, canto e dança. As coreografias variadas, os cantos espirituosos e a música alegre contagiam o público e prendem a atenção durante todo o espetáculo. [...] Todas as figuras dançam acompanhadas de cantorias e entram na roda a cada intervenção do chamador, que canta os versos chamando-as (D'ÁVILA e D'ÁVILA, 1994, p. 56-57).

Termo de Reis⁵ – O Termo de Reis é inspirado na história bíblica dos Três Reis Magos. Seguindo uma estrela que surge no céu no dia de seu nascimento, 25 de dezembro, os reis saem à procura do Menino Jesus, levando presentes (ouro, mirra e incenso). Portanto, são grupos compostos por três cantores acompanhados ou não por instrumentos musicais que visitam as casas anunciando o nascimento de Jesus Cristo, no período entre o Natal e a festa dos Santos Reis, comemorada no dia 06 de janeiro. As famílias recebem os cantores com bebidas típicas e quitutes caseiros.

Juliano Bernardes (<http://julianobernardes.blogspot.com/2010/02/o-sagrado-e-o-profano-no-calendario.html>) comenta o Terno de Reis:

No tempo de Natal, acolhemos os ternos-de-reis que anunciam a chegada do menino Jesus. As famílias abrem as portas de suas casas para os cantores que, com muita alegria, entoam as tradicionais melodias de Natal e são acolhidos com diferentes comidas e bebidas. Até o dia seis de janeiro os ternos-de-reis perambulam pelas ruas, cantam, brincam, comem e bebem, na mais perfeita manifestação da relação entre o sagrado e o profano.

Lapinha – É neste segmento que se vislumbra a religiosidade popular, tendo surgido a partir dos conventos. Trabalho minucioso elaborado com materiais diversos, multicoloridos e em miniaturas apresentando cenas religiosas. As lapinhas são perfeitos presépios lembrando o nascimento de Cristo e quase sempre protegidos por um vidro. São pequenos presépios que retratam a realidade de cada comunidade. São formas que as mãos habilidosas dos artesãos criam, afirmando a religiosidade do povo. Os materiais utilizados são retirados da natureza, com exceção dos fios de prata, importados de Portugal.

Lapinhas são criações açorianas que associam o nascimento de Jesus a cenas do cotidiano de um determinado lugar. Conchas, escamas de peixe, cerâmica e mais um punhado de materiais se agrupam em harmoniosos conjuntos tridimensionais, com histórias contadas sob todos os ângulos. (MATTOS, 2008, p. 126)

Arquitetura: É interessante notar que na maioria das cidades que recebem imigrantes açorianos, a igreja se configura como o ponto central da cidade e, a partir dela, se organiza toda a malha urbana. Nos núcleos urbanos, os lotes possuíam pequena testada e grande profundidade. As edificações eram construídas no alinhamento da rua e por razões de segurança e economia, geminadas, configurando um contínuo correr de casas muito semelhantes.

Bruxas⁶ - Florianópolis também é conhecida como "a ilha da magia" e não é à toa. O mito da bruxa é tão antigo como a atual Santa Catarina. De uma forma geral, acredita-se que as bruxas vieram para Florianópolis, na época da colonização açoriana, de navio, quando estas, junto de escravos negros e pessoas doentes, eram banidas da Europa. Também se acreditava que a sétima filha mulher de um casal seria bruxa, a menos que fosse batizada pela irmã mais velha.

Foto: Lize Rixt, Netherlands.

Em seu Conto, Vassoura Bruxólica, Cascaes desmistifica este mundo de mistérios (*In: <http://grandesautorescatarinas.blogspot.com/2009/12/vassoura-bruxolica-de-franklin-cascaes.html>*):

É, neste mundo de Deus, há muitos mistérios e esta gente simples aqui da Ilha vive estas coisas quase como uma realidade. Meus lobisomens, bruxas, demônios e boitatás existem". Sempre foi crença do povo hospitaleiro desta Ilha dos famosos bois de mamão que, na Sexta-Feira-Santa, não se deve tomar instrumentos de trabalho para usá-los, seja qual finalidade for. É também costume tradicional deste povo, descendentes de colonos açorianos, que, na Sexta-Feira-Santa, a partir de zero hora, devem banhar-se nas ondas do mar, levando consigo animais domésticos, para purificarem-se e protegerem-se de todos os males do corpo físico e espiritual. As águas colhidas nesta hora servem para todo o tipo de cura. É a fé, longínqua dos tempos, aliada a superstição, ao medo e ao amor pela conservação do corpo físico, na cura dos males que atacam o homem em franca vivência espiritual e física com o seu Deus.

Festa Junina: Dança da Quadrilha – João, Pedro e Antônio são os santos homenageados com festas no mês de junho, principalmente pela comunidade açoriana. As principais atrações das festas juninas são a dança da quadrilha, o casamento caipira e a dança do Pau de fitas. D'Ávila e D'Ávila (1994, p. 24-25), interpretam a festa no Bairro São João em Itajaí:

As festas juninas foram transplantadas de Portugal para o Brasil ainda durante o período colonial e aqui se tornaram bastante populares. [...] No traje, nas danças, nas músicas e nas iguarias servidas, o traço marcante da gente dos costumes do sítio dão este aspecto peculiar às festas juninas. [...] As fogueiras alcança alturas variáveis; em Itajaí, na festa do Bairro São João, elas já alcançaram dezessete metros de altura por quatro metros quadrados de base. (...) O início do fogaréu esparrama grande alegria e contentamento entre o povo, que saúda com fortes aplausos enquanto baterias ensurdecedoras de fogos de artifícios anunciam a queima da grande fogueira de São João.

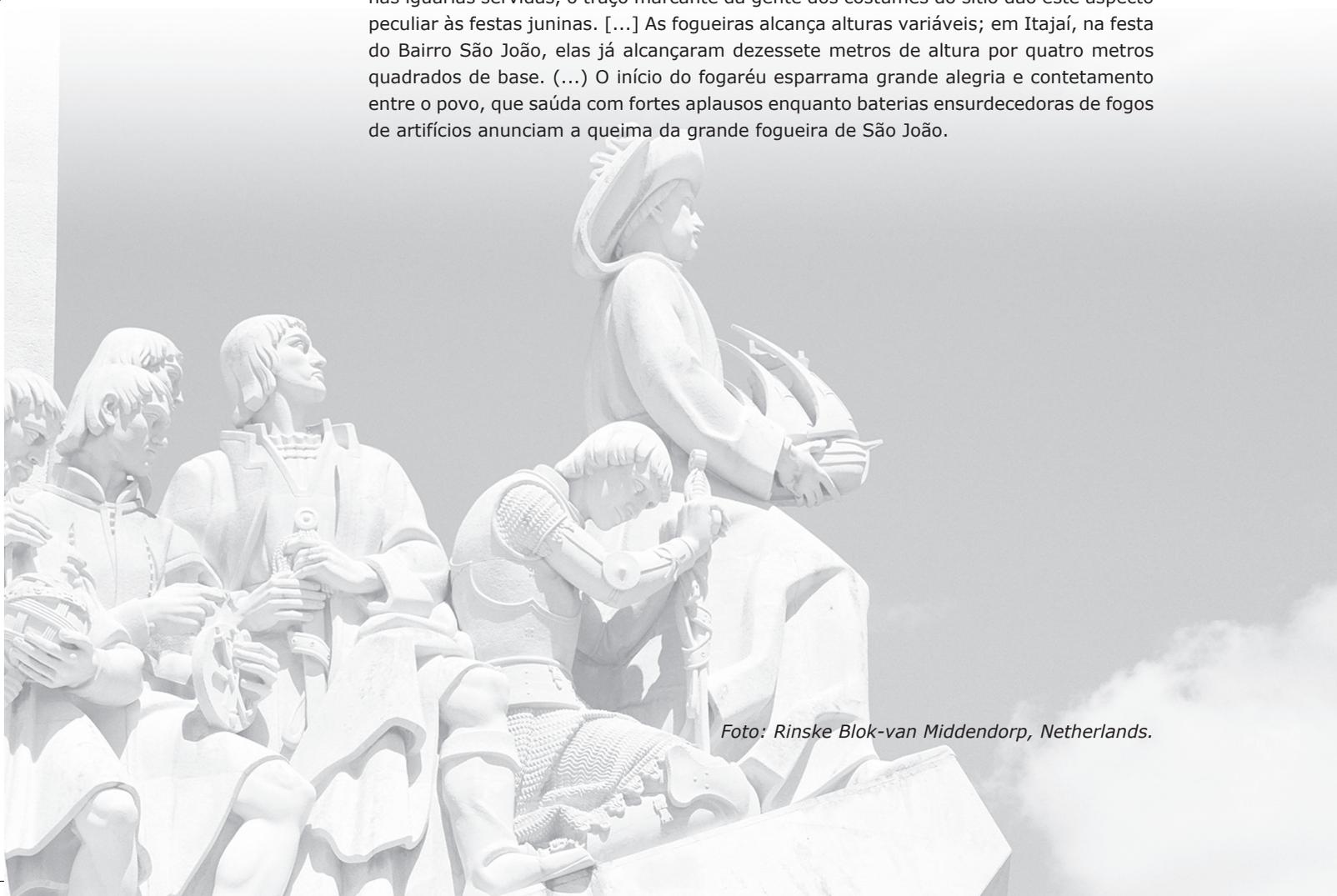


Foto: Rinske Blok-van Middendorp, Netherlands.

Estes são alguns dos belos exemplos do legado da cultura açoriana herdado de nossos antepassados. Podemos enfatizar ainda outras manifestações como: Pão por Deus⁷, Malhação do Judas, Artesanato (cerâmica, renda de bilro⁸, bordado), a Farra do boi, a Pesca⁹ (incluindo a artesanal), as brincadeiras infantis (pandorga, o pião e as bolinhas de vidro), dentre outros.

Dos açorianos herdamos quase tudo – a religiosidade, a gastronomia, as cantigas populares, o jeito especial de construir hortas, a aptidão para a olaria, os engenhos, a pesca, as lendas, as bruxas, as benzedeadas, entre outros. Desta forma, faz-se saber que nossa cultura tem suas bases açorianas, cuja essência reflete a simplicidade, o orgulho, a religiosidade, o misticismo e o profundo respeito pelo homem e pela natureza.

Reviver a cultura açoriana, intensamente no folclore, nas danças e folguedos, na literatura popular, na religiosidade, na produção artesanal, foram maneiras que encontramos de viver sua diversidade.

Itajaí e a influência da cultura açoriana

Itajaí começa com o rio. É a última cidade de sua margem direita, onde o rio se despede e deixa o seu nome: Itajaí-Açu, do idioma Guarani, “rio que corre sobre pedras”. Itajaí é assim, vizinha do rio e do Oceano Atlântico.

Quando os primeiros colonizadores vieram se fixar nas terras junto à Foz do rio Itajaí-Açu, os indígenas ainda faziam frente à ocupação das mesmas. Estes índios eram os Botocudos ou Caigangues, do grupo Tapuia (hoje conhecidos como Xokleng). Os Carijós, que moravam à beira-mar já estavam praticamente extintos naquela época¹⁰.

No contexto da organização sócio-espacial de Santa Catarina, o Município de Itajaí, certamente pela sua localização estratégica, teve posição de destaque iniciando sua exploração ainda no século XVII. A colonização açoriana inicialmente e depois a germânica deixaram seu legado cultural, político e econômico, balizando a estrutura sócio-espacial local. Os primeiros registros históricos de Itajaí datam de 1658, quando João Dias de Arzão se estabeleceu em frente à foz do Rio Itajaí-Mirim, numa sesmaria¹¹, porém Arzão não teve meios para criar um povoado. Assim expressa o Anuário de Itajaí (2009, p. 41) da Fundação Genésio Miranda Lins:

A cidade de Itajaí, localizada no litoral norte do Estado de Santa Catarina, apresentando-se através de sua privilegiada posição geográfica, juntamente com as facilidades de atracação e um porto protegido de intempéries marítimas, favorece o contato com outras localidades no mundo. Sua localização possibilita o encontro de diversas culturas que passam pelo seu cais, principalmente com a leva de imigrantes que adentraram o Vale do Itajaí-Açu no final do século XIX.

A partir de 1777, a região começou a ser ocupada por agricultores açorianos, vindos de Florianópolis, estabelecendo-se na região com moradias e lavouras, aproveitando a piscosidade do rio. Durante todo o século XVIII, a grande atividade econômica desenvolvida nas terras do Itajaí foi extração de madeiras. Isto ocasionou

uma afluência de moradores, notadamente açorianos, muitos simples posseiros, que foram se fixando por toda a região junto da Foz do rio Itajaí-Açu.

Em 1820, Antonio Menezes Vasconcelos Drummond recebeu ordens do Ministro do Rei Dom João VI para estabelecer uma colônia em terras da região. Em 1821, Drummond recebeu ordens para voltar à Corte, sendo substituído pelo coronel português, sócio de uma casa comercial em Desterro, Agostinho Alves Ramos que, ao final de 1823, fixou-se no município organizando administrativamente o povoado e estabelecendo o curato em 1924. Em 1833 Itajaí tornou-se Distrito e alcançou o *status* de município em 15 de junho de 1860.

A organização sócio-espacial de Itajaí reflete o modelo de colonização do litoral catarinense, baseado na pequena propriedade com povoamento açoriano.

Markoni e Lakatos (2004, p.30) manifestam a importância da pesquisa das raízes: “[...] do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, é importante pesquisar suas raízes, para compreender sua função”.

As origens culturais remontam especialmente à colonização açoriana, cuja herança é marcante no linguajar local, com expressões e sotaques bastante típicos. As expressões utilizadas pelos também chamados “Papa Siri” são evocadas pelos autores Oliveira e Garcia (2009, p. 50): “Os ‘peixeiros’, como são conhecidos, têm fala rápida e já são reconhecidos em outras regiões pelo uso de termos peculiares, como: ‘uix, uix, nego, tas tolo, se quéx, quéx, se não quéx, dix, eh, eh, eh, eh’, entre muitos outros.”

Devido à excelente posição geográfica junto à Foz do rio Itajaí-Açu e dispondo de bom porto, a localidade, desde os primeiros tempos de seu povoamento, recebeu moradores de outros pontos de Santa Catarina e do Brasil, bem como alguns elementos estrangeiros, majoritariamente luso-açorianos, que formou o primeiro grupo de moradores de Itajaí. Esta contribuição estrangeira mais cresceria com a fundação das primeiras colônias no interior do Vale, em meados do século XIX, com seus numerosos contingentes de alemães, italianos e poloneses. Em que pese a variedade de etnias imigrantes que constituíram a população itajaiense, a marca cultural prevalecente da cidade ficou sendo a luso-açoriana. Nas festas e tradições populares, no artesanato, na culinária, no linguajar do povo, o que se observa são expressões da cultura de base açoriana¹².

Persistindo em Itajaí a secular cultura luso-açoriana, foi criada a Marejada, Festa Portuguesa e do Pescado, que faz parte do circuito das festas de outubro que acontecem em Santa Catarina. Atrai pessoas de todo o Brasil para apreciar os pratos típicos, ouvir fados, respirar a atmosfera lusitana presente no folclore do boi de mamão e nas histórias de pescador. A marejada proporciona ao visitante encontrar a alegria que nossos moradores trouxeram do além-mar.

Comentando sobre a Marejada, assim emanam Oliveira e Garcia (2009, p. 98):

Há mais de duas décadas a Marejada – Festa Portuguesa e do Pescado é o maior palco de apresentação da cultura local. No Parque da Marejada, onde impõe-se o gigantismo do



novo Centro de Eventos, o visitante pode acompanhar o desfile das mais diversas formas de expressão do folclore com forte raiz luso-açoriana.

A relação histórica de Itajaí com a pesca está consolidada na condição de maior porto pesqueiro do País. Impulsionada por condições geográficas extremamente privilegiadas, a pesca em Itajaí beneficia-se da proximidade de três estruturas oceanográficas, que oportunizam a captura de estoques bastante diferenciados, como o de tainhas, sardinhas, atuns e camarões.

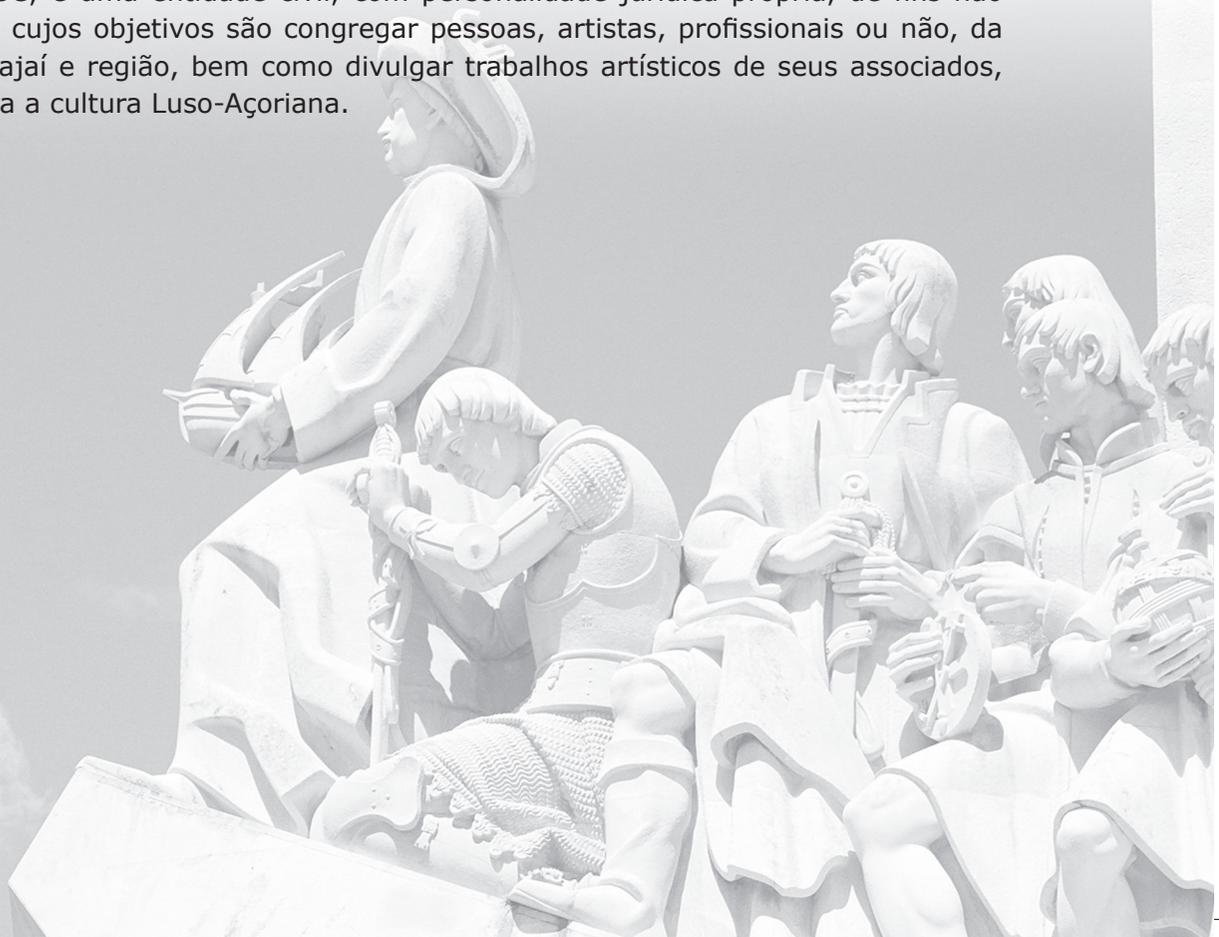
Ainda que menos expressivas economicamente, a pesca artesanal e a esportiva também representa fonte de renda e de oportunidades. A primeira, em especial, tem ainda o valor histórico-cultural, pois remete à época dos primeiros colonizadores de Itajaí.

Marcos Konder (2003 p. 129-131) alastra seu orgulho e amor por Itajaí:

Itajaí pode orgulhar-se do seu passado e ainda no presente encontra forte estímulo para preparar o seu futuro. Basta que nós, os da geração atual, saibamos imitar o desinteresse e a abnegação dos nossos avós, dar o devido valor aos itajaienses de merecimento e imitá-los no amor entranhado à nossa terra, à nossa pátria [...] Ave! Itajaí formoso! Terra de nossos pais, berço nosso e de nossos filhos! Bendito sejam torrão natal, forte de nossas alegrias, urna sagrada de nossas dores. Bendito sejam no céu e na terra, ó esplêndido, ó sublime, ó sacrossanto Itajaí!

ALAI – Associação Luso Açoriana de Itajaí

A Associação Luso-Açoriana de Itajaí, fundada em 29 de julho de 2001, na cidade de Itajaí – SC, é uma entidade civil, com personalidade jurídica própria, de fins não econômicos, cujos objetivos são congregar pessoas, artistas, profissionais ou não, da cidade de Itajaí e região, bem como divulgar trabalhos artísticos de seus associados, voltados para a cultura Luso-Açoriana.



Juliane Maria da Silva, que revelou seu desejo à Sonia Maria Peres Jesus em ver na cidade fundada uma casa onde amantes e/ou simpatizantes da cultura açoriana pudessem se encontrar para trocar ideias, estudar a cultura e preservar os costumes açorianos. Sonia comentou a ideia com Maria Emília Americano Pereira, que comentou com Edison Osmar Pereira, que incentivou Sonia que, por sua vez, convidou Márcia Rosane Conceição e Acyr Osmar de Oliveira para uma reunião. Assim, surgiu a Associação Luso-Açoriana de Itajaí – ALAI, de um desejo de resgatar e preservar os costumes açorianos ainda tão enraizados na cultura itajaiense.

Neste sentido, corrobora Oliveira (2005, p. 47):

A cultura açoriana em Itajaí é hoje resgatada pela Associação Luso-Açoriana de Itajaí através do incentivo ao artesanato, principalmente no caso das lapinhas: pequenos presépios cheios de detalhes que retratam a realidade de cada comunidade e de cada artesão. As lapinhas são consideradas artefatos cheios de muito realismo e, através das mãos habilidosas de artesãos, perpetuam a cultura e a profunda religiosidade da gente local.

Para a execução e concretização destes objetivos, a Associação realiza e participa de exposições, encontros, congressos e cursos que tem como objetivo a divulgação da cultura Luso-Açoriana; realiza e mantém convênios com instituições culturais, empresas públicas e privadas, do Município e do Estado, visando a divulgação de obras relativas à cultura Luso-Açoriana; ainda realiza e mantém convênios com outras instituições do País e do Exterior para a divulgação de obras relativas a cultura Luso-Açoriana.

A primeira Diretoria da Associação Luso-Açoriana de Itajaí foi assim constituída em seu Estatuto Social, artigo 36: Presidente: Acyr Osmar de Oliveira; Vice-Presidente: Sonia Maria Peres Jesus; Diretor Cultural: Maria Soeli da Motta; 1ª Tesoureira: Maria Emília Americano Pereira; 2ª Tesoureira: Mariléia Regina Conceição; 1ª Secretária: Márcia Rosane Conceição; 2ª Secretária: Tisako Umeki Machado; Conselho Fiscal: Adney Zahar; Tânia H'Oara Melo de Medeiros Melo e Willy Robert Becker. Suplentes: Ednéia da Silva João; Marcos Aurélio dos Santos e Osmar Peres de Jesus.

Dentre os acima citados, existem pessoas que se destacaram pelo comprometimento e interesse em exaltar a ALAI, solidificando sua "marca" através da divulgação dos trabalhos artesanais e ações desenvolvidas pela Associação nos eventos voltados para a Cultura Açoriana Catarinense. São eles:

Acyr Osmar de Oliveira – Professor da Univali. Foi Superintendente da Fundação de Turismo. Primeiro Presidente de direito da ALAI. Com seus conhecimentos elevou o nome da Associação durante sua gestão, participando de diversos eventos, enaltecendo os trabalhos expostos apresentados pela ALAI. Foi congratulado em 1997 com o Troféu Ilha de São Jorge - Homenageia Personalidades. Através deste troféu o NEA procura agraciar pessoas que tem prestado relevantes serviços as comunidade de base Açoriana em Santa Catarina no resgate e na preservação das suas raízes.

Márcia Rosane Conceição– Artista autodidata, personalidade marcante pelo perfeccionismo, voltada para o estilo acadêmico, cuja perfeição, traços definidos e

harmonia de cores não a impediu de aprender novas técnicas e texturas. Em 2001 experimentou a Arte Açoriana, através de um curso de Artesanato Açoriano – Lapinha, na Casa da Cultura Dide Brandão, e logo após funda juntamente com um grupo de amigos a Associação Luso-Açoriana de Itajaí – ALAI. Já participou de inúmeras exposições, sendo reconhecida pelos Consulados Portugueses em todo Brasil, na Direção Regional de Cultura e das Comunidades de Açores/Portugal, Canadá e Califórnia. Está inscrita no NEA – Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC e possui um trabalho na França e um a caminho de San José da Califórnia. De extrema dedicação ao resgate da Cultura Açoriana pelos belos trabalhos delicadamente feitos com extremo cuidado. Suas Lapinhas são sinônimas de beleza, riqueza de detalhes e perfeição, ao traduzir o cotidiano para uma obra de arte. Márcia foi a instituidora da sigla, bem como da logomarca da ALAI. A artista foi convidada a participar dos livros – Itajaí, muitos motivos para emocionar, e Feito a mãos, artesanato de Santa Catarina. É exemplo de trabalho como secretária da ALAI, sendo considerada um dos alicerces da Associação.

Sônia Maria Peres Jesus – Artista plástica e professora de artes na Casa da Cultura Dide Brandão. Foi a primeira Presidente de fato da ALAI. Trabalhou com afinco durante sua gestão a fim de resgatar o legado açoriano no município de Itajaí. Foi agraciada em 2005 com o Troféu Ilha das Flores, pelo NEA, que homenageia um artista plástico. Faz uma homenagem a esta artista que, através de sua arte, registra, divulga e, com o seu toque pessoal, embeleza ainda mais a cultura Açoriana.

Matilde Cardoso – de nacionalidade portuguesa, ceramista, trabalha com vidro (vitrais), exímia quituteira quando se tratam das iguarias portuguesas, como os doces de Santa Clara. Dedicou-se com obstinação para que a ALAI se tornasse uma realidade.

Maria Emília Americano Pereira – de nacionalidade portuguesa, artesã, confecciona lapinhas, além de Bonecas de Pano, como a Vovó Ziza, uma benzedeira a qual se tirava a sorte e deixava moedas em forma de pagamento. Também se dedicou muito para a constituição da ALAI.

A ALAI iniciou seus trabalhos com sua primeira exposição na Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Campus de São José – SC em abril de 2002, intitulada “Resgatando Raízes”. A exposição das famosas Lapinhas, das flores em escamas de peixe, do folclore açoriano e catarinense estendeu-se por todo o mês e teve um número expressivo de visitantes.

Ainda a Alai participa ativamente de vários eventos, cuja finalidade precípua é o resgate da cultura açoriana, como: AÇOR; Festa do Pirão, em Barra Velha; Festa do Divino Espírito Santo, onde a religiosidade é um dos pontos fortes da cultura açoriana; Exposições diversas (Hall da Biblioteca da UNIVALI, Casa da Cultura Dide Brandão – Itajaí, Espaço Gestão e Lazer – UNIVALI BC, Marejada, Galeria Municipal de Artes de Itajaí, Espaço Cultural Angeloni).

De 10 a 30 de junho de 2002, foi a vez do povo itajaiense e da região conhecer a Associação Luso-Açoriana de Itajaí – ALAI e saber dos seus objetivos para com a cultura. Uma grande exposição foi preparada para a estréia da ALAI no meio artístico/

Foto: Guglielmo Losio, Itália.

cultural itajaiense e o local escolhido foi a Casa de Cultura Dide Brandão, onde os melhores eventos culturais da cidade acontecem.

Em meio a autoridades, integrantes da ALAI, familiares, artistas e convidados, a exposição num todo foi um sucesso e não se falou noutro assunto durante todo o mês. O objetivo foi alcançado, onde se despertou o interesse e resgate da origem de identidades, raízes desconhecidas ou apenas adormecidas.

Posteriormente, devido ao sucesso que a Associação obteve com suas exposições no âmbito catarinense, foi convidada pelo Sr. Joi Cletison – Coordenador do Núcleo de Estudos Açorianos – NEA, bem como, igual convite foi formulado pelo então Presidente da Casa dos Açores Ilha de Santa Catarina – CAISC, Sr. Jone César de Araújo, a fazer parte do quadro de associados das respectivas instituições e a participar das reuniões e eventos promovidos pelas mesmas.

Em setembro de 2002 a exposição foi em Balneário Camboriú, no Salão de Eventos do Parque Unipraias. Podem-se expor mais trabalhos de maior variedade como: toalhas bordadas de autenticidade portuguesa, porcelanas de igual identidade, mantas e colchas confeccionadas a mão, peças da religiosidade açoriana, sem contar com as lapinhas que despertam admiração e encanto do público onde são expostas.

Ainda em 2002 aconteceu uma das mais importantes exposições realizadas pela própria Associação Luso-Açoriana de Itajaí – ALAI. O convite havia partido da Diretora de Artes da Fundação Cultural de Itajaí, Sra. Lindinalva Deola, que não mediu esforços em transformar o evento numa grande festa. No dia 10 de outubro iniciou o evento com inúmeras atrações, com direito a interdição do trânsito para apresentações na rua, bolinhos de bacalhau, sardinha, pastéis de Santa Clara e outros atrativos que enaltecem a festa. A exposição permaneceu à visitação pública até o dia 30 de outubro de 2002 e por ela passaram mais de 1000 visitantes. Também se destaca que o evento foi amplamente divulgado nos principais jornais de Santa Catarina.

Ressalta-se ainda mais um evento de suma importância para a exposição da ALAI, qual seja, a Marejada. Ambos possuem objetivos afins e a Marejada não seria a mesma sem a participação da ALAI, haja vista que a mesma traz em sua estrutura o que há de mais original e tradicional em cultura luso-açoriana. A Marejada é uma vitrine onde se concentra o maior número de pessoas durante o ano, mais precisamente cerca de 180.000 pessoas, dentre elas nativos, turistas nacionais e estrangeiros que puderam apreciar, questionar, elogiar e comprar os trabalhos expostos. Durante o evento recebeu-se a visita da Dra. Amanda, representante do governo açoriano, do Cônsul Honorário de Portugal e do Sr. Joi Clétison Alves, do NEA.

É interessante ressaltar as participações da ALAI no AÇOR, festa itinerante pelas cidades de origem açoriana, que retrata e resgata seus costumes e tradições através de desfiles, folguedos, exposições e gastronomia, estandes, o tradicional engenho de farinha de mandioca.

No ano de 2003 a Associação Luso-Açoriana de Itajaí – ALAI, inicia suas atividades com um convite formulado pelo Superintendente da Fundação Cultural de Itajaí para

fazer parte de um grupo de pessoas que recepcionariam autoridades açorianas. O evento aconteceu nas dependências da Fundação Cultural de Itajaí e as visitas ilustres foram Dr. Miguel Antônio Rodrigues do Canto e Noronha e o Dr. João Antônio Martins. Dentro da programação houve uma explanação sobre o Ciclo de Palestras "Raízes Açorianas no Brasil".

No dia 08 de agosto de 2003 foi realizado pela ALAI o Encontro Bruxólico na Casa da Cultura Dide Brandão. Foi uma tarde cultural repleta de narrativas de pessoas que afirmaram ter vivido e/ou presenciado o assédio de seres lendários e outras histórias. Abrigou-se também a exposição do saudoso artista catarinense e grande estudioso do assunto Franklin Cascaes. Participaram do evento professores, alunos, convidados, estudiosos no assunto e curiosos.

Destaca-se que, no ano de 2003, a Associação Luso-Açoriana de Itajaí trabalhou com mais afinco em prol da sua legalização frente às leis brasileiras, cuja luta foi constante até o reconhecimento e regularização.

Dentre os eventos que a ALAI se fez presente, é imprescindível nomear o Ciclo de Palestras "Raízes Açorianas no Brasil", uma iniciativa da Direção Regional das Comunidades da Presidência do Governo Regional dos Açores, com a colaboração da Prefeitura Municipal, através da Fundação Cultural de Florianópolis – Franklin Cascaes, Casa dos Açores Ilha de Santa Catarina e Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina, com palestrantes integrantes do governo açoriano, professores da Universidade Federal de Santa Catarina e outros convidados, vindo a somar os conhecimentos dos integrantes da ALAI.

No ano de 2004 a ALAI recebeu do NEA o Troféu Açorianidade Especial - Homenagem especial a pessoas e/ou instituições. O Regulamento do Troféu Açorianidade, aprovado pelo Conselho Deliberativo do NEA, prevê a criação de no máximo mais um Troféu Açorianidade Especial por ano para homenagear pessoas e/ou instituições que se destaquem pelas ações em favor da Cultura Açoriana.

Neste ano a ALAI inaugurou sua sede própria, no dia 06 de maio de 2010, na Rua Rodolfo Treder, 80, bairro São João – Itajaí – SC. A conquista é fruto do empenho da nova diretoria, eleita em 18.06.2009, assim composta: Presidente - Silvio José K. I. de Mendonça; Vice Presidente - Célia Pedro; Secretária - Márcia Rosane Conceição; Diretora Cultural – Graziela Pereira; 1º Tesoureiro - Cristiano Luiz Fagundes Mendonça; Conselho Fiscal: Acyr Osmar de Oliveira, Simone dos Santos e Silvia Regina de Mendonça; Conselho Fiscal Suplente: Maria Valdete Orci de Campos, José M. Dezidério Filho e Gilca de Souza.

O atual presidente, Sr. Silvio Mendonça, é integrante do Grupo de Terno de Reis Cantores da Paz, reconhecido e tradicional grupo de Itajaí, fazendo diversas apresentações no intuito de resgatar a religiosidade e a cultura açoriana.

A diretora Cultural, Sra. Graziela Pereira, coordena o Grupo de Dança Eduxi – grupo composto por crianças e jovens que aprendem folguedos e outros ritmos, e fazem apresentações artísticas, na sua maioria voltadas à cultura açoriana e portuguesa.

A vice-presidente, Sra. Célia Pedro, iniciou sua carreira em meados do ano de 1997. Dentre seus objetivos destacou-se o de valorizar a cultura e o legado dos colonizadores açorianos no nosso País. Ao cantar o Fado a cantora afirma: "É algo sobrenatural, brota e chega ao auge na voz". Sua trajetória musical foi em grande parte incentivada pelas festividades da Marejada. Atualmente, a cantora também apresenta, com o músico e apresentador Cristiano Mendonça, 1º Tesoureiro da ALAI, o programa "Lusitando", na TV Itajaí, que tem como foco a música, a gastronomia, a literatura, o artesanato e o folclore açoriano.

Quando da criação da ALAI, houve a necessidade de criar uma logomarca que identificasse a Associação e a ligasse às tradições luso-açorianas. O Açor é a ave que aparece na bandeira dos Açores. O arquipélago dos Açores deve o seu nome ao açor, porque quando os descobridores do arquipélago lá chegaram pensaram ver açores. E o Bico do Papagaio, em Itajaí, que é a cabeça de um gigantesco pássaro com cerca de 4,5m de altura, esculpido na rocha pela ação do tempo, significa um cartão-postal natural de Itajaí. Ambos seriam elementos perfeitos para a concepção do logotipo da Associação, qual seja, um açor com as asas abertas, "abraçando" o Bico do Papagaio. Assim constituiu-se o símbolo da ALAI.

Vislumbra-se ainda um longo caminho a percorrer, muitas conquistas a serem alcançadas, porém a maior vitória retrata-se, neste momento, com a concepção e permanência da Associação no segmento cultural, que demanda um árduo trabalho para manter uma estabilidade, face às intempéries que a senda proporciona.

Assim, esta Associação, que completará em 2011 sua primeira década de existência, merece toda homenagem que lhe é devida, todo reconhecimento que lhe é digno, todo prestígio e consideração que são justificados pela importância e representação da ALAI no cenário municipal, estadual, nacional e internacional.

Conclusão

Cultura pode ser utilizada no plural para o conjunto de ideias que a formam, quais sejam, lei, valores, crenças, práticas e instituições, que variam de formação social para formação social. Além disso, uma mesma sociedade, por ser temporal e histórica, passa por transformações culturais amplas e, nesse aspecto, antropologia e História se completam, justificando-se que os ritmos temporais de várias sociedades não são os mesmos; algumas mudam mais lentamente e outras mais rapidamente.

A cultura é dinâmica e contínua, em virtude de estar constantemente se modificando em face dos contatos com outros grupos ou com suas próprias descobertas e invenções, ampliando o acervo cultural de geração em geração. Varia no tempo e no espaço.

Devido à excelente posição geográfica, junto à Foz do rio Itajaí-Açu e dispendo de bom porto, a localidade, desde os primeiros tempos de seu povoamento, recebeu moradores de outros pontos de Santa Catarina e do Brasil, bem como alguns elementos estrangeiros, majoritariamente luso-açorianos, que formou o primeiro grupo de

moradores de Itajaí. Em que pese a marca cultural prevalecente da cidade, ficou sendo a luso-açoriana. Nas festas e tradições populares, no artesanato, na culinária, no linguajar do povo, o que se observa são expressões da cultura de base açoriana.

Os dizeres e fazeres do povo açoriano, suas características e costumes são o fundamento da ALAI. Preservar as tradições, cultivar a essência de um povo, de uma sociedade, a evocação da sua origem, sua historicidade, são elementos necessários para o conhecimento e entendimento da identidade cultural herdada. A revitalização e desdobramentos culturais que se potencializaram e diversificaram nas referências culturais açorianas foram disseminadas e vividas na atual Santa Catarina, transcendendo em entidades como o NEA – Núcleo de Estudos Açorianos e da ALAI, que assumiram a responsabilidade e se comprometeram com a história no intuito de alastrar este arcabouço cultural para as gerações que se sucedem.

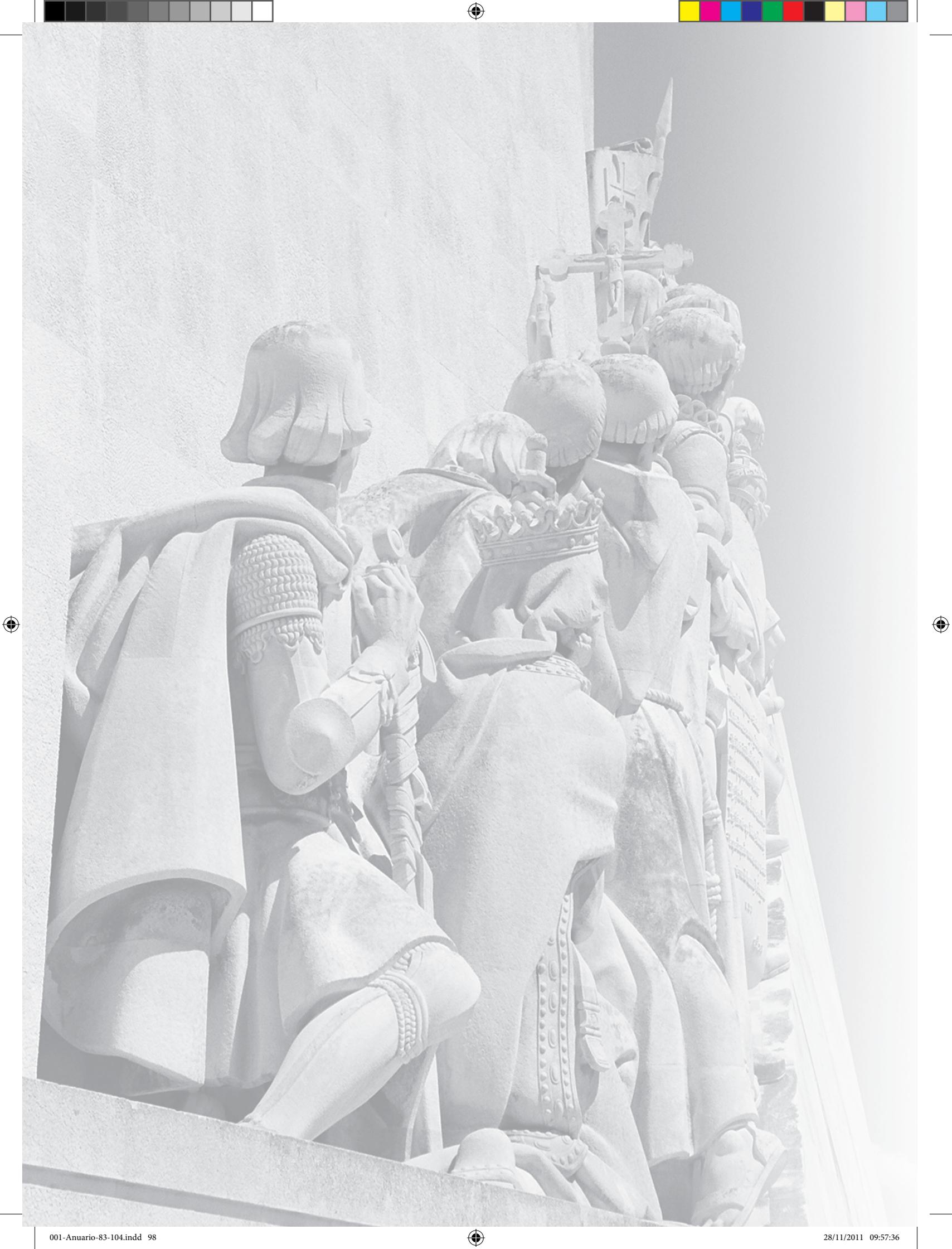
O catarinense é produto da complexidade geográfica deste Estado: tenha ele a resistência física e espiritual do açoriano; a altiveza e a engenhosidade do germânico, a catadura e a criatividade do ítalo; a sensibilidade artística do austríaco; a tenacidade e a religiosidade do polonês; o romantismo e imaginação do belga e do francês; a tolerância gigantesca do africano ou a acuidade do índio (JAMUNDÁ, 1974, p. 54).

Dos açorianos herdamos quase tudo – a religiosidade, a gastronomia, as cantigas populares, o jeito especial de construir hortas, a aptidão para a olaria, os engenhos, a pesca, as lendas, as bruxas, as benzedeiras, entre outros. Desta forma, faz-se saber que nossa cultura tem suas bases açorianas, cuja essência reflete a simplicidade, o orgulho, a religiosidade, o misticismo e o profundo respeito pelo homem e pela natureza.

Neste sentido, a ALAI busca reviver a cultura açoriana, intensamente no folclore, nas danças e folguedos, na literatura popular, na religiosidade, na produção artesanal. Foram as maneiras encontradas de viver sua diversidade.

Referências

- AMORA, A.S. Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1998.
- BERNARDES, Juliano. In: <http://julianobernardes.blogspot.com/2010/02/o-sagrado-e-o-profano-no-calendario.html>. Acesso em 20.07.2010
- BOAS, Franz. Questões fundamentais de antropologia cultural. Buenos Aires: Solar/Hachete, 1964.
- CASCAES Franklin. Vassoura bruxólica. In: (<http://grandesautorescatarinas.blogspot.com/2009/12/vassoura-bruxolica-de-franklin-cascaes.html>). Acesso em 22.07.2010.
- D'ÁVILA, Edison e D'Ávila Márcia. Festas e tradições populares de Itajaí. Itajaí: FGML, 1994.
- FARIAS, Vilson Francisco de. Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo. 500 anos do litoral catarinense. 2ª Ed. Florianópolis: Ed. Do autor, 2000.
- Fundação Genésio Miranda Lins. Anuário de Itajaí 2009. Itajaí: FGML, 2009
- GEERTZ, Clifford. A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro Zahar, 1973.
- HERSKOVITS, Melville J. Antropologia cultural: homem e o seu trabalho. São Paulo: Mestre Jou, 1963.
- Itajaí o começo da história. In: <http://www.itajai.sc.gov.br/historia.php>
- JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. Catarinensismos. Florianópolis: UDESC – EDEME, 1974.
- _____. Theobaldo Costa. Boletim da comissão catarinense de folclore. Roteiro para execução de um Calendário Cultural, 1978.
- KEESING, Felix M. Antropologia cultural: a ciência dos costumes. Rio de Janeiro Fundo de Cultura, 1961.
- KLUCKHOHN, Clyde. Antropologia: um espelho para o homem. Belo Horizonte : Itatiaia, 1963.



- KONDER, Marcos. A pequena pátria: Lauro Muller. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins: Prefeitura Municipal/ Secretaria de Educação, 2003.
- LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 16. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- LINTON, Ralph. O homem: uma introdução à antropologia. 5. ed. São Paulo : Martins, 1965.
- LOCKE, John. Ensaio sobre o entendimento humano. 5. Ed. Tradução de Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- MALINOWSKI, B. Uma teoria científica da cultura. Rio de Janeiro : Zahar, 1962.
- MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 4. São Paulo: Atlas, 2004.
- MATTOS, Tarcísio. Feito a mãos: o artesanato de Santa Catarina. Florianópolis: Tempo Editorial, 2008.
- NEA – Núcleo de Estudos Açorianos. In: <http://www.nea.ufsc.br>. Acesso em 20.07.2010.
- OLIVEIRA, Azor de. Itajaí: muitos motivos para emocionar. Itajaí: Catarina Santa, 2005.
- _____, Azor de, GARCIA, Luiz. Itajaí rumo aos 150 anos. Itajaí: Bureau, 2009.
- SOARES, Doralécio. Folclore brasileiro: Santa Catarina. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/ Fundação Nacional de Arte, 1979.
- TAYLOR, Edward. Cultura Primitiva. México: Fondo de Cultura Económica, 1947.

Notas

- 1 Cultura. In: <http://www.dicionariodoaurelio.com.br>. Acesso em 20.07.2010.
- 2 Herskovits (1963, p. 103) define endocultura ou encultura como o aprendizado que uma pessoa tem de uma cultura por viver imerso nela desde o nascimento ou a primeira infância.
- 3 Dia 6 de janeiro - Dia da Cultura Açoriana no Estado de Santa Catarina. In: http://www.nea.ufsc.br/homenagens_diacultura.php. Acesso em 22.07.2010.
- 4 Na devoção de Corpus Christi, a procissão compõe manifestação testemunhada de maior expressão de fé católica. Do município inteiro ocorrem à cidade festejantes caravanas e caravanas de devotos envolvidos na fé tradicionalizada. O contudo místico da procissão é dos mais contagiantes e belos da vida católica catarinense. (JAMUNDÁ, 1978, p. 27)
- 5 "Porta aberta, luz acesa, é sinal de alegria. Mande entrar os Santos Reis com sua Nobre Família." "Andamos de porta em porta visitando Vosso Senhô, sabemos o ano novo que o "Santo Reis já chego" (D'ÁVILA e D'ÁVILA, 1994, p. 13)
- 6 Não podemos nos esquecer das bruxas, personagens que não podem faltar nas antigas histórias. Diversas formas foram criadas, visando descobrir as pessoas comuns que metamorfoseavam em terríveis bruxas. Para evitar a bruxaria com seus efeitos e outros malefícios, as benzedeadas entravam em ação, com orações "resmungadas" rapidamente espantavam o mal que cercava quem as procurava. Ainda hoje, temos bruxas que nos cercam e, é claro, benzedeadas que evitam os efeitos do mal. Tudo é uma questão de crença (BERNARDES).
- 7 "Lá vai meu coração, neste lindo ramalhete, Vai pedir um Pão por Deus, que me mandes um presente. Lá vai meu coração No bico de uma rolinha Vai pedir um Pão por Deus, Madrinha me dá uma sombrinha".
- 8 As rendeadas da Ilha de Santa Catarina, na sua maioria descendente de portugueses da Ilha dos Açores; tradicionalmente herdaram dos seus antepassados a arte de executar rendas que, ainda na época atual, transmitem às gerações que surgem (SOARES, 1979, p. 64).
- 9 Ao contrário do que muitos pensam, o homem dos Açores era muito mais agricultor do que pescador. Foi ao chegar em Santa Catarina, na segunda metade do Século XVIII, e ao deparar com o mar propício à pesca que o açoriano e seus descendentes se fizeram pescadores. Os açorianos, quando embarcados para a terra catarinense, destinavam-se em primeiro lugar à agricultura. (...) O fracasso nas diversas tentativas de uma agricultura mais extensiva levou o homem do litoral catarinense a se voltar para a faina pesqueira. (...) Também alguns instrumentos de pesca são contribuições da cultura açoriana: a rede de arrastar, caniços, linha de corrico e muitos outros. (D'ÁVILA E D'ÁVILA, 1994, p. 16-17).
- 10 Itajaí o começo da história. In: <http://www.itajai.sc.gov.br/historia.php>.
- 11 Sesmaria: S.f. Terreno inculto ou abandonado que era concedido pelos reis de Portugal a sesmeiros. In: Amora (1998, p. 654).
- 12 Itajaí o começo da história. In: <http://www.itajai.sc.gov.br/historia.php>.

Foto: Rinske Blok-van Middendorp, Netherlands.

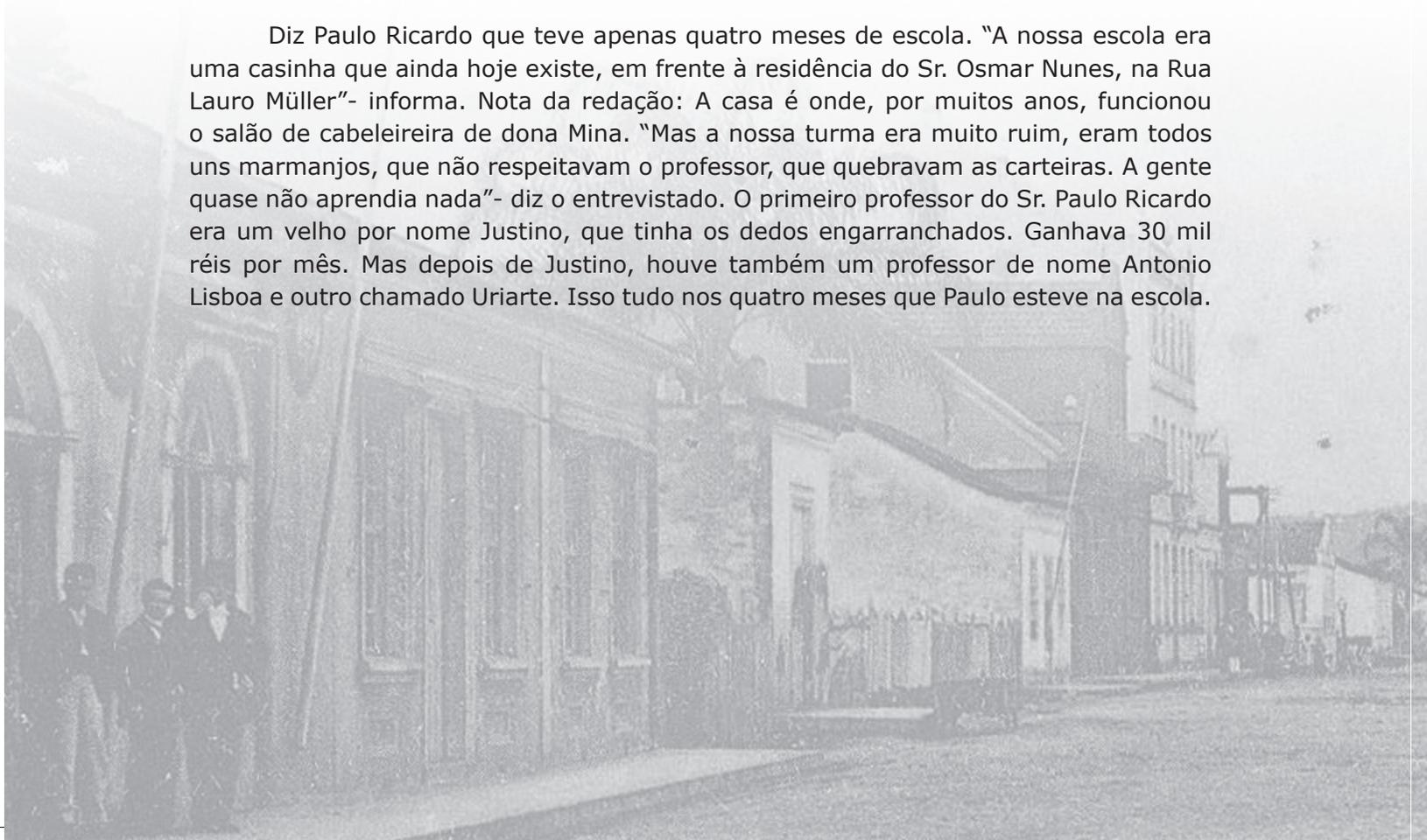
Paulo Ricardo Pereira

Entrevista concedida a Silveira Jr. Jornal O SOL (Itajaí e B. Camboriú), em 20/11/1971. Cedida gentilmente por Luciana Ferreira Digitalizado por Ivete Silveira Fleischmann Florianópolis 9/03/2011

Po dia 15 de novembro passado, o Sr. Paulo Ricardo Pereira festejou o seu 91º aniversário. Ele nasceu e sempre morou em Itajaí. Tem vivido a vida humilde e trabalhosa dos operários. De boleeiro a carpinteiro, essa foi a sua discreta trajetória. Mas com ela criou uma grande família, que já está na 5ª geração, pois que ele já possui 3 tataranetos. Entre os netos, dois homens importantes: um Juiz de Direito e um comandante de Boeing. Mas ele continua, com sua esposa dona Leonídia, na sua vida de operário. Por distração, ainda pega o formão e o serrote e vai pra sua pequena oficina fazer trabalhos em madeira. Ele é o nosso muito conhecido "homem comum". Ele é o meu sogro.

Minha turma era da pesada

Diz Paulo Ricardo que teve apenas quatro meses de escola. "A nossa escola era uma casinha que ainda hoje existe, em frente à residência do Sr. Osmar Nunes, na Rua Lauro Müller"- informa. Nota da redação: A casa é onde, por muitos anos, funcionou o salão de cabeleireira de dona Mina. "Mas a nossa turma era muito ruim, eram todos uns marmanjos, que não respeitavam o professor, que quebravam as carteiras. A gente quase não aprendia nada"- diz o entrevistado. O primeiro professor do Sr. Paulo Ricardo era um velho por nome Justino, que tinha os dedos engarrachados. Ganhava 30 mil réis por mês. Mas depois de Justino, houve também um professor de nome Antonio Lisboa e outro chamado Uriarte. Isso tudo nos quatro meses que Paulo esteve na escola.



Papai teve um engenho de farinha na Praça Irineu Bornhausen

Paulo Ricardo, menino ainda, foi ajudar o pai, que tinha um engenho de farinha onde funcionou a ferraria do Sr. Huscher, na atual Praça Irineu Bornhausen. "Era um engenho tocado à mão, mas o meu pai fazia muita farinha nele. A mandioca nós plantávamos no Rio Pequeno, onde o meu pai tinha um terreno de 35 braças de frente por 400 de fundos"- informa. (Nota da redação: Braço: antiga medida de comprimento equivalente a 2,20 m). Paulo Ricardo vai falando, como se não estivesse sendo entrevistado. Ele se recusaria a dar maiores detalhes se soubesse que era para uma entrevista. Por isso, enquanto pita o seu cigarrinho de palha, solta algumas dicas:

- Quando eu deixei de trabalhar no engenho do meu pai, eu fui ser boleeiro do carro do Otto Praum. Nós carregávamos barro para aterro, por isso eu andava sempre com uma pá para encher o carro.

Ainda sobre a sua vida de boleeiro , conta outros episódios:

- Ali onde hoje é a Fazenda do Gall, na estrada de Brusque, era o sítio dos Liberato. Então toda semana eu ia lá buscar a velha para vir à cidade. Ela tinha um carro de cavalos (carro bonito, com as buzinas de metal) mas não tinha boleeiro. Então todas as semanas eu ia lá, trazia a velha pra cidade, depois levava e voltava à pé. (Nota da redação: "Buzina" nesta acepção não tem nada a ver com aparelhos de produzir som. É o prolongamento visível do eixo do carro). Paulo Ricardo ganhava dois mil réis por esse trabalho.

Sirino: marceneiro e delegado

E o entrevistado prossegue:

- Com 18 anos fui aprender o ofício de marceneiro na oficina do Carlos Sirino, que ficava perto de onde hoje é o Correio. Esse Sirino era um grande marceneiro, mas também era Delegado de Polícia. E tinha um tal Martinho , que era um sujeito muito levado da casqueira e entendeu de fazer uma brincadeira de boi no Pedro Werner, lá pra estrada de Brusque e o Sirino achou que aquilo não estava certo e foi lá desmanchar a brincadeira de boi... E houve uma grande encrenca: o boi brinca, não brinca. Aí o Martinho pegou uma vara cheia de espinhos e gritou:

- O boi brinca e tá acabado!

Rua Lauro Müller, 1900. Acervo CDMH, tomo nº 059.13459.

Quando o Sirino mandou parar a brincadeira, o Martinho meteu a vara de espinhos no Delegado e correu com ele de lá. E dá um esclarecimento: - Naquele tempo não tinha polícia. Era só o Delegado.

Eu era menino quando proclamaram a República

A nossa conversa não segue qualquer ordem cronológica, porque eu não quero espantar o entrevistado com muitas perguntas. Por isso vou anotando as informações na medida em que elas vêm.

- Eu era um menino quando proclamaram a República e mandaram o Imperador embora. Houve muita festa, mas disso eu me lembro de muita pouca coisa.

E volta à sua infância:

- Quando eu era menino, ali onde hoje é o Grupo Victor Meirelles, tinha uma lagoa enorme. Aquilo tudo era um banhado. Então nós íamos brincar na lagoa. Em redor havia umas casinhas de madeira. O terreno era do falecido Máximo, que tinha se ferido na Guerra do Paraguai e era manco das pernas, por isso ele quase não podia andar. Mas como esse Máximo era empregado da Prefeitura, que ficava onde hoje é a Rua Quinze, ele ia pro serviço montado num petiço. O meu irmão Antonio encilhava o petiço e botava uma escadinha pro Máximo montar. Depois o meu irmão vinha puxando o petiço até a Prefeitura, botava de novo a escadinha pro Máximo descer... Mas esse Máximo dizem que era um bom empregado, um homem muito competente. Mas ele tinha aquele defeito nas pernas.

Trabalhei com o Frederico Selva

Já casado (ele casou em 1906), Paulo Ricardo foi ser carpinteiro da Fiscalização do Porto, tendo como seu primeiro chefe o engenheiro Frederico Selva. (Nota da Redação: Esse Frederico Selva foi quem abriu a estrada para Cabeçudas, que tinha o seu nome. Mas como essas homenagens são feitas para agradecer favores momentâneos, o seu nome foi substituído há poucos anos).

Na Fiscalização teve como chefe também os senhores Dr. Thiers de Lemos Fleming, Benjamim Lobo de Farias e o popular Chico da Fiscalização. "Todos foram muito bons para mim"- diz Paulo Ricardo.

Um personagem de Exupery: o acendedor de lampião

E a conversa continua:

- Naquele tempo, a cidadezinha era iluminada a lampião de querosene. Mas isso mesmo só nas ruas do centro e um lampião era separado dos outros, por isso quase não iluminavam nada. O acendedor de lampião era o José Corrêa. Ele saía montado num cavalo, abria a portinha onde estava o lampião e acendia. De madrugada ele passava outra vez apagando... Mas a troça era muito levada do diabo e quebrava os lampiões com pedras. Outros mais malvados faziam cocô num papel, botavam dentro do vidro do lampião e fechavam. Quando o Zé Corrêa ia acender, era aquele desastre...

Carnaval era entrudo

O carnaval era uma festa diferente. Não era como hoje. O pessoal jogava água, limão de cheiro e polvilho nos outros. Chamava-se entrudo. Outro divertimento eram os ternos de reis e o boi de mamão.

Paulo Ricardo informa que ninguém como o velho Mendonça era capaz de fazer um boi de mamão ou um terno de reis. O povo vinha todo pra rua ver as brincadeiras do Mendonça. Já não se fazem mais bois de mamão como naquele tempo.

Informações avulsas

- Só as ruas centrais é que obedeciam a um traçado. As outras eram simples caminhos. Na Rua Uruguai, por exemplo, era um perigo se andar à noite, porque as raízes das árvores vinham até o meio da estrada.

Os bailes eram feitos, geralmente, em casas de família, mas já havia o Clube Estrela, onde é hoje o Ginásio Salesiano. Paulo Ricardo não gostava de bailes. As suas brincadeiras eram outras.

Rua Hercílio Luz, 1900. Acervo CDMH, tomo nº 058.13455.

- Havia uma ponte na Rua Hercílio Luz sobre um ribeirão que corria entre o atual Banco do Estado do Paraná e o "Edifício Catarinense", no início da Praça Vidal Ramos. Não era bem uma ponte: eram umas tábuas. Onde hoje é o Cine Itajaí era um terreno alagadiço e havia uma ferraria nas imediações da "Casa Balinho".

Que guerra foi esta?

O nosso entrevistado conta um episódio heróico, dramático, mas que não pude identificar.

- O navio "Progresso" fazia a linha Itajaí-Blumenau. Um dia ele veio cheio de alemães e constava que eles iam atracar no porto de Florianópolis. Então o Agostinho Pica Pau correu lá na Sociedade Estrela e tirou debaixo do assoalho uma "ronqueira" de mais de 2 metros, encheu de pólvora e de pedras e foi pro cais... E mandou um aviso pros "alemães": - Se vocês desembarcarem, eu atiro! E os alemães voltaram todos para Blumenau.

Paulo Ricardo garante que este episódio é verdadeiro, mas não pode precisar a data. Que guerra teria sido esta? (Nota da Redação: "Ronqueira" era uma espécie de canhão para dar tiros de pólvora seca, durante os festejos populares).

"Espanhola": a peste de 1918

Diz Paulo Ricardo:

- Conheci muito o Dr. Pedro Ferreira. Ele era um bom médico. Quando a gente ia chama-lo para cuidar de um doente, ele vinha a cavalo ou de carroça. Mas no tempo da "espanhola" ele não era mais vivo...

- Que "espanhola" foi essa, seu Paulo?

- Era uma febre que dava no pessoal. Uma espécie de gripe. Diz que veio com o pessoal que voltou da guerra. Mas ninguém sabia curar. Foi uma grande mortandade. Só num dia eu contei 13 enterros. Na Rua Pedro Ferreira, por ali onde era a Malburg, tinha uns ranchos grandes de depósito, mas como o hospital não cabia mais ninguém então eles punham os doentes naqueles ranchos. Quase não havia casa onde não tivesse genta caída com a "espanhola" e em muitas delas morriam duas, três.

E ilustra a tragédia com um fato cômico:

- Um dia uma moça apareceu com um buquê de flores aqui em casa... Eu perguntei: "Prá quem são essas flores?". E a moça me disse: "Eu ouvi dizer que a dona Leonídia tinha morrido de 'espanhola'". Mas Leonídia teve a "espanhola", mas não morreu.

Desenho de Henry Lange, 1882. cervo CDMH, tomo n°002.00329.

Itajaí: história e historiografia

Edison d'Ávila
Historiador

Em 1887, respondendo a questionário encaminhado pelo Governo Imperial sobre economia, geografia e história do Município de Itajaí, a Câmara Municipal, para o último quesito, respondeu desse modo: “este Município não tem história conhecida”.

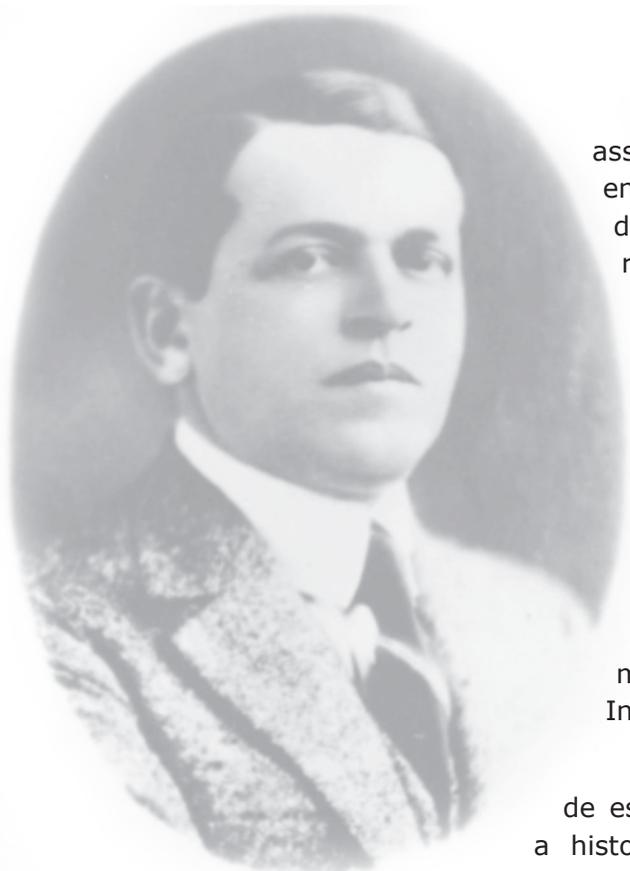
Qual a compreensão que tinha a Câmara de Vereadores da época sobre a história e o que a levou a encaminhar tal resposta à Corte? Estaria ela a se referir à ausência de um fundador para a cidade? Ou, quem sabe, a se referir ao desconhecimento de documentos que falassem das origens de Itajaí?

Se os nobres edis de então compreendiam a história como ela era entendida e ensinada comumente há até bem pouco tempo, houve razão na sua resposta. De fato, são desconhecidos, até hoje, a ocasião de fundação e a intenção de um fundador de Itajaí.

Estas preocupações com a data e o nome do fundador são muito presentes na chamada história tradicional, que vige por muitos anos na historiografia brasileira. É bem provável, portanto, que tenham sido estas preocupações que levaram Marcos Konder (1882-1962), prefeito e intelectual, a se enfurnar nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, à procura daquelas repostas. Já que evidentemente o Município tinha história, haveria de ter, por conseguinte, conforme os cânones tradicionais da historiografia, uma data de fundação e um fundador. Carecia tão somente de procurá-los. Por isso, Marcos Konder saiu na busca. Que ele andou em pesquisas nos arquivos do IHGB, não resta dúvida, porque as informações históricas de que se utilizou para escrever em 1920 a conferência “A Pequena Pátria”¹, somente podiam ser encontradas, no Brasil, naqueles riquíssimos arquivos.



Centenário da cidade, 1920; missa campal. Acervo CDMH, tomo nº 048.11509.



Marcos Konder, então, considerou-se feliz e assaz compensado pelo trabalho de pesquisa, porque encontrara na "Biographie Universelle et Portative des Contemporains", publicada em 1836 em Paris, as respostas pelas quais compulsara com avidez livros e documentos de arquivos e bibliotecas. Neste livro se dizia de forma assertiva que o diplomata carioca Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond, em 1820, recebera do Rei Dom João XI duas sesmarias no rio Itajaí e que aí fundara a Colônia "São Tomás de Vilanova" com a ajuda de soldados, que plantara e colhera cereais e serrara madeiras, produtos todos que enviou para o Rio de Janeiro numa sumaca. A descoberta encantou Marcos Konder, mais satisfeito ainda quando pôde topar também com um retrato do mesmo Vasconcelos de Drummond nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

De volta a sua cidade, tratou o prefeito de escrever a conferência com que haveria de inaugurar a historiografia itajaiense. Tudo bastante às pressas, já que o ano de 1920 se avizinhava; ano que ele declararia do 1º Centenário da fundação de Itajaí. Marcos Konder, daí em diante, não teve mais dúvidas. O ano da fundação de Itajaí fora, na sua conclusão, "com certa lógica", 1820. Para corroborar sua conclusão, ele diz no texto: "Antes de conhecer a obra de Drummond, este fato já nos tinha sido revelado pelo Padre Leonardo Stock, da Ordem dos Franciscanos, que, rebuscando assentamentos antigos da paróquia, encontrara documentos que coincidem exatamente com as 'Anotações de Drummond'"². A ser assim, não houve mais interesse do conferencista em melhor averiguar a fonte de que se valera.

Em três dias de festas, "entre músicas e flores", os itajaienses comemoram em 12 de outubro de 1920, o centenário de fundação da sua cidade. A conferência do prefeito e a entronização do quadro com a vetusta fotografia do fundador, Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond, no plenário da Câmara Municipal, constituíram-se no ponto alto daquelas comemorações. A nova história contada por Marcos Konder e a vista da fotografia oficial do fundador pelo público presente causaram geral surpresa e orgulho. Enfim, a cidade tinha agora história e, mais do que isto, ilustre fundador, um diplomata!

A conferência de Marcos Konder, em 1920 marca o primeiro período da historiografia de Itajaí. A explicação de Marcos Konder permaneceu incólume até 1960, quando das comemorações do 1º Centenário de instalação do Município de Itajaí; portanto, há 50 anos. Nesse ano, o historiador blumenauense José Ferreira da Silva publicou na imprensa de Itajaí e região artigos em que confrontava as afirmações de Drummond constantes de suas "Anotações", com as de outros registros históricos e negava que o jovem Drummond



tivesse fundado alguma colônia no local em que se ergueu a cidade de Itajaí. Para surpresa de muitos, Marcos Konder, que ainda vivia, nada disse ou escreveu referente à tese de Ferreira da Silva. O historiador de Blumenau não ficou somente nesses artigos. Em 1967, publicou em "Blumenau em Cadernos" o estudo "Itajaí - a fundação e o fundador"³, no qual reafirmou a negativa que fizera à possibilidade de Drummond ter fundado Itajaí e , mais ainda, atribui esta iniciativa ao comerciante português Agostinho Alves Ramos. Embora, escreveu José Ferreira da Silva, Alves Ramos não tenha tido no começo a iniciativa de fundar a cidade, isto acabou acontecendo como decorrência das ações que ele praticara. Entre elas, que elegeu como momento fundador, a criação do Curato do Santíssimo Sacramento de Itajaí, em 31 de março de 1824; para qual muito concorreram os préstimos de Agostinho Alves Ramos.

José Ferreira da Silva era também um historiador focado nas preocupações com o que a professora Marilena Chauí denomina "mito fundador"⁴. As revelações de Ferreira da Silva, no entanto , mantiveram-se circunscritas ao meio de estudiosos da historiografia regional, não chegando assim ao conhecimento do grande público itajaiense. Por conseguinte, não levantou controvérsias na ocasião.

As polêmicas explodem somente no final dos anos 60, quando o escritor Norberto Cândido da Silveira Júnior, então secretário do Prefeito de Itajaí, Júlio Cesar, entendeu de oficializar a versão de Ferreira da Silva como a verdadeira história da fundação de Itajaí. Impetuoso, Silveira Júnior, na imprensa e através de proposta encaminhada à Câmara de Vereadores, buscou a chancela oficial dessa versão. O encaminhamento gerou a contrariedade de alguns jornalistas e intelectuais itajaienses, que não aceitavam o revisionismo histórico de Ferreira da Silva e Silveira Júnior. Em 1971, o secretário da Câmara Municipal, Afonso Luiz da Silva, lançou o livro "Itajaí de Ontem e de Hoje"⁵, em que adotou a explicação histórica de José Ferreira da Silva para a fundação de Itajaí. Presente à sessão de lançamento da obra, no dia 25 de janeiro, o Prefeito Julio Cesar, referiu-se à polêmica explicação e "de certa forma, concordou com os fatos da fundação de Itajaí, endossando a opinião de que Vasconcelos de Drummond não foi fundador, glória que deveria ser atribuída a Agostinho Alves Ramos", conforme notícia ao jornal A Nação, do dia 28 de janeiro. Obstinado na missão necessária para ele de eternizar na paisagem urbana de Itajaí os vultos históricos de Agostinho

*Na página ao lado, Marcos Konder; acima, Vasconcelos Drummond.
Acervo CDMH, tomo nº 016.03737 e 053.11931.*



Alves Ramos, Frei Pedro Antônio de Agote, primeiro Cura de Itajaí, e José Ferreira da Silva, Silveira Júnior cuidou de dar seus nomes a ruas da cidade.

A celeuma levantada ocasionou a afirmação da professora de história, Maria Hülse Peixoto, na abertura do seu livro "História Político-Administrativa de Itajaí", publicada em 1973⁶, de seguinte teor:

As opiniões não coincidem com relação aos primeiros povoadores da região onde, mais tarde, se instalaria o município de Itajaí. Teria sido Matias Arzão? Agostinho Alves Ramos? Ou Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond? Eis a velha e discutida questão... Como nosso objetivo é a História Político-Administrativa de Itajaí, deixamos de abordar estes aspectos.

Não quis se comprometer na polêmica a professora. Ferreira da Silva e Silveira Junior, que em 1972 publicou a monografia "Itajaí"⁷ em defesa da tese, Afonso Luiz da Silva e Maria José Hülse Peixoto integram o segundo período da historiografia sobre o Município, marcado pelas disputas em torno do fundador da cidade.

Nos anos 1980, com a criação do Arquivo Histórico de Itajaí, da Fundação Genésio Miranda Lins, e o interesse despertado por professores e estudantes do curso de História da Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI pela história local, têm início pesquisas e estudos sobre a história de Itajaí, já não mais somente focados na elucidação do "mito fundador" e sim em variados temas da vida social, cultural, econômica e política do Município. Toda uma gama de novos historiadores se sobressaiu e inaugurou-se o terceiro período da nossa historiografia. Vale, pois, destacar a enorme e profícua contribuição de duas instituições itajaienses para o avanço dos estudos históricos de Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI e a Fundação Genésio Miranda Lins, mantenedora do Arquivo Histórico, Museu Histórico e Museu Etno-Arqueológico de Itajaí. Sem a contribuição dessas instituições à ciência histórica, muito pouco se teria feito até aqui para o desenvolvimento da historiografia itajaiense.

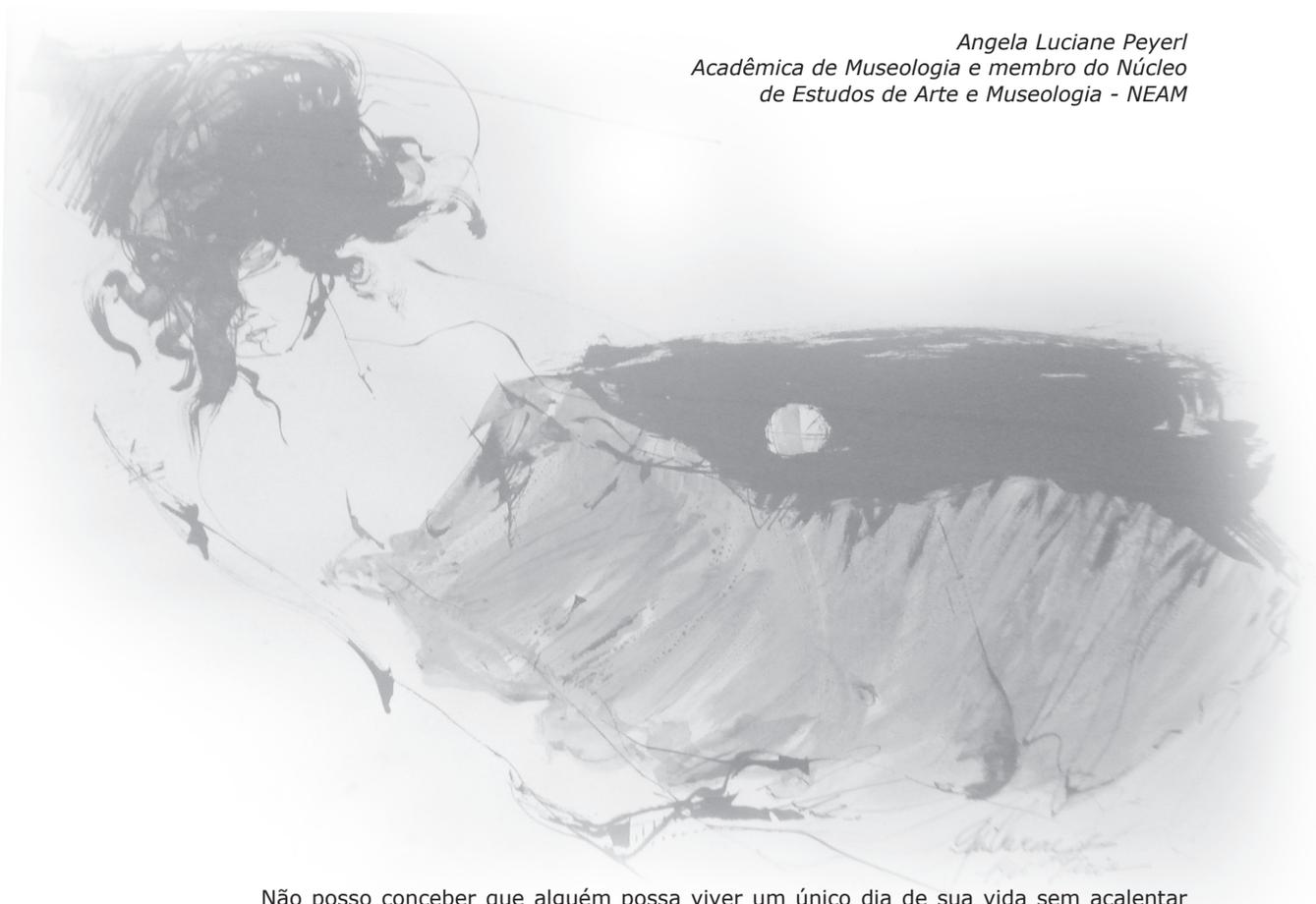
Referências

- 1 Konder, Marcos. **A Pequena Pátria**. São Paulo: Cia. Melhoramentos de São Paulo, São Paulo, 1923.
- 2 Silva, José Ferreira da. **Itajaí - A Fundação e o Fundador**. In Blumenau em Cadernos, Blumenau, tomo VIII, nº 9/10, jul 1967, p 153-180.
- 3 Konder, Marcos, *idem*, p 22.
- 4 Chauí, Marilena, **Brasil** - Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1996.
- 5 Silva, Afonso Luiz da. **Itajaí de Ontem e de Hoje**. Itajaí: Ed. Autor, 1971.
- 6 Peixoto, Maria José Hülse. **História Político-Administrativa de Itajaí**. Itajaí: Ed. Autora, 1973.
- 7 Silveira Júnior, Norberto Cândido. **Itajaí**. Itajaí, 1972.



As gravuras de Guilherme de Faria descobertas na Coleção do Poeta Marcos Konder Reis através da conservação preventiva

*Angela Luciane Peyerl
Acadêmica de Museologia e membro do Núcleo
de Estudos de Arte e Museologia - NEAM*



Não posso conceber que alguém possa viver um único dia de sua vida sem acalentar um sonho. Acredito mesmo que o sonho seja o combustível essencial da vida humana (Alma Welt).

Guilherme: um artista à frente de seu tempo



Guilherme de Faria, no ano de 1962, começa sua vida artística. Nascido em 29 de dezembro de 1942, foi pintor, desenhista, gravador, escritor (contista), poeta (cordelista) e declamador; aprendeu a desenhar de súbito com 20 anos em uma espécie de *satori* (iluminação). Como o próprio Guilherme afirma, seus desenhos tem a rapidez do traço e pela pose que o modelo aparece representado em seus desenhos. É oportuno compará-lo a Carlos Leão, artista da geração anterior. No desenho de Guilherme, é





possível ressaltar um cálido desalento das figuras, resultado do uso de vários recursos expressivos, trazendo seu trabalho para um âmbito mais contemporâneo. Seu trabalho apresenta áreas tratadas de formato gestual que, em encontro com a frieza do fundo branco, sobrecarrega a obra de dramaticidade. A cor se incorpora como fator expressivo de contraste; os desenhos retratam as mulheres que aparecem como tema principal da maioria dos desenhos, a *anima* ou a mulher que todos temos no inconsciente profundo. Segundo Guilherme:

[...] minha *anima* aparece quase sempre nos meus desenhos na *persona* de uma doce e lânguida prostituta envolta em corpete e ligas. Quando desenho algo que não é uma mulher, certamente será uma forma camuflada de *animus* (o ser masculino complementar da *anima*): touros, cavalos, galos, bodes, aves de rapina... Criaturas fálicas por excelência¹.

Iniciou sua carreira expondo na I Exposição Jovem Desenho Nacional, do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (1965). Em 1967, figura na IX Bienal de São Paulo. Participou do Panorama de Arte Brasileira, no Museu de Arte Moderna de São Paulo, em 1971, e também realizou sua exposição individual na Galeria Portal (São Paulo, 1972), despontando nos leilões de arte; na coletiva de Artistas Brasileiros; na Zegri Gallery, em Nova York; 1975: 6 Gravadores Brasileiros; no Festival de Spoleto (Itália); 1975: Informall Art Gallery, em Toronto, Canadá; 1978: I Bienal Latino-Americana, São Paulo; 1979: 25 Contemporary Brazilian Artists, em Tóquio; 1979 e 1980: Trienal del Grabado e Pintores Populares y 3 Grabadores de Brasil, no Instituto Nacional de Bellas Artes na cidade de Buenos Aires; 1980: Five From Brazil, na Boca Raton Center For The Arts Inc., na Flórida; 1982 e 1983: Litografias em Aachen, na Alemanha, e Litografias em Munique, na Galeria da Varig; 1986: Individual em Quito (Equador) no Colégio de Arquitetos de Pichincha, entre outras.

Durante o período da ditadura militar, não sofreu nenhuma perseguição como muitos de seus amigos contemporâneos. Guilherme acreditava que sua arte não tinha caráter político e já estava consagrada diante da burguesia e, embora fosse muito jovem, a burguesia pensava que o mesmo era um artista velho, no mínimo da geração de Volpi (década de 30-40); a carreira foi muito atípica, talvez um caso único na história da arte brasileira.

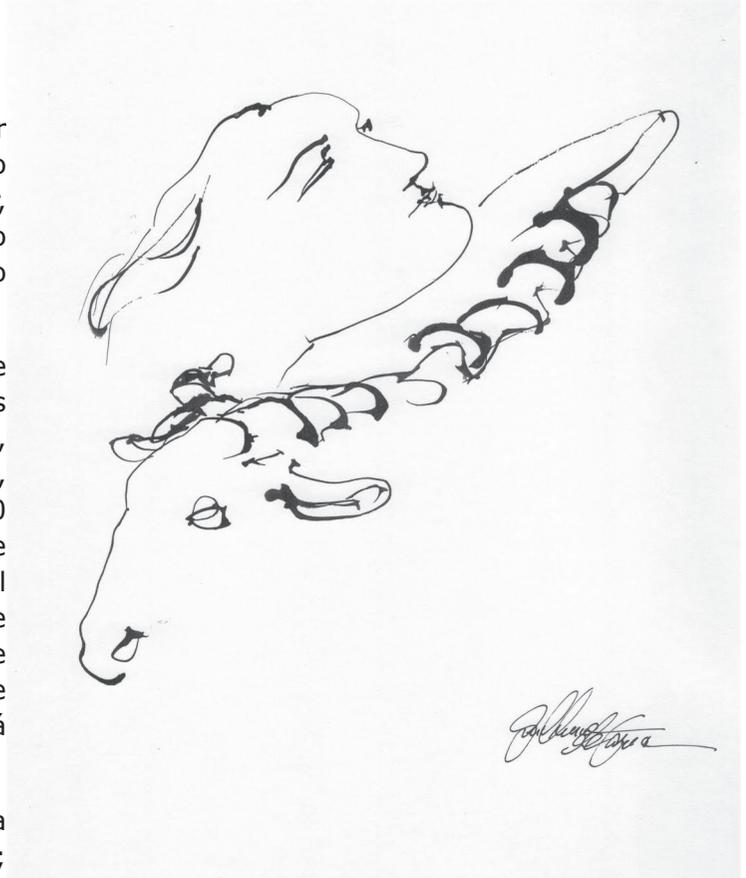
Quando seus desenhos começaram a aparecer nos leilões, em 1964, Guilherme tinha apenas 22 anos e os *marchands* escondiam sua idade e o colocavam ao lado de Flávio de Carvalho, Grassman, Ismael Nery e outros. Tratavam Guilherme como se fosse um artista já velho, em final de carreira, dada a maturidade precoce de sua arte.



Seus desenhos eram arrematados por altos preços nesses leilões. Quando procurado em casa, Guilherme relata que, ao atender, perguntavam se o seu pai estava, acreditando que Guilherme era muito moço para ser o artista procurado.

Na década de 80, Guilherme teve seu ápice e foi considerado um dos grandes ícones da gravura brasileira onde produziu, no período que compreende de 1978 a 1993, mais de 600 edições, o que totalizou 83.000 litografias originais gravadas em matrizes de pedra litográfica. Em 2010, a Caixa Cultural realizou uma mostra intitulada "Guilherme de Faria - Obra Gráfica", que teve como finalidade formar uma síntese da enorme produção de Guilherme de Farias, afastado da gravação há mais de 15 anos.

Desde julho de 2001, deu início a sua nova faceta, a de cordelista sertanejo; publica seus versos em folhetos ilustrados com xilogravuras. Os cordéis, ilustrados por Guilherme de Faria, são completamente diferentes das gravuras já conhecidas do público. Além disso, desde o ano de 2001, Guilherme de Farias vem se dedicando à divulgação da obra da poetisa e pintora gaúcha Alma Welt, que considera sua musa.



Do atelier à era dos curadores

Início da década de 60; o Brasil já respirava ares de modernidade com o governo JK, vínhamos de uma época denominada "anos dourados", cheia de um *glamour* ingênuo e dissimulado. A Bossa Nova era o carro chefe desse período levando o nome do Brasil para o exterior. Enquanto isso, as experiências das vanguardas nas artes plásticas passaram a existir sob uma ótica diferente das vanguardas europeias.

As vanguardas brasileiras da década de 60 tinham como poética questionar a instituição da arte, os salões, os museus e até mesmo as galerias, questionavam o passado acadêmico da semana de 22 que ainda era muito latente. Os modernistas de 22 sonhavam com a modernidade enquanto os concretistas da década de 50 viveram essa modernização.

Os concretistas tinham uma estética predominantemente abstrata-geométrica, espólio esse do construtivismo soviético. A vanguarda concretista tinha um interesse em dar um sentido social às obras por eles criadas.

Com o golpe militar de 1964 e o Ato Institucional nº 5, de 1968, a arte e os artistas criaram estratégias simbólicas e metafóricas para ter direito à liberdade de





expressão, acusar a mercantilização da arte, apontar para a necessidade de interação público/espectador e explanar a fragilidade da vida. Os anos 60 e 70 foram anos "loucos" e agitados pelo processo da ditadura militar. Havia muita perseguição e medo instaurado, qualquer manifestação artística era certamente interpretada como ato de subversão.

Um dos eventos artísticos mais importantes foi o *Do Corpo a Terra*, realizado no Parque Municipal de Belo Horizonte. "Troupas ensangüentadas", de Artur Barrio, onde as trouxas apareceram boiando num ribeirão, fazendo assim uma alusão à "desova" de pessoas torturadas e assassinadas nas prisões. Outro exemplo foi a "queima de animais vivos", de Cildo Meireles, também uma alusão aos assassinatos que ocorriam. Esses artistas usaram de sua ideologia para fazer um trabalho até então inédito no país.

Quando nos referimos aos 60/70 num âmbito da crítica de arte no Brasil, o nome mais respeitado e reconhecido é de Mário Pedrosa, figura fundamental nesse meio artístico, pois com as transformações que estavam acontecendo e com essa nova semântica surgindo e a busca dessa nova linguagem na arte, o papel do curador e crítico de arte foi fundamental pra essa circulação das obras e fez com que emergissem novos artistas.

Paralelamente a isso, na Suíça, Harald Szeemann realizou a exposição que pode-se dizer a divisora de águas: "Quando as atitudes tornam-se forma" foi realizada na Kunsthalle, Berna. Esta exposição trazia uma novidade no formato desmaterializado de trabalho, onde o processo de criação era tomado como obra de arte. Apenas a atividade do artista foi levada em conta, não aquela lista de nomes e muito menos o movimento e o conceito.

Entre esse misto de silêncio, subversão e experimentalismo é que ocorre uma reviravolta na arte, onde o corpo começa a ser o suporte da arte e não mais somente as telas.

Marcos Konder Reis e a formação da coleção I no MHI

Marcos José Konder Reis, poeta Itajaiense, nascido em 15 de dezembro de 1922, estudou com sua mãe que foi sua professora até os dez anos, depois seus pais o matricularam na escola franciscana em Blumenau (internato); de lá foi para Santos, em 1935, quando sua família para lá se transferiu.

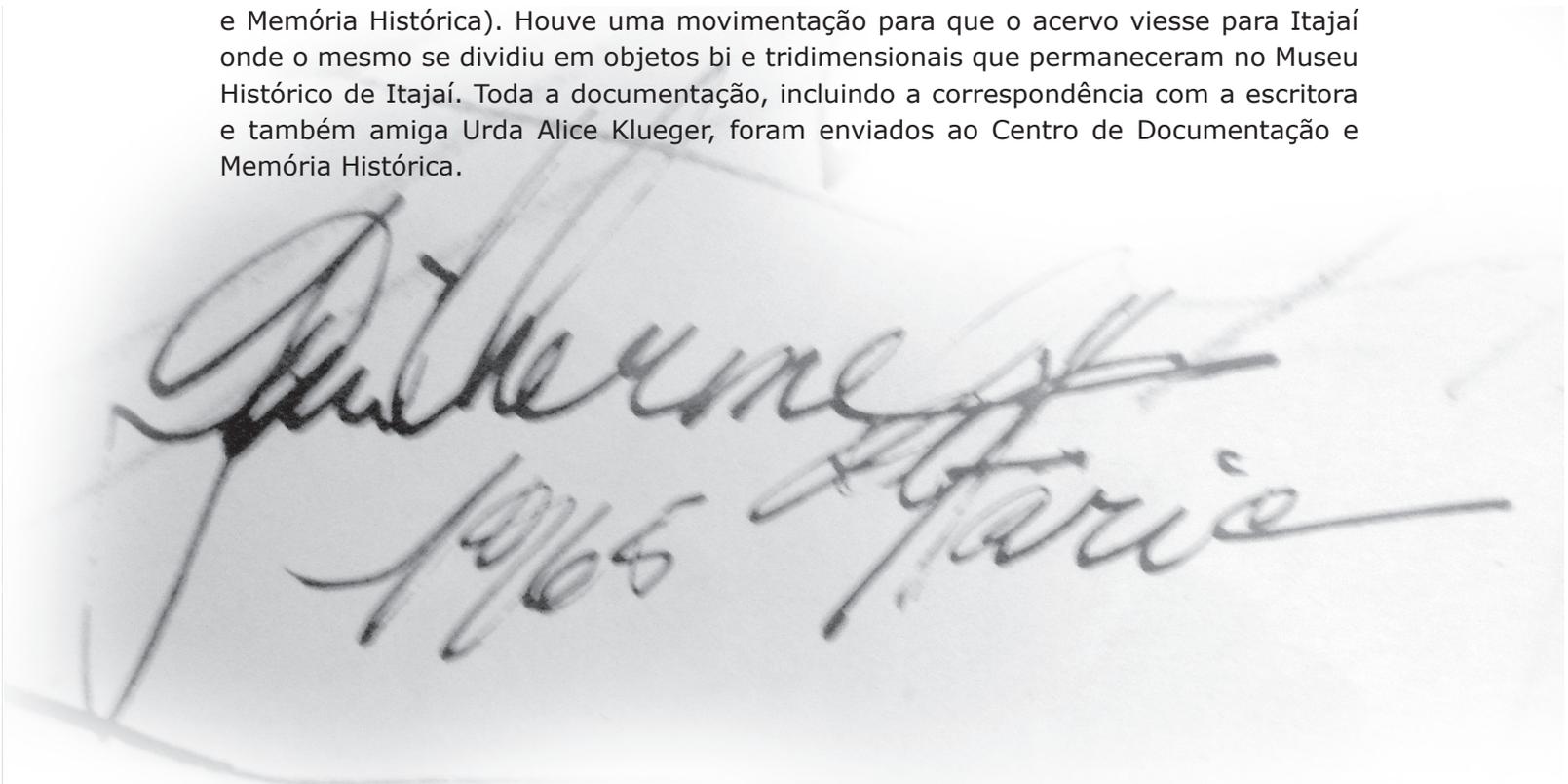
Quando terminou o ginásio, teve que optar por alguma profissão. Acabou escolhendo cursar Engenharia e muda-se para o Rio de Janeiro, onde se formou e por lá manteve residência. Em 1944, publicou seu primeiro livro intitulado "Intróito"; dentre suas publicações, o livro de crônicas "Caminho das Pandorgas" lhe valeu o prêmio Golfinho de Ouro de Literatura.

No Rio de Janeiro, Marcos Konder Reis tinha amigos de todas as áreas artísticas, dentre eles os escritores Lucio Cardoso, Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende, os artistas Guilherme de Faria, Athos Bulcão, Jacinto de Moraes. Morreu no Rio de Janeiro vítima de enfarto cardíaco agudo, a 11 de setembro de 2001.

Seus objetos pessoais, dentre eles, um acervo iconográfico que é formado por artistas de relevância para a arte brasileira, como Athos Bulcão, Guilherme de Faria e Antônio Maia, doados após sua morte ao Museu Histórico de Itajaí, passaram por um processo de inventário e catalogação tornando-se a primeira coleção do Museu Histórico de Itajaí (Coleção I) devidamente documentada.

Uma coleção possui vários significados. As primeiras coleções começaram como espólio de guerra, reforçando a superioridade dos vencedores sobre os vencidos, dando a eles *status* e prestígio social. Alguns teóricos do colecionismo defendem que recolher objetos é como se recolhessem pedaços do "mundo", onde se quer envolver uma sociedade que faz parte da realidade e da história.

O acervo chegou ao museu no ano de 2004, porém, já havia uma discussão e uma vontade, por parte da família, que o acervo estivesse aqui em sua cidade natal, durante o ano de 2003, segundo o que consta nos livros atas da Fundação Genésio Miranda Lins (mantenedora do Museu Histórico de Itajaí e do Centro de Documentação e Memória Histórica). Houve uma movimentação para que o acervo viesse para Itajaí onde o mesmo se dividiu em objetos bi e tridimensionais que permaneceram no Museu Histórico de Itajaí. Toda a documentação, incluindo a correspondência com a escritora e também amiga Urda Alice Klueger, foram enviados ao Centro de Documentação e Memória Histórica.



No caso da Coleção do Poeta Marcos Konder Reis, a reunião desse acervo foi de suma importância para o reconhecimento do mesmo dentro de sua cidade natal, onde seu trabalho e sua figura não são conhecidos e que, atualmente, o Museu Histórico de Itajaí, com posse desse acervo, realiza uma exposição mostrando sua trajetória crítica, particular e social.

Conservação de acervos: uma descoberta a cada obra

O Museu Histórico de Itajaí trabalha no viés da Conservação Preventiva e da Conservação Curativa, não realizando ainda grandes intervenções restauradoras. A Conservação Preventiva refere-se a ações que tem como alvo evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas no acervo. São realizadas no todo ou na área circundante ao bem, o que é mais freqüente, e também em um grupo de bens. Estas medidas e ações são indiretas, não interferem nos materiais e nas estruturas dos bens. Não modificam sua aparência.

Já a Conservação Curativa é aplicada de maneira direta sobre um bem ou um grupo de bens culturais. Tem como finalidade deter os processos danosos presentes ou reforçar a sua estrutura. Estas ações somente se realizam quando os bens se encontram em um estado de fragilidade adiantada ou estão se deteriorando a um ritmo elevado, podendo perder-se em um tempo relativamente curto. Estas ações, às vezes, modificam o aspecto dos bens.

O trabalho na Coleção I começou com a Conservação Preventiva, onde todos os acervos de obras de arte da coleção foram deslocados ao setor de Conservação e Restauro para serem higienizados e feito um diagnóstico prévio. O primeiro passo foi o levantamento, em ficha, para ver qual era o estado inicial das obras e como elas estavam cinco anos depois da chegada ao museu, sendo que algumas obras pegaram água devido à sobrecarga no sistema de calhas, ocasionando extravasamento das mesmas, que acarretou danos ao estuque da sala da Reserva Técnica após uma chuva em fevereiro de 2007.

Algumas obras tiveram que passar por higienizações químicas, sucedendo assim o trabalho de Conservação Preventiva para o trabalho de Conservação Curativa para retirada de fungos. A obra de Antônio Maia teve que ser removida da moldura com vidro, pois a mesma apresentava fungos e acidificação no papel e a tinta da serigrafia já estava marcando o vidro; não somente esta obra, bem como outras que tem como suporte o papel, passando assim pelo mesmo tratamento devido ao mesmo problema. Foi realizada uma higienização com borracha e após esse processo as obras foram acondicionadas em papel de PH Neutro.

Contando apenas com a procedência, dimensões, nome da obra e, em alguns casos, sem qualquer outra informação, fui à busca de fontes no próprio acervo, desde as assinaturas dos artistas até as dedicatórias ao poeta e amigo. Dentre essas assinaturas, uma me chamou mais a atenção, não só pelo próprio desenho, mas também pela quantidade



de obras. O acervo, composto por obras de artistas diferente em épocas até próximas, em sua maioria tinham uma dedicatória ao poeta, tornando assim mais fácil a busca por informações e também respondendo algumas perguntas sobre a natureza do acervo e a relevância daquele acervo dentro da arte brasileira e para o Museu Histórico de Itajaí.

Porém, dentre essas obras, as que mais chamaram a atenção não expunham nenhuma dedicatória, não apresentavam nenhuma informação na ficha e eram duas obras que tinham uma linguagem estética parecida. Anotei o nome que constava na assinatura e fui à busca de mais informações, descobrindo assim que aquelas duas gravuras eram de Guilherme de Faria.

Acabei encontrando mais do que imaginava: o artista possui uma página numa rede social onde faz a divulgação de seu trabalho e onde, desde então, comecei a estabelecer um diálogo com o artista, não somente sobre a ligação dele com o poeta Marcos Konder Reis, mas também sobre seus trabalhos e sua produção atual. Guilherme revelou que era grande amigo de Marcos e ficou surpreso ao saber que o "Marcos", como ele mesmo chama, possuía essas gravuras onde, atualmente, se encontram expostas no Museu Histórico de Itajaí.

O trabalho de pesquisa nesse acervo deu uma motivação a mais: fez surgir questionamentos quanto ao modo em que os acervos são acondicionados no Museu Histórico de Itajaí, a importância de se ter um diagnóstico para os futuros profissionais e também para a organização dos inventários, onde os mesmos criam demandas de pesquisas bem como organizam as informações.

Referências

- REIS, Paulo. Arte de vanguarda no Brasil. Os anos 60. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- CANONGIA, Ligia. O legado dos anos 60 e 70. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- ALAMBERT, F. & CANHÊTE. P. As Bienais de São Paulo: da era dos museus á era dos curadores. São Paulo: Boitempo, 2004
- RIDENTI, M. 'Artistas e intelectuais no Brasil pos-1960. Tempo social vol. 17. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a03.pdf>
- PÁSCOA, L.V. B. Concretismo e Utopia: A vanguarda Artística nos anos 50. Disponível em: http://www.revista.uea.edu.br/abore/artigos/artigo_LucianePascoa.pdf
- BUENO, Maria Lúcia. O mercado de galerias e o comércio de arte moderna: São Paulo e Rio de Janeiro nos anos 1950-1960. Soc. estado. [online]. 2005, vol.20,n.2,pp.377-402. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922005000200006&script=sci_abstract&tlng=pt
- Guilherme de Faria. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/perfis/guilherme-de-faria>
- Dez frases do Guilherme de Faria sobre o seu desenho. Disponível em: http://desenhosdeguilhermedefaria.blogspot.com/2010_06_01_archive.html
- Guilherme Caubi de Faria. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/patrimonioartistico/sis/leartista.php?id=33>
- Guilherme de Faria. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/perfis/guilherme-de-faria>

Notas

- 1 Dez frases do Guilherme de Faria sobre o seu desenho.
Obs.: os desenhos deste artigo foram cedidos pelo artista.



Meretrizes no Morro Cortado: representações da prostituição na imprensa escrita, Itajaí/SC (1950-1980)

*Priscila Regina Carneiro Grimes
Licenciada em História (Univali)*

Da limpeza da cidade à moralização dos costumes

Itajaí, em meados do século XX, era uma cidade pequena, mas crescia gradativamente em vários setores¹. A intensidade do processo de urbanização e higienização ecoava distante nas ruas e praças², mas o ideal de “limpeza e modernidade” mantinha-se vivo na máquina de escrever dos articulistas dos jornais itajaienses. Nas páginas do jornal **O Libertador**, uma crítica ferrenha ao aspecto dos estabelecimentos da cidade simboliza esta preocupação:



Nem tudo acompanhou a evolução da nossa cidade, que cresce dia a dia. Referimo-nos no momento a alguns bares, restaurantes e cafés de Itajaí. Há estabelecimentos bem no centro da cidade que apresentam horrível aspecto. Chão, mesas e copos imundos, além dos desajeitados garçons, sempre envergando uniformes onde residem diferentes espécies de micróbios. [...]³.



Não poderia ser aceito que uma cidade "moderna", que evoluía a cada dia, mantivesse estabelecimentos comerciais em desacordo às demais cidades inspiradoras do ideal de civilização⁴. As reclamações não se restringem aos restaurantes e bares, o comércio informal também será alvejado pelas críticas jornalísticas, como podemos ver na matéria "Comércio e fisco prejudicados":

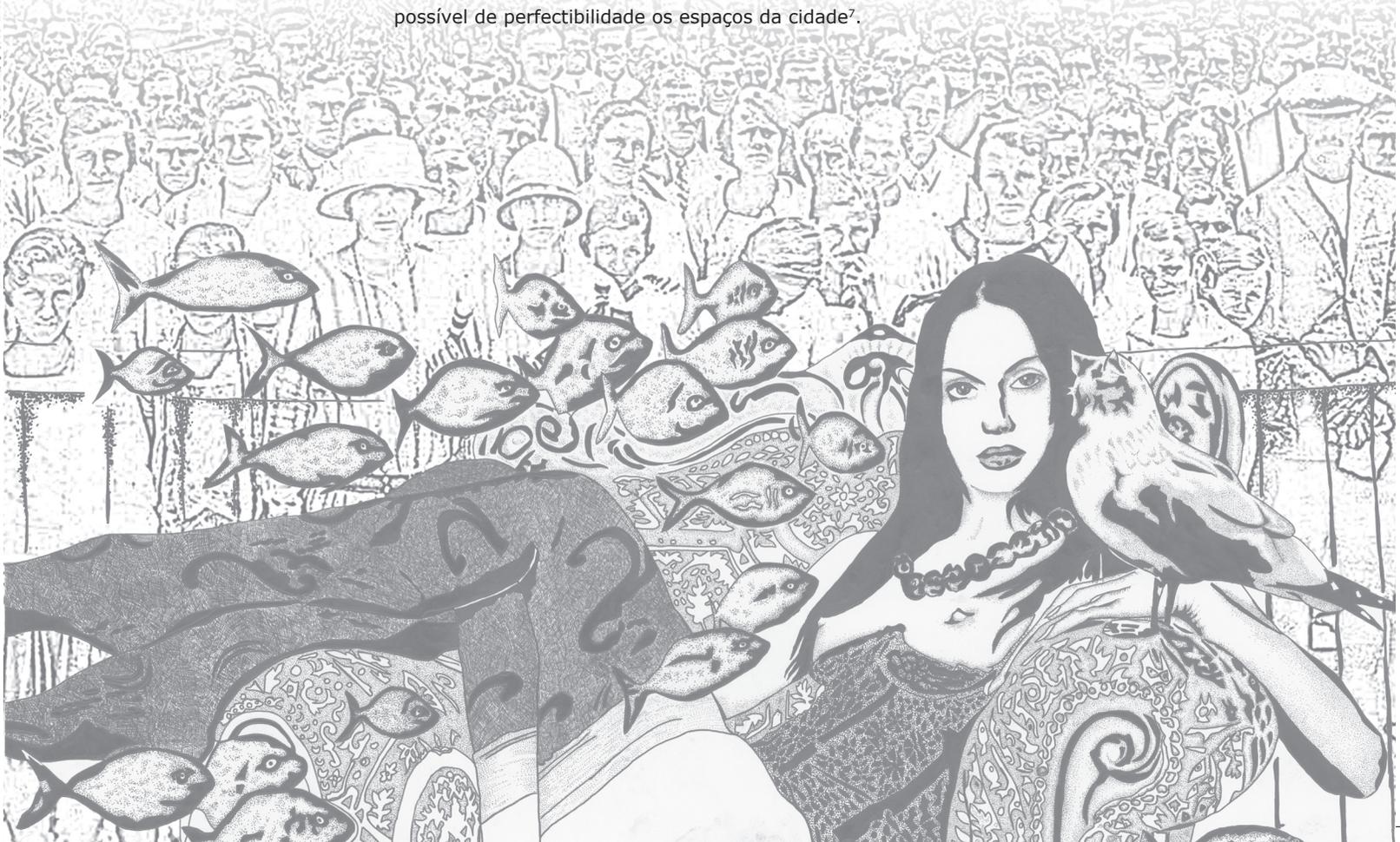
Em vão temos aqui chamado a atenção de quem de direito contra o abuso de vendedores ambulantes e camelôs que vivem a explorar a boa-fé do consumidor, prejudicando seriamente o comércio que paga seus impostos e está sujeito a toda sorte de ônus. Contra as licenças concedidas as barracas, baiúcas e bancas também temos em vão reclamado. Cada dia aumenta mais, proliferando pela cidade, como os mosquitos que nos martirizam. [...]⁵.

Seja dos “micróbios” nas roupas dos garçons ao “abuso” dos vendedores ambulantes que “prolifera como os mosquitos”, a necessidade de “sanear” a cidade é veemente para obtenção dos resultados almejados. Todos os aspectos associados à imagem cidadina vão passar pelo crivo da imprensa, que colabora com a construção da cidade “ideal”. E para construir essa cidade almejada pelo poder público, Itajaí vai ser devassada pelos olhares dos articulistas. À imprensa é atribuída a tarefa de fiscalizar a cidade, conforme a coluna “Rabiscando aos sábados”, do **Jornal do Povo**:

A imprensa além de ser um órgão fiscalizador das coisas públicas e, sobretudo, eficiente colaboradora dos que estão à frente da administração [...] Exerce, pois, uma tarefa muito importante e constitui na afirmação do Gal. Góes Monteiro o 4º poder da Nação. Portanto, as suas críticas, as suas observações, os seus reparos devem ser levados em conta, não desprezando como fazem alguns, na suposição de que assim agindo tira-lhe a justeza da suas reivindicações ou de seus comentários. [...]⁶.

As funções da imprensa não se restringem em fiscalizar as “coisas públicas”, mas também, vigiar e controlar os usos que os moradores fazem dos espaços da cidade. Os hábitos que não estivessem de acordo com as normas exigidas para uma cidade “moderna e industrializada” seriam proibidos e repelidos pelos agentes fiscalizadores do progresso, aqui especificamente os articulistas dos jornais da cidade. O historiador Francisco Braun Neto ajuda-nos a refletir sobre as mudanças ocorridas na busca pela cidade “ideal”:

A ordenação do espaço urbano parece estar articulada a uma política mais ampla e não somente a um reflexo dos centros urbanos. Está se articulando um novo desenho, uma outra escrita da cidade. [...] Uma nova sensibilidade vai instituindo-se no meio urbano, ou seja, a cidade também se torna objeto de uma discursividade preocupada em tornar possível de perfectibilidade os espaços da cidade⁷.



Essa nova sensibilidade implica na adequação dos hábitos da população a novos códigos de conduta. "Limpar e moralizar" são as ações estampadas na bandeira levantada pelo poder público, pelo clero e pela imprensa. Podemos perceber nas entrelinhas da matéria "limpeza na cidade", que "limpeza" está aqui associada aos hábitos daqueles que frequentam os espaços públicos,

Podemos informar que, atendendo aos pedidos que lhe vêm sendo dirigidos desde já pelo clero, autoridades e pelo povo em geral [...] deverá o sr. Valdevino Cordeiro, no dia mesmo da sua posse, proceder a autêntica LIMPEZA no organismo policial local e bem assim na cidade, numa campanha de moralização⁸.

Situação delicada a do delegado. Em seu primeiro dia de trabalho tinha a tarefa de fazer uma "limpeza" na corporação policial e moralizar a cidade. Talvez a moralização dos policiais, reclamada pela imprensa, se referisse aos hábitos impróprios que andavam ocorrendo, como a denúncia sobre a frequência de policiais numa casa de tolerância clandestina: "Entre seus "habitués" havia elementos de nossa "Scotland Yard"... Certa noite, [...] o "jeep" da Delegacia parou defronte o conventilho. Seus ocupantes penetraram no "estabelecimento" e lá permaneceram, portas fechadas, cerca de quatro horas [...]"⁹. Não deveria ser a tarefa destes policiais fiscalizar e proibir a permanência das casas de tolerância?

A moralização não se restringia à polícia, mas deveria contemplar toda a cidade. E, para moralizar, é necessário extirpar determinados hábitos e produzir outros, condizentes ao novo *status* da urbe, pois "A cidade normatizada necessita ter os seus habitantes inseridos nessa discursividade [...]"¹⁰. Na coluna "coisas da cidade", do jornal **O Libertador**, podemos perceber a condenação de certas ações que ocorrem nos espaços públicos: "A praça 'Irineu Bornhausen' está sendo o ponto preferido dos 'paus d'água' de Itajaí, que fazem daquele jardim o seu 'Café Society'"¹¹. Definitivamente não poderia ser tolerada a permanência de bêbados, e logo na praça, que é instituído como local privilegiado de sociabilidades e do "footing"¹² dos jovens da cidade.

Além dos moradores, Itajaí contava com uma população móvel, composta pelos tripulantes dos navios que atracavam no porto e permaneciam por alguns dias até o carregamento das embarcações¹³. Os marinheiros aparecem na imprensa como personagens indesejáveis¹⁴, principalmente ao provocar desordens na cidade, como salientou o articulista: "Na noite de terça-feira, um grupo de oito tripulantes do navio inglês Roscoe, promoveu uma verdadeira baderna na cidade, depois de encher as fuças de bebidas. Intervindo a polícia, teve ela dificuldades para conter os turbulentos, que afinal foram recolhidos ao xadrez [...]"¹⁵.

As queixas e denúncias veiculadas pelos periódicos têm papel importante em auxiliar o poder público na construção da cidade desejada; os articulistas são "[...] sabedores de que as autoridades municipais não se omitem nem se acomodam diante de qualquer questão que possa entravar o desenvolvimento e embelezamento da cidade"¹⁶.

No processo de modernização da cidade, percebemos a necessidade de disciplinar o espaço urbano. Esse disciplinamento ocorre através do controle dos espaços

públicos, da vigilância dos comportamentos, e da produção de novas subjetividades para circulação nesses espaços. Disciplinar o espaço urbano é organizar, separar os lugares, os indivíduos. Segundo Michel Foucault, "O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa [...]"¹⁷. A imprensa colabora com o processo de disciplinamento, pois aparece como dispositivo de controle dos cidadãos quando aciona seu olhar "vigilante e ininterrupto"¹⁸.

O disciplinamento do espaço urbano vai instituir lugares específicos para os personagens cidadãos. São criadas regras que determinam a permissão/proibição da circulação nos espaços públicos da cidade. Existe uma separação rígida e hierárquica dos espaços que não podem se confundir; como alerta, o articulista ao se queixar "[...] das mariposas¹⁹ fazendo "footing" em plena Rua Lauro Müller, depois das vinte e uma horas. Aos domingos [...] elas "voam" sem ninguém as incomodar. [...] As famílias que residem naquela rua, estão proibidas de vir à janela, devido cenas degradantes [...]"²⁰.

As fronteiras criadas para separação dos espaços ocupados pelas "mariposas" e pelas "famílias" são fluidas, o que permite que a Avenida Marcos Konder seja citada como "*lugar praticado*"²¹ do baixo meretrício,

Com tristeza estamos escrevendo esta nota, porque Itajaí, uma cidade pequena como é, não pode continuar assistindo ao baixo meretrício que está se fazendo na Avenida Marcos Konder. Ali, das sete da noite em diante, o espetáculo é desolador. Numa capital ele não seria percebido, mas a nossa população não está preparada para assisti-lo sem uma natural reação. O caso precisa de medidas enérgicas e corretivas e para isso chamamos a atenção das autoridades policiais²².

A circulação nos espaços públicos é questão importante para a consolidação da identidade da cidade. O disciplinamento do espaço urbano culminou numa campanha de retirada dos "indesejáveis" das ruas. Entre eles, as meretrizes, que faziam da rua seu local de trabalho.

Meretrizes só no Morro Cortado

O meretrício espalhado pela cidade era preocupação das autoridades, da imprensa e da "família itajaense" desde a década de 1950.

A família itajaense faz um apelo, por nosso intermédio, às competentes autoridades no sentido de que seja tomada uma enérgica e imediata providência contra o abuso que se vem verificando, no centro da cidade, com as cenas imorais e degradantes provocadas por mulheres de vida fácil. Observa-se mesmo que houve uma verdadeira invasão dessas mulheres não só nas ruas principais da cidade, como nos cinemas, bares, cafés, etc. [...] ²³.

As prostitutas são representadas como um perigo às famílias, por levarem à público "cenas imorais". Os moradores não aceitavam o "[...]" que se vê em plenas vias públicas, em que mulheres vem negociar a sua carne, sem respeito algum às famílias,

si não já bastasse os "rendez-vous" que funcionam às escancaras. [...]”²⁴. A prostituição só incomodava a população enquanto espalhada pela cidade desordenadamente, pois havia o perigo de misturar o espaço da família com o da "sexualidade desregrada"²⁵. "A prostituta é, no caso, a alteridade perversa que, a partir do feminino sem peias e sem controle, ameaça todo o corpo social"²⁶.

Para resolver esse problema, a medida adotada pelas autoridades municipais foi a transferência das meretrizes para um bairro afastado das famílias e do centro. "[...] no Município, só há um bairro que não é familiar: - o "terreno cinzento" da Cidade, a descida do Morro Cortado onde se encontram confinadas e onde são policialmente toleradas as heteras [...]"²⁷. A premissa era que se estivessem afastadas o suficiente dos "bairros familiares" e do centro da cidade, não contaminariam o "organismo social". Para o discurso médico, a prostituição se classificaria como "perversão (a doença física); a depravação (a doença moral); e o comércio do corpo (a doença social)"²⁸. Associada às doenças, a prostituição deveria ser controlada para não contaminar a cidade.

Os periódicos alertavam que a contaminação já estava ocorrendo: "Antros de perdição empestam Itajaí, casas de tolerância tomam conta da cidade!"²⁹, "[...] nem os cafés do centro da cidade, foram poupados. Estão sendo infestados das pobres mulheres que fazem do seu corpo comércio [...]"³⁰. Como refrear a contaminação, se as prostitutas "infestavam" o centro e os "antros empestavam" a cidade?

O meretrício espalhado pela cidade não seria tolerado, pois existia uma área delimitada para a prostituição. As prostitutas que exerciam suas atividades fora da zona do meretrício eram punidas, conforme a notícia "Meretrício": "Atendendo reclamação formulada em abaixo assinado de cerca de 20 moradores da Rua Uruguai, prenei LOLA BATISTA e GASSI BRAZ, [...] por exercerem o meretrício fora da zona delimitada"³¹.

A vigilância e o controle sobre o comércio sexual eram intensos, mas as meretrizes subvertiam as regras e freqüentavam locais proibidos à sua circulação, apesar de rechaçadas, "O Parque de Diversões Florianópolis, armado atrás da Igreja Nova, todas as noites está apinhado de gente. Em meio às famílias são vistas numerosas "mariposas"; mas ontem, a nossa polícia fez ali uma verdadeira limpeza, prendendo 14 delas"³².

Combatidas, excluídas e segregadas, as prostitutas eram alvos constantes da imprensa, dos moradores e da polícia. Aceita como "mal necessário"³³, a prostituição era tolerada como situação inevitável para uma cidade portuária.

Itajaí é, atualmente, um porto internacional. No momento estamos, no porto, com cerca de sete navios atracados. A marinhagem é numerosa e a cidade fica nesse caso, enfrentando um problema muito sério, de aspecto nitidamente social. Que as reúna, num ponto afastado, recolhendo-as do centro da cidade, essas mulheres que tanta preocupação causam às famílias, que já receiam ir à rua ou frequentar uma casa de diversões públicas³⁴.

As representações das prostitutas na imprensa definem quais insígnias denotariam as diferenças existentes entre as mulheres de "vida fácil" e as mulheres de "família". Ao se apropriarem de símbolos que remetiam às moças de "família", as "mariposas" eram duramente criticadas.

[...] O diabo foi que ela fardou sua equipe de "garçonetes" com uniforme bastante semelhante ao usado pelas alunas do Colégio das Irmãs: - saia e blusa de cor parecida, às vezes com gravata e às vezes sem a dita, boina, etc. As raparigas assim trajadas são o chamariz da "casa". Assim vestidas perfazem "comissão de recepção" a marujos do Porto. [...] O leitor que tem filhas escolares, que usam uniformes agora profanados pelo que se acaba de relatar, já imaginou a hipótese de, um dia, voltando das aulas, retardatárias, por uma rua àquela hora solitária, uma inocente e pura garota colegial de verdade, ser "abordada" por um marinheiro estrangeiro, por exemplo, que, meio embriagado pelo álcool e pelos instintos, pensa que se lhe está a deparar uma "garçonete"?[...]³⁵.

O uniforme do "colégio das irmãs" sendo utilizado por "garçonetes", como atrativo para clientela, deve ter causado muita repercussão na cidade. A indumentária que identificava as meninas "puras" era maculada pelo uso das meretrizes, e pior, havia a possibilidade das "inocentes colegiais" serem confundidas nas ruas com "mariposas".

Os periódicos ressaltam a incompatibilidade entre maternidade e prostituição. Por manterem uma vida "imoral e degradante" lhes seria negado exercer o principal papel feminino, gerar e criar os filhos³⁶.

Em um ninho de meretrizes da Praça do Mercado, foi constatado terça-feira última, uma das meretrizes em companhia de sua filhinha de nove ou dez anos, no próprio quarto onde exerce a profissão. Já que até o presente momento não foi possível ser extinto daquela Praça, tão perniciosos "hostes", poderia pelo menos ser evitado a permanência de menores, que bem merecem um futuro melhor³⁷.

A permanência da filha da meretriz no seu local de trabalho deve ter escandalizado as mães itajaienses. Como poderia uma prostituta ser mãe e manter sua filha em lugar “tão pernicioso”? A impossibilidade, enfatizada pelo articulista, da meretriz dar um “futuro melhor” a sua filha é baseada no discurso médico, que define a prostituta

[...] através da oposição ao papel de esposa/mãe. O instinto sexual não controlado geraria a perversão e/ou a depravação, comprometendo não só a capacidade orgânica mas também a capacidade moral da mulher para conceber e gerar filhos. [...] Moralmente doente, a prostituta seria conduzida a escolher a esterilidade, negando-se a exercer o papel de mãe concebido pelo médico como única função capaz de conferir um sentido à vida da mulher³⁸.

As prostitutas são consideradas o oposto das “mulheres de família”, lhes é negada a maternidade, única função que honraria a condição feminina. Associadas à imoralidade e a depravação, as meretrizes estão sempre vinculadas às notícias policiais ou a moralização da cidade.

“Moralizando os costumes”

O atual Delegado de Polícia, sr. Pedro Francisco Benedeck, vem de baixar uma Portaria regulamentando o funcionamento de casas suspeitas sitas no centro da cidade, principalmente na Rua Blumenau, onde existe um grande número de botequins frequentado, tanto durante o dia, como à noite, por malandros, maçonheiros, alcoólatras e mariposas. E de quando em quando surgem algazarras, brigas, que se estendem, às vezes, até altas horas da madrugada, perturbando o sossego de famílias que ali residem. É bem possível que seja escalado um policiamento capaz de colocar um paradeiro nesse abuso, em face da Portaria aludida, que também prevê eliminar a prostituição que prolifera justamente nestas casas, chamadas “fogões de gato”³⁹.

As “mariposas” são comparadas aos “malandros” e “alcoólatras”, são os personagens que maculam a imagem cidadina, com suas “algazarras”, “perturbando o sossego das famílias”. A historiadora Sandra Pesavento, ao analisar os periódicos porto-alegrenses no final do século XIX, também se deparou com essas relações: “Há que registrar as associações que se estabelecem [...] evidenciando a correspondência de uma extração social baixa com o comportamento condenável”⁴⁰. Classificar os indivíduos e determinar quais seriam excluídos dos espaços citadinos eram ações pretendidas pela imprensa e pelo poder público para limpar e moralizar a cidade.

Considerações Finais

Uma cidade não é construída apenas pela materialidade das edificações, do traçado das ruas, dos limites territoriais, mas também pelo uso que os habitantes fazem dos espaços públicos. A identidade cidadina está relacionada às ações dos moradores, as atividades desenvolvidas em cada lugar. Essa ligação entre a identidade da cidade e os hábitos da população, influenciou no disciplinamento do espaço urbano e das condutas.

Também em Itajaí, a exemplo de outras cidades, foram feitos esforços no sentido de “disciplinar” a maneira de ser das pessoas, através de articulistas dos jornais, leis e Códigos de Posturas. Tentaram, assim, edificar a cidade idealizada. Entretanto, sabemos que, apesar de tantos esforços, a governabilidade não se saiu de todo vitoriosa, visto

que boa parcela da população continua nas ruas mantendo relações de sobrevivência, e, cidade portuária que é, persiste com todos os embates candentes⁴¹.

Na busca pela cidade “ideal”, a imprensa colaborou ao dar “voz” às reclamações dos moradores cobrando ações da polícia e das autoridades municipais, e ao apoiar as campanhas de limpeza e moralização dos costumes. A limpeza da cidade requeria a exclusão de determinados personagens citadinos dos espaços públicos. As prostitutas estavam incluídas nos grupos que foram rechaçados e segregados na cidade. Esse quadro não é exclusivo de Itajaí, outras cidades brasileiras passaram por esse processo de confinamento da prostituição.

A historiografia tem narrado esta trajetória do crescimento das cidades que vem acompanhada da transferência das áreas de prostituição para as periferias que, a cada dia, se distanciam mais dos centros. As soluções urbanas são as mais diversas: ruas dedicadas para estas atividades, casas autorizadas pela polícia sanitária, regiões chamadas “zonas” são criadas. No intuito de “limpar” o centro das cidades, estas atividades são afastadas, mas retornam invariavelmente, mostrando o fracasso retumbante destas políticas públicas⁴².

A imprensa itajaiense retratou as campanhas para o afastamento da prostituição do centro e dos bairros familiares. Junto com a polícia, as autoridades municipais e o clero, combateu a circulação das meretrizes nos espaços públicos. As representações da prostituição nos periódicos estiveram sempre associadas à contaminação da cidade e a depravação dos costumes, sendo considerada uma ameaça constante as famílias.

A zona do meretrício foi criada com o intuito de controlar e ocultar a prostituição. Localizada num espaço distante do centro, ela deveria limitar a circulação das prostitutas em outros espaços. As notícias dos jornais evidenciam que esse espaço circunscrito, criado para o meretrício, não era respeitado pelas “mariposas” que diariamente subvertiam as ordens do poder público e “voavam” pela cidade.

Notas

1 Sobre o crescimento da cidade na década de 1950 e as mudanças decorrentes desse processo ver: Fáveri (1999, p.61-4).

2 Sobre o processo de urbanização e modernização da cidade nas primeiras décadas do século XX, ver os trabalhos de: Braun Neto (2001), Fáveri (2001) e Severino (1999).

3 **O Libertador**, Itajaí, 01 de março de 1956, nº 10, p.1. Todos os jornais citados nesse artigo fazem parte do Acervo do Centro de Documentação e Memória Histórica/Arquivo Público de Itajaí (CDMH/API).

4 Rio de Janeiro e São Paulo eram exemplos de grandes centros urbanos, referenciais de progresso e civilização.

5 **O Libertador**, Itajaí, 26 de fevereiro de 1959, nº 160, p.1.

6 **Jornal do Povo**, Itajaí, 14 de junho de 1969, nº 1575, p.1

7 (2001, p.30).

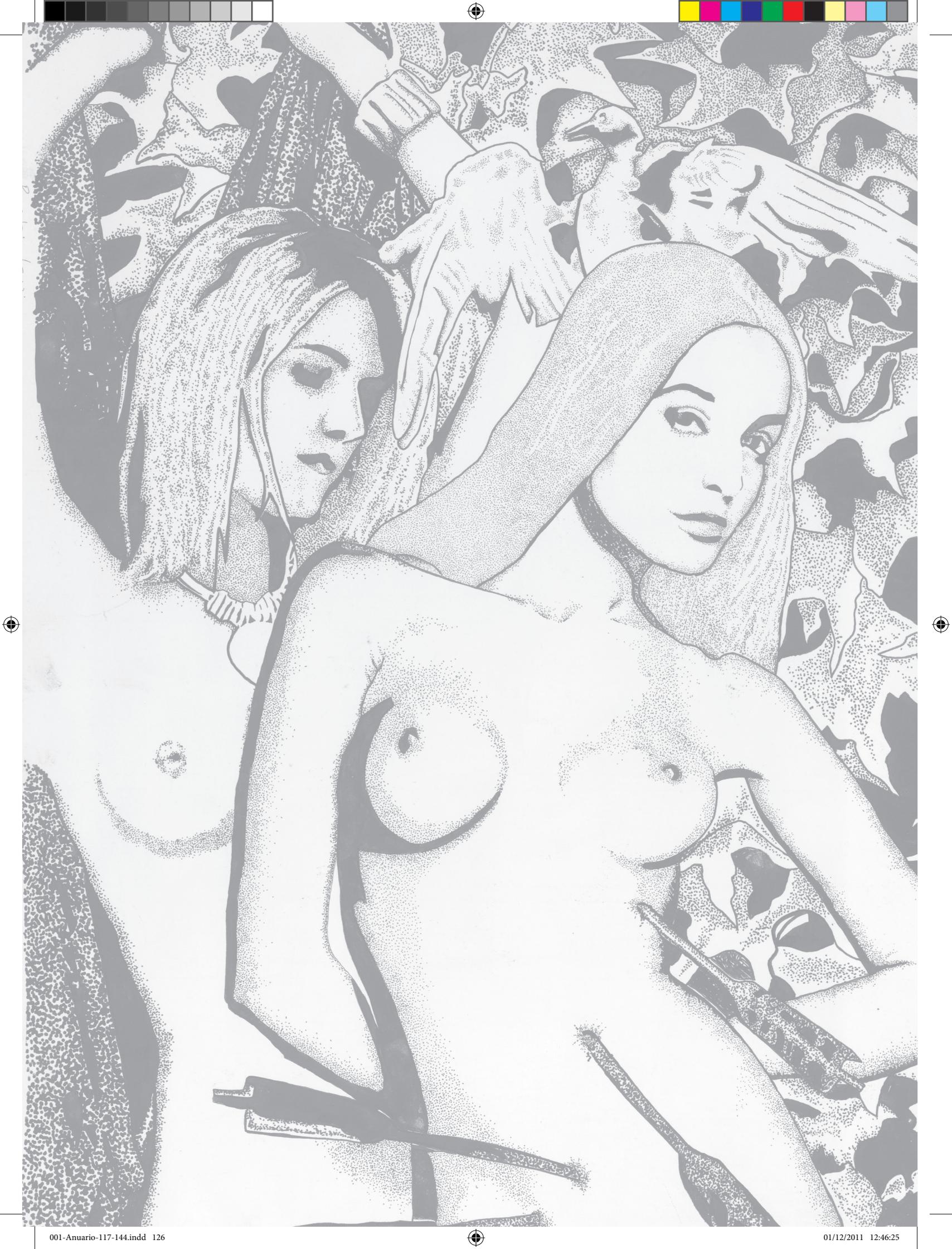
8 **Tribuna do Povo**, 03 de agosto de 1960, p.1.

9 **O Popular**, 21 de agosto de 1959, nº 35, p.1.

10 (BRAUN NETO, 2001, p.32).

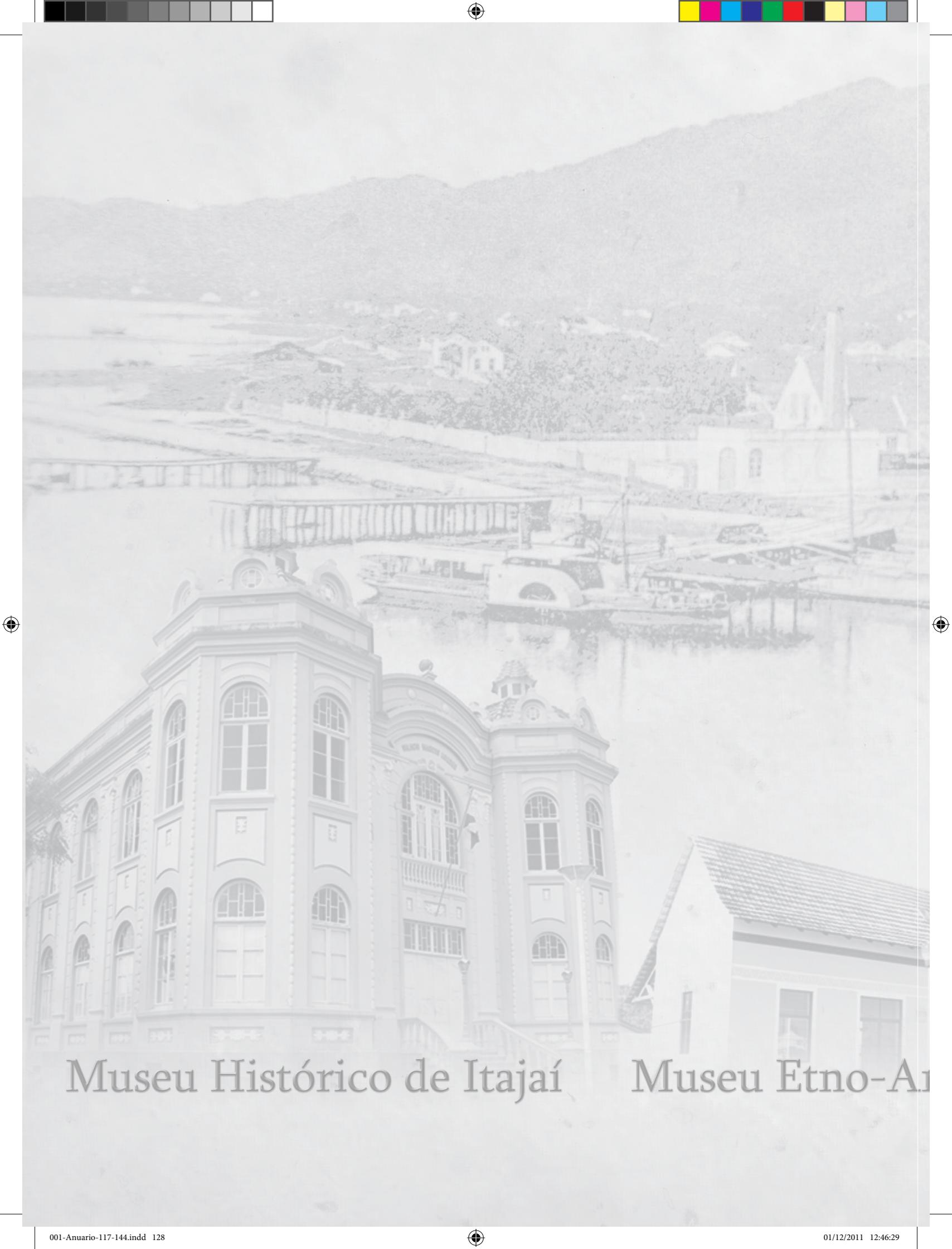
11 **O Libertador**, Itajaí, 03 de maio de 1956, nº 19, p.2.

12 Segundo a historiadora Marlene de Fáveri (1999), “As memórias evidenciam a existência do ‘footing’, lugar sempre lembrado como tendo sido espaço importante para sociabilidade dos jovens.” (p.100); “Praticado em Itajaí, desde o início do século, o ‘footing’ foi constante até na década de 1960” (p.101).



- 13 Sobre os trabalhadores portuários e a relação da cidade com o porto ver: Silva (2004).
- 14 Segundo Pesavento, "Os chamados *indesejáveis, perigosos, turbulentos, marginais* podem ser rechaçados e combatidos como o inimigo interno [...]". (2001, p.12).
- 15 **O Libertador**, Itajaí, 07 de maio de 1959, nº 170, p.1.
- 16 **Jornal do Povo**, Itajaí, 03 de setembro de 1966, nº 1457, p.1.
- 17 (2004, p.123).
- 18 Fazemos referência ao panoptismo analisado por Foucault. A vigilância ininterrupta e invisível teria o efeito de auto-disciplinamento nos indivíduos. Sobre o panoptismo ver: Foucault (2004, p.162-87).
- 19 Mariposa é uma das representações utilizada pela imprensa ao se referir as prostitutas.
- 20 **Jornal do Povo**, Itajaí, 19 de fevereiro de 1956, nº 979, p.1.
- 21 Segundo Michel de Certeau, "Em suma, *o espaço é um lugar praticado*. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres [...]", (2000, p.202).
- 22 **Jornal do Povo**, Itajaí, 04 de março de 1972, nº 1702, p.6.
- 23 **Jornal do Povo**, Itajaí, 17 de março de 1957, nº 1034, p.1
- 24 **Jornal do Povo**, Itajaí, 28 de abril de 1957, nº 1039, p.1.
- 25 "Estreitamente vinculada às idéias de prazer excessivo e não-reprodução, a prostituição é inserida pelo médico no espaço da sexualidade pervertida. Deste modo, a prostituta é classificada [...] entre os tipos que apresentam um comportamento sexual desviante [...]" (ENGEL, 2004, p.72).
- 26 (PESAVENTO, 2001, p.45).
- 27 **O Popular**, Itajaí, 21 de agosto de 1959, nº 35, p.1.
- 28 (ENGEL, 2004, p.70). Embora, Magali Engel analise o discurso médico sobre a prostituição entre 1840 e 1890, percebemos a continuidade desses referenciais médicos nas representações da prostituição na imprensa.
- 29 **O Popular**, Itajaí, 16 de setembro de 1960, nº 82, p.1.
- 30 **Jornal do Povo**, Itajaí, 04 de abril de 1954, nº 886, p.1.
- 31 **O Libertador**, Itajaí, 12 de janeiro de 1956, nº 3, p.1.
- 32 **O Libertador**, Itajaí, 5 de março de 1959, nº 161, p.1.
- 33 Margareth Rago faz uma reflexão que nos ajuda a pensar a manutenção da prostituição na cidade, "[...] Se moralmente condenada, essa função era bem-vinda na sociedade, pois, segundo se acreditava então, garantia a virgindade das futuras esposas e permitia que os moços arrefecessem parte do 'fogo interno' [...]" (1991, p.25). Conforme Rachel Soihet "Não se tratava, porém, de eliminar a prostituição. Esta era negativa somente em seu estado de descontrole e desconhecimento. A medicina propunha uma mudança com base na afirmação de que seria a prostituição um mal necessário" (1989, p.203).
- 34 **Jornal do Povo**, Itajaí, 04 de abril de 1954, nº 886, p.1.
- 35 **O Popular**, Itajaí, 21 de agosto de 1959, nº 35, p.1.
- 36 Nas décadas de 1950 e 1960, as mulheres tinham como "destino natural" o casamento e a maternidade. Sobre os padrões de conduta femininos ver o trabalho de Bassanezi (2007).
- 37 **Itajaí**, Itajaí, 07 de fevereiro de 1959 nº 248, p.1.
- 38 (ENGEL, 2004, p.83).
- 39 **Jornal do Povo**, Itajaí, 24 de março de 1973, nº 1749, p.1.
- 40 (2001, p.44).
- 41 (FÁVERI, 1999, p. 24).
- 42 (PEDRO, 2010, p.12-3).

Obs.: os desenhos e montagens deste artigo foram cedidos por Rogério Lenzi.



Museu Histórico de Itajaí Museu Etno-Ar

Fundação Genésio

Miranda Lins

Fm 1º de dezembro de 1976, era sancionada a Lei nº 1.515 que instituía a Fundação Genésio Miranda Lins. Entre 1977 a 1982, foram realizados os trabalhos para a implantação da Fundação. Inaugurado em 05 de janeiro de 1982, em grande solenidade prestigiada pela população e por autoridades municipais e estaduais, o Museu Histórico de Itajaí seria a primeira unidade cultural de uma Fundação que, exclusivamente, trataria do patrimônio material e imaterial da cidade. Em 2005, o Conselho Curador passa a ser Conselho Deliberativo; compondo seu staff o Superintendente e Diretores nas respectivas unidades. Hoje, a Fundação abriga o Museu Histórico de Itajaí, o Centro de Documentação e Memória Histórica (Arquivo Público) e o Museu Etno-arqueológico de Itajaí.

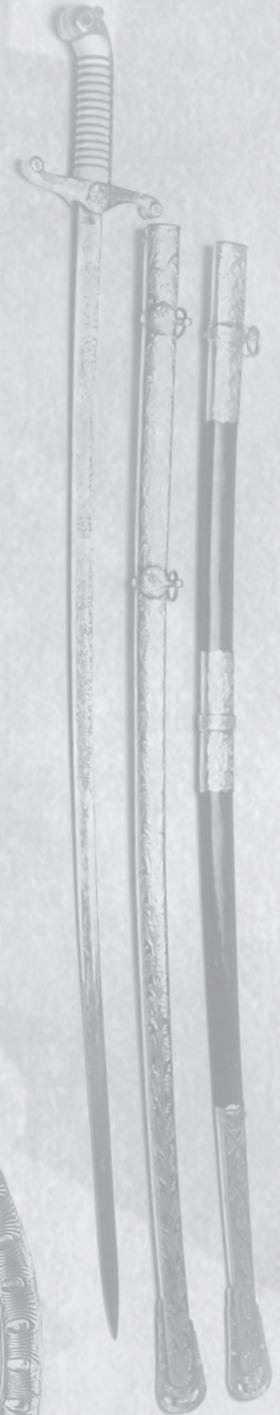


PREFEITURA DE
ITAJAÍ

Arqueológico

Centro de Documentação
e Memória Histórica

Museu Histórico de Itajaí





PREFEITURA DE
ITAJAÍ

**Fundação
Genésio
Miranda
Lins**



A história da edificação começa em 1920 quando deu-se início à sua construção, inaugurada em 22 de outubro de 1925, para abrigar os três poderes de nossa cidade: Fórum da Comarca (1925 até 1956); Prefeitura Municipal de Itajaí (1925 até 1972); Câmara de Vereadores (1925 até 1999).

Em 1962 o prédio ora denominado como "Superintendência Municipal de Itajaí" passa a denominar-se de "Palácio Marcos Konder" em homenagem à memória do antigo superintendente (prefeito) falecido naquele ano.

Todo o processo que envolveu a criação de um museu para Itajaí foi possível devido ao envolvimento de um homem em especial: João Amaral Pereira (Itajaí - 1923/1983), um apaixonado pela história e preservação do patrimônio cultural de Itajaí. A formação do Museu Histórico de Itajaí relaciona-se com a Fundação Genésio Miranda Lins, criada para mantê-lo. Seu idealizador, junto a articuladores culturais e com aporte institucional da Prefeitura Municipal de Itajaí, inauguram em 05 de janeiro de 1982 este Museu, tão marcante no cenário de Itajaí quanto nossa própria memória.

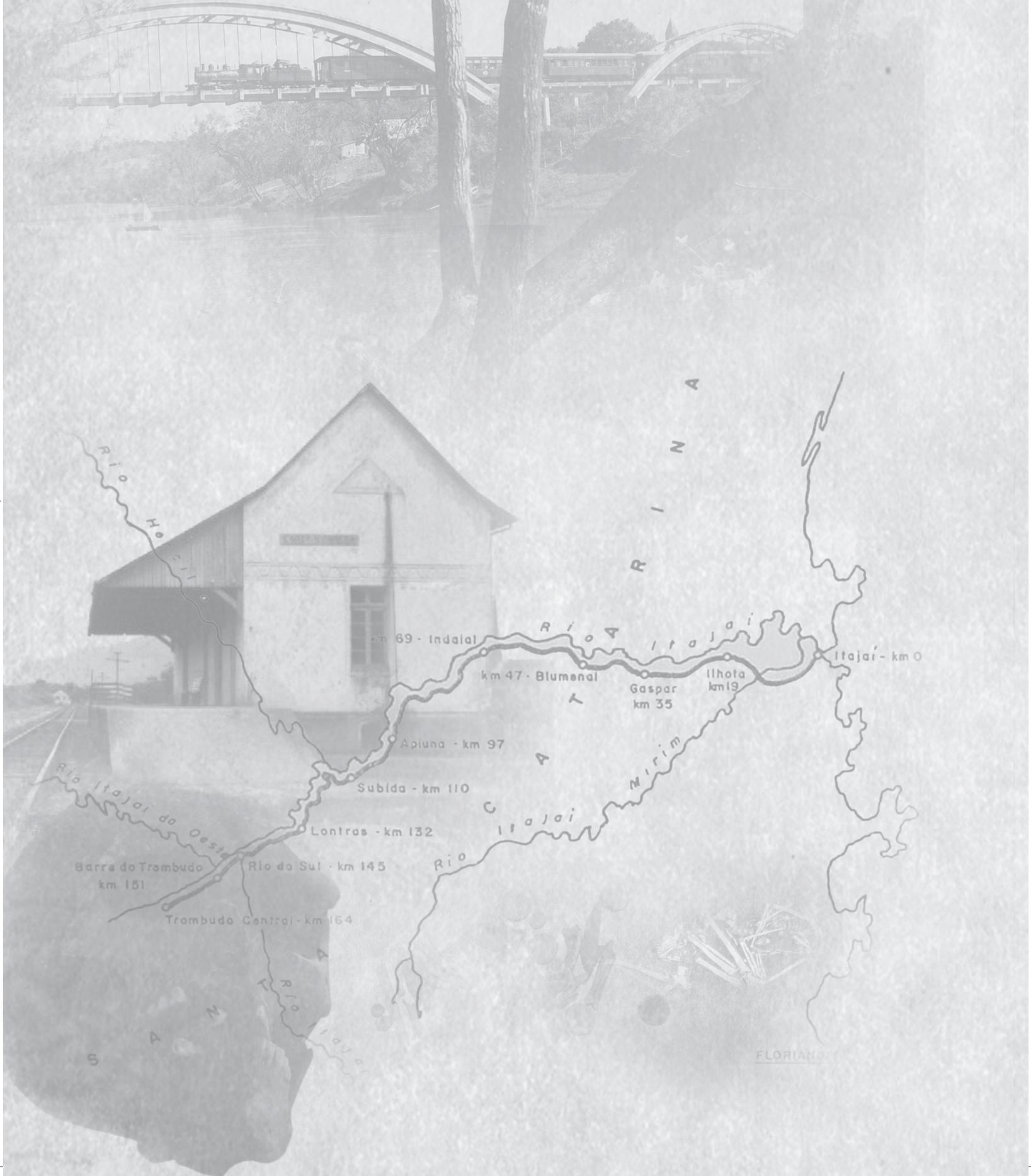


Centro de Documentação e Memória Histórica



Arquivo Público de Itajaí

Museu Etno-



Arqueológico de Itajaí



PREFEITURA DE
ITAJAÍ

**Fundação
Genésio
Miranda
Lins**



A necessidade de um espaço para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas nos sambaquis da cidade de Itajaí levou a criação do Museu Etno-Arqueológico de Itajaí. Daí nasceu a proposta de restauração da Estação Ferroviária Engenheiro Vereza e adequação de uso para instalação do Museu Etno-Arqueológico de Itajaí.

A construção da estação teve início na década de 1920, mas somente em 1954 foi concluída. Em 1971 ocorreu sua desativação e a partir de 1981 a Prefeitura de Itajaí instalou uma de suas secretarias no local.

Inaugurado em 25 de junho de 2010, o Museu expõe acervos arqueológicos e etnográficos de Itajaí e região. Também contempla a história da Estrada de Ferro Santa Catarina, com objetos e imagens referentes à sua história.



XIII CIDADE

REVELADA

Revitalização de Centros Urbanos
Rua Dr. Hercílio Luz



III
Simpósio
Itajaí Porta do Vale
Memória - Ensino - Pesquisa





Sala do Poeta Marcos José Konder Reis

Nunca tão forte esse desejo de ver e de sentir, nunca
tão pura a imagem da torre e da pandorga, nunca
tão terna foi a pátria e nela a brisa matutina.
Nunca tão linda terá sido a estrela e o morro nunca
tão verde e tão amigo.
Nunca tão plena de esperança foi a volta, sonho peram-
bulante nas estradas do mar.

A brisa que no rosto nos anima, a ponte clara nessa
volta ao lar, o verde rio na tarde crespia, o poste ale-
gre e o fio para o outro lado, o horizonte no além,
branco e recado, a rua conhecida a fazer na alma um
carinho estranho, a igreja, o bar, a casa:
íntima chegada ao país da infância.

A cidade natal.

férias, brisa e sonho. tudo ante nós é nosso, tudo
é possível neste mundo livre além do muro.
No calendário manuseado tanto, os dias de esperança
são vermelhos e há um halo azul e de ouro colorindo
dezembro.
Quantas bandeiras nós sonhamos se saímos um pouco,
quantas bandeiras daqui a pouco e no depois...
A beiramar quantas bandeiras a abanar, quanta cer-
teza da viagem e do triunfo.

Programa de Educação Patrimonial da Fundação Genésio Miranda Lins: ações para preservação do patrimônio cultural

A necessidade de promover ações educativas a fim de proporcionar participação qualificada do público escolar nas atividades desenvolvidas dentro das unidades culturais da Fundação Genésio Miranda Lins resultou na criação de um Programa de Educação Patrimonial.

Nesse sentido, desde 2009 a equipe da Fundação, juntamente com professores das áreas de História, Geografia, Literatura e Pedagogia cedidos pela Secretaria de Municipal de Educação, desenvolve Projetos Educativos sistematizados, com suporte pedagógico que estimulam o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem sobre questões relacionadas à memória, história e preservação do patrimônio cultural, além de promoverem a disseminação do conhecimento e divulgação da instituição. Os projetos são elaborados e desenvolvidos por um corpo técnico qualificado que inclui historiador, arquivista, bibliotecário, arqueólogo, conservador e museólogo, além dos professores que utilizam recursos didático-pedagógicos para sua realização.

Elaborado em consonância com as atuais discussões que abrangem a ressignificação do espaço museológico, dentro de um enfoque pedagógico contextualizado, o Programa tem como principal objetivo oferecer um atendimento sistematizado ao ensino formal seguindo as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que compreendem o museu como “um espaço de preservação e divulgação da memória, contribuindo na formação de identidades e na formação cultural educacional”.

O Programa conta com projetos e ações diferenciados que se complementam e abordam temáticas distintas, para cada série e nível de ensino de acordo com o acervo existente em cada uma das unidades culturais da Fundação: Museu Histórico, Centro de Documentação e Memória Histórica e Museu Etno-Arqueológico. Dentre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se as palestras sobre educação patrimonial, exibição de vídeos educativos sobre a história e o patrimônio cultural da cidade, visitas guiadas aos sítios arqueológicos, contações de histórias e realização de concursos e gincanas. Os atendimentos e demais atividades são oferecidos a todos os estudantes da rede municipal de ensino desde a Educação Infantil até o Ensino Médio das escolas públicas municipais e estaduais, Educação de Jovens e Adultos e rede particular, além de universidades e demais estabelecimentos escolares de outros municípios da região.

As ações educativas são previamente agendadas pelos educadores das unidades e podem ser realizadas dentro das unidades culturais da Fundação ou nas escolas que solicitam receber um atendimento pedagógico diferenciado. Dentre as atividades de educação patrimonial desenvolvidas pela Fundação pode-se destacar o atendimento noturno aos alunos da Educação de Jovens e Adultos e outros grupos de alunos do ensino formal que tem a possibilidade de conhecer o acervo e a história da instituição e proporciona a inclusão social do educando desse segmento escolar. Os atendimentos também são disponibilizados a outros segmentos, como estudantes de escolas de artes, de escolas especiais, grupos de idosos entre outros.



O desenvolvimento dessas ações educativas envolvendo grupos tão diversificados e de múltiplas faixas etárias torna possível a aproximação das gerações mais jovens com as mais experientes. Além disso, proporciona grande impulso às atividades de pesquisa etnográfica na medida em que os contribuem nos trabalhos de coleta de dados etnográficos, como entrevistas, memórias, fotografias, relíquias de família etc.

A interação entre o corpo de educadores das unidades da Fundação com as escolas que participam das ações educativas é recomendada de modo a possibilitar uma abordagem consonante ao conteúdo desenvolvido em sala de aula pelos professores. É de fundamental importância essa interação museu/escola para que as ações educativas resultem em compreensão e assimilação sob a perspectiva da preservação do patrimônio cultural.

Com o incremento da Nova Museologia as ações educativas transformam o Museu num espaço que permite o desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem utilizando uma prática lúdica de modo a propiciar um contínuo aprendizado e formação cultural tanto aos estudantes e professores que visitam o museu quanto aos educadores patrimoniais que nele trabalham oportunizando nova metodologia de ensino que conta com uma ferramenta rica e diferenciada do material didático tradicional: o espaço museal e seu acervo. Por este motivo, tais práticas estimulam a criatividade dos educadores e instigam a curiosidade dos educandos o que conduz a um processo ativo de apropriação e valorização de sua herança cultural, brincando, criando e focando na formação de seu conhecimento.

No decorrer desses quase três anos de implantação do programa, diversos projetos educativos, oficinas e cursos foram desenvolvidos dentro e fora das unidades culturais da Fundação, envolvendo estudantes, professores, idosos e comunidade, com a finalidade de promover educação patrimonial e, conseqüentemente, conscientizar as futuras gerações sobre a importância da preservação da memória e da história.

Os primeiros projetos foram elaborados pela equipe do Museu Histórico que, em virtude da grande visitação do público escolar e da crescente demanda de monitoria qualificada, percebeu a necessidade de realizar ações educativas sistematizadas baseadas em metodologias didático-pedagógicas apropriadas para aquele público.

Desse modo, o projeto piloto denominado “Conhecendo o Museu” que teve seu início em 2006, foi aperfeiçoado e direcionado aos estudantes das séries iniciais do Ensino Fundamental. A partir daí, foram criados outros projetos, como “Trocando Experiências”, com alunos do Magistério e acadêmicos do curso de Pedagogia da UNIVALI; “Uma Noite no Museu”, para alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) “Educação Inclusiva”, cuja proposta de atendimento qualificado estava direcionada ao público das Escolas Especiais; “Bom Museu”, desenvolvido com alunos das séries finais do Ensino Fundamental; além da criação, em 2009, do Concurso de Arte “Meu Olhar sobre o Museu”, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, que está em sua terceira edição.

No Museu Etno-Arqueológico os projetos “Compartilhando a História do Meu Bairro”, com alunos das escolas públicas municipais da localidade; “Uma Noite no Museu”, para alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA); “Cultura Viva”, para estudantes do Ensino Fundamental; “Café com Memória”, com idosos dos Centros de Convivência do Idoso da cidade; e “Conhecendo a Arqueologia”, para todos os segmentos, atraem um público cada vez maior que busca uma forma



diferente de conhecer o museu e seu acervo. As atividades enfatizam o conhecimento sobre o homem pré-histórico e dos grupos étnicos formadores da região, através de palestras com memorialistas e professores, visitas ao sambaqui e aulas práticas no laboratório de arqueologia estimulando novas práticas didático-pedagógicas.

As oficinas de “Boi de Mamão” e “Música”, realizadas em parceria com o Programa “Arte Bairros”, da Fundação Cultural de Itajaí, proporcionam práticas pedagógicas sobre artes plásticas, cultura popular, tradições folclóricas e musicalidade promovendo a manutenção das tradições culturais locais.

Detentor de um rico acervo documental que retrata a história do município de Itajaí e da região o Centro de Documentação e Memória Histórica desenvolve ações educativas que proporcionam uma instigante viagem no tempo através de imagens, livros e jornais que possibilitam o reconhecimento da identidade cultural local. E para transformar essa viagem em algo que permita a valorização desse patrimônio, a equipe de educadores patrimoniais desenvolve os projetos “Compartilhando a História”, para todos os segmentos; “Trocando Experiências”, com alunos de todos os níveis de ensino; e “Espaços de Memória”, direcionado ao público adulto, especialmente professores e administradores escolares.

O Centro de Documentação é um local de referência para pesquisa sobre a história da região e por isso as ações educativas auxiliam na compreensão dos aspectos de preservação, reflexão e divulgação da memória, contribuindo para a história cultural o que está previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Além disso, as atividades realizadas pelos projetos oportunizam a criação de novos métodos para a produção de material escolar alternativo, assim como a aproximação de grupos variados na Unidade, tornando o indivíduo mais envolvido na história de sua cidade,

Eventos científicos, como o Cidade Revelada, Itajaí Porta do Vale, Encontro do Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC, Encontro da Rede de Educadores em Museus de Santa Catarina, Festival de Terno de Reis, Festival de Folclore, Seminário sobre Consciência Negra em Itajaí entre outros são realizados nos dois museus da Fundação e possibilitam discussões sobre pesquisas e práticas pedagógicas, revelam novas experiências e promovem capacitação de estudantes e profissionais de museus e de áreas afins, além dos próprios educadores patrimoniais.

Não obstante, conforme prevê o Art. 29 do Estatuto de Museus (Lei nº 11.904/09) “os museus deverão promover ações educativas fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação”, assim como “... disponibilizar oportunidades de prática profissional aos estabelecimentos de ensino que ministrem cursos de museologia e afins, nos campos disciplinares relacionados às funções museológicas e à sua vocação (Art. 30).

A Fundação Genésio Miranda Lins, portanto, reconhece a importância da educação patrimonial como prerrogativa para a valorização, disseminação e preservação do patrimônio cultural constituído pelo acervo de suas unidades culturais e desse modo cumprindo seu papel de instituição responsável pela salvaguarda da memória e da história local.

Por Darlan Pereira Cordeiro - Superintendente da Fundação Genésio Miranda Lins.



Registros de nascimentos, Matrimônios e Óbitos de Itajaí e Região disponíveis na Internet



Centro de Documentação e Memória Histórica da Fundação Genésio Miranda Lins, como unidade de preservação do patrimônio documental do Município de Itajaí, informa que os livros e índices de registros de nascimentos, matrimônios e óbitos de Itajaí e Região podem ser pesquisados no site de história da família de A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, acessando a página <https://www.familysearch.org>.

No Brasil, o trabalho de microfilmagem dos registros iniciou em 1978 com a Igreja contratando profissionais para o desenvolvimento dos trabalhos em parceria com Cartórios e Igrejas, fornecendo uma cópia para os detentores dos acervos e acondicionando para preservação os microfilmes na Biblioteca Genealógica da Sociedade de Utah, instituição fundada em 1894.

O site encontra-se em inglês e seguindo o passo a passo para pesquisa é possível pesquisar e imprimir o documento de interesse.

Foto: Julia Freeman-Woolpert; EUA.



Passo a Passo para a Pesquisa

Acesse <https://www.familysearch.org>

Browse by Location (Procurar por localização)

Caribbean, Central and South America

Brazil

*Brazil Civil Registration 1870 – 2009

View Images in this Collection

Browse through 10.417.241 images (Navegar através de 10.417.241 imagens)

*Brazil, Catholic Church Records

View Images in this Collection

Browse through 5.738.681 images (Navegar através de 5.738.681 imagens)

State (Estado) - Exemplo : Santa Catarina

Município de interesse – exemplo: Itajaí

Baixar o livro ou índice de registro – exemplo: Matrimônios 1876, Fev – 1884, Jul



Este livro foi composto na fonte Verdana,
corpo 10 e entrelinhas 14, e impresso em papel pólem print
para Fundação Genésio Miranda Lins.

Itajai - SC - Brasil

